



Ministério da Fazenda

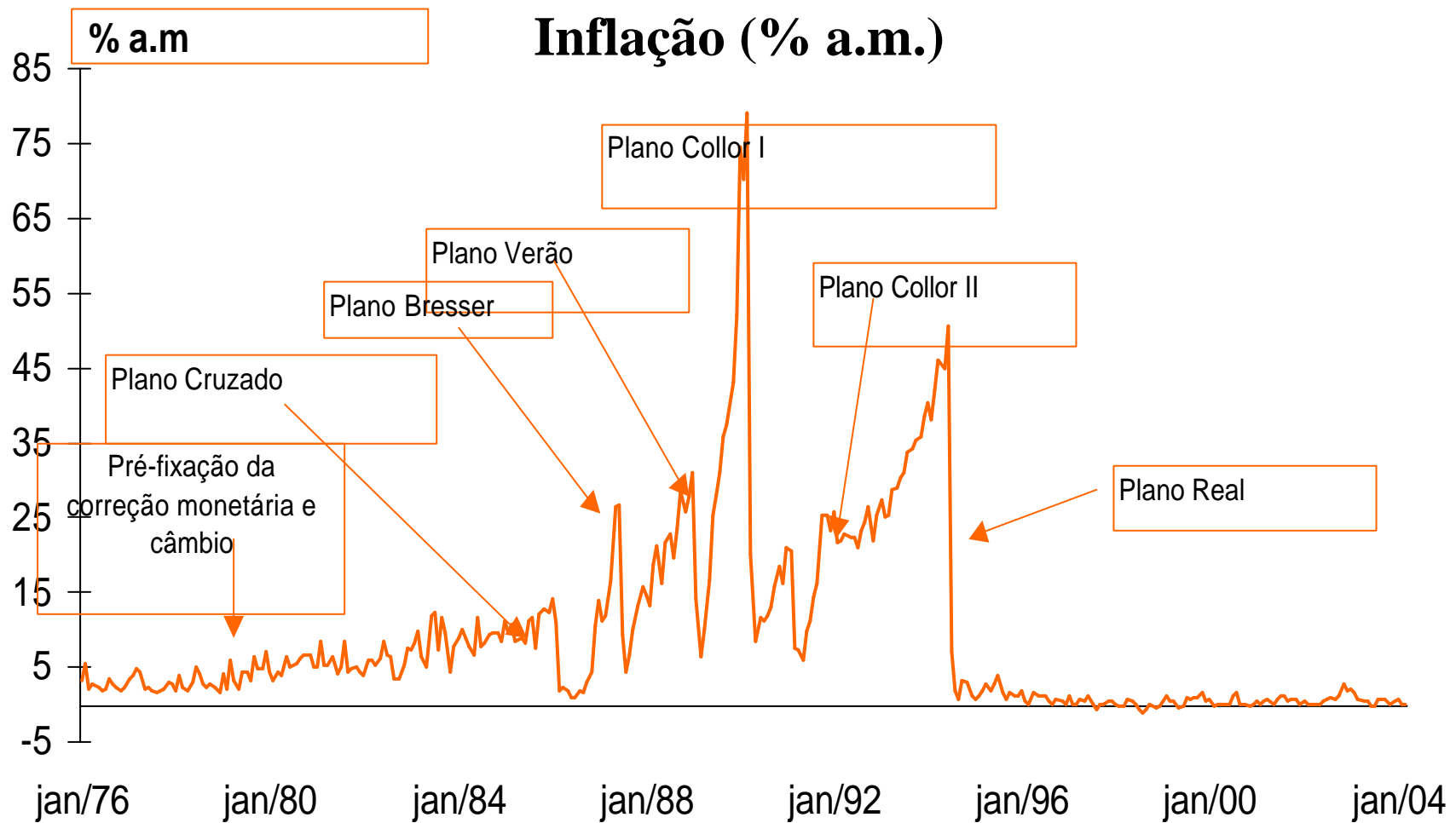
Maio 2004

Roteiro

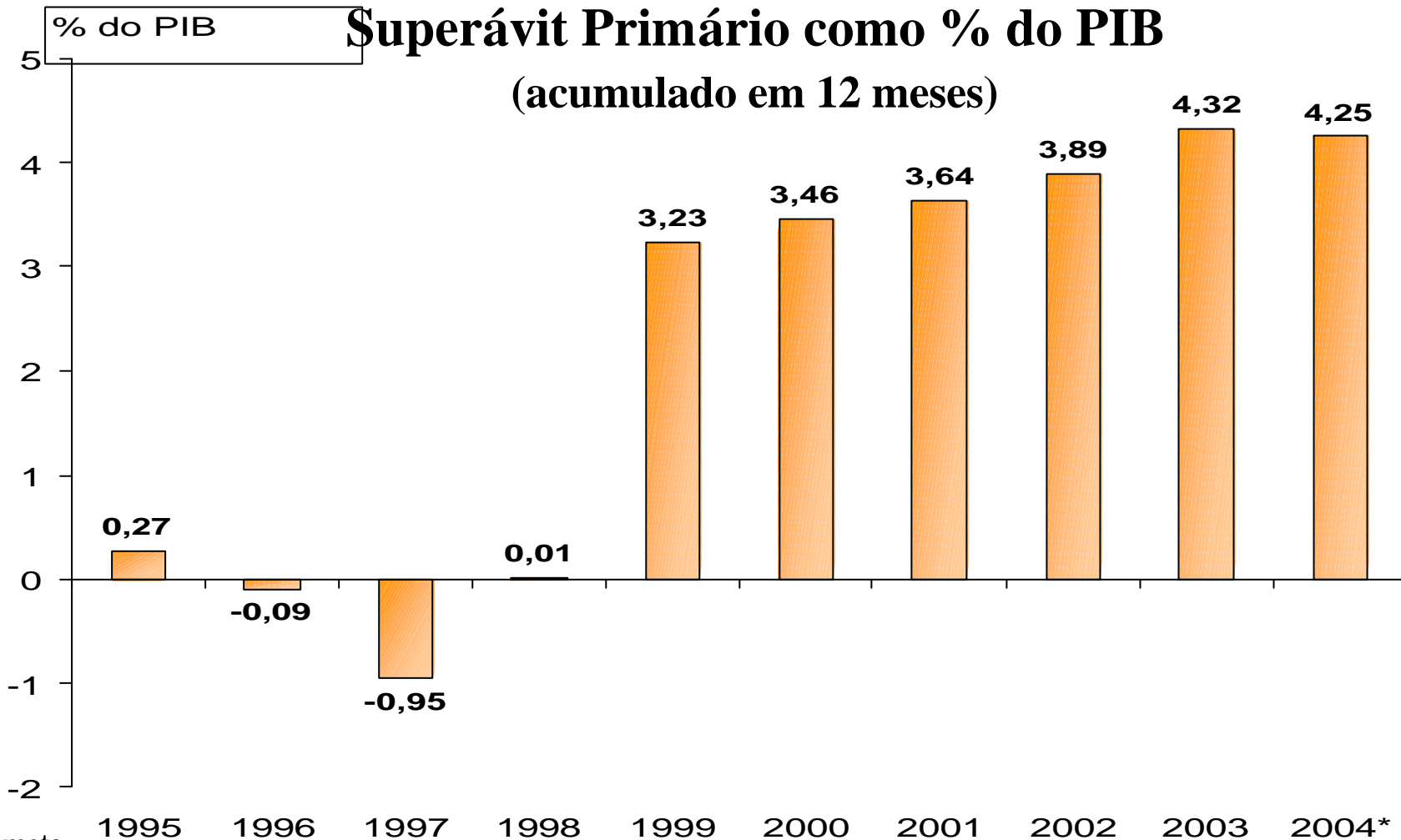
- O custo de políticas inconsistentes
- Os avanços do Governo Lula
- Consolidando a agenda para o crescimento

O custo de políticas inconsistentes

Após várias experiências heterodoxas, algumas com sucesso imediato, entretanto ineficazes no longo prazo, o Plano Real foi bem sucedido no controle dos preços, porém....



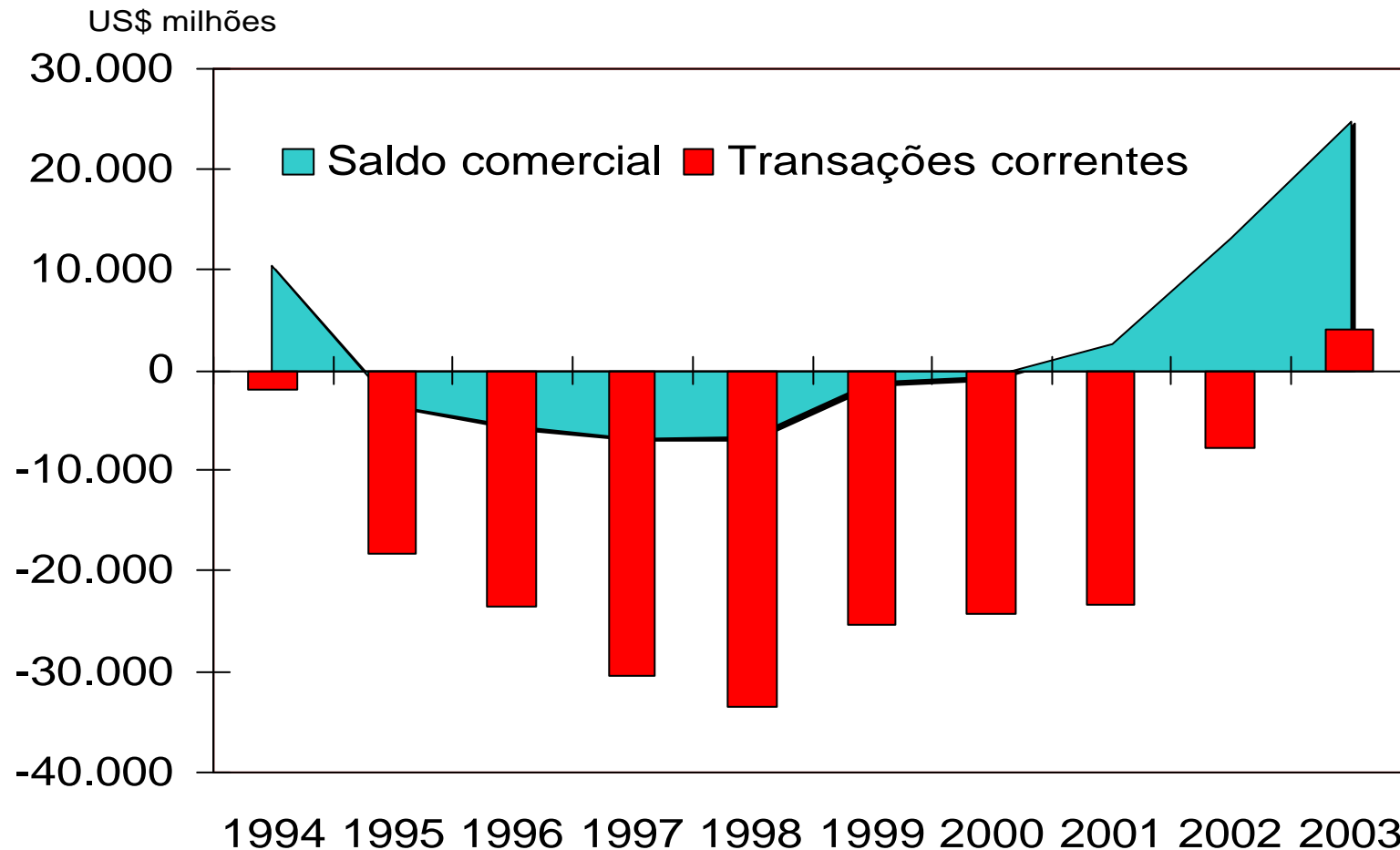
...não resolveu nos primeiros anos o desequilíbrio fiscal.



(*) meta.

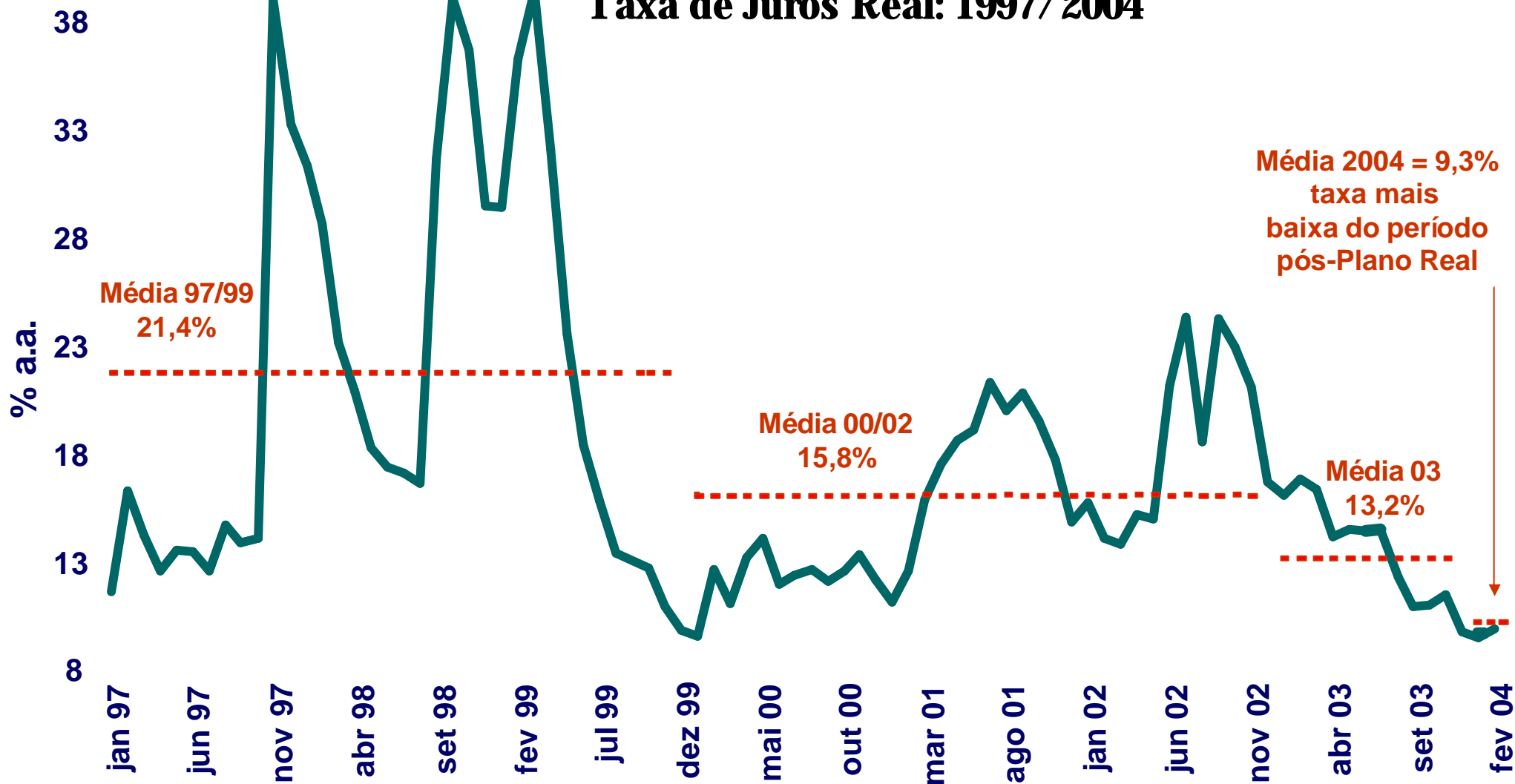
Fonte: BCB. Preparado por: MF/SPE.

O prolongamento da âncora cambial causou forte deterioração das contas externas...



...exigindo taxas de juros reais elevadas.

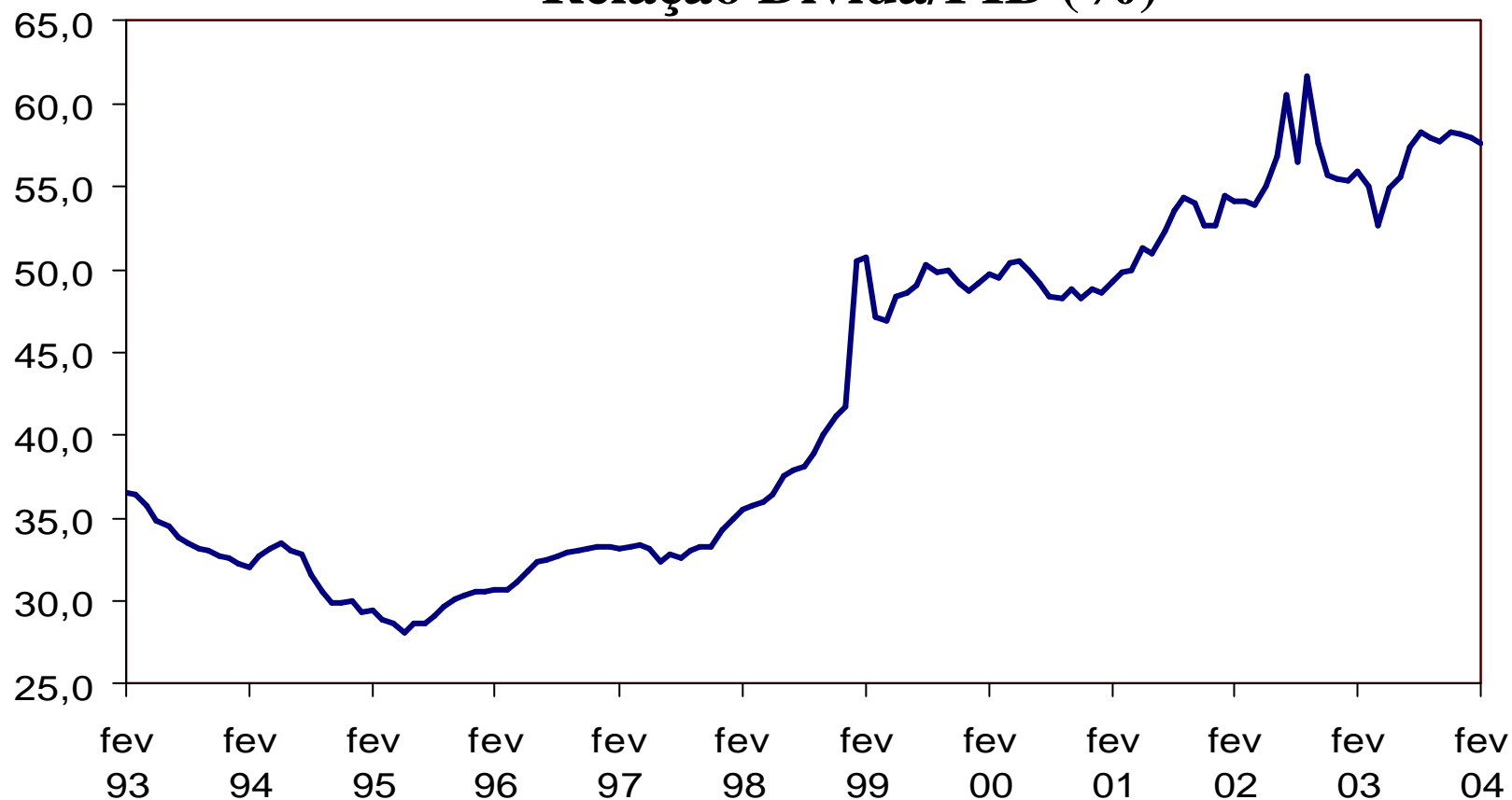
Taxa de Juros Real: 1997/2004



Fonte: Bacen

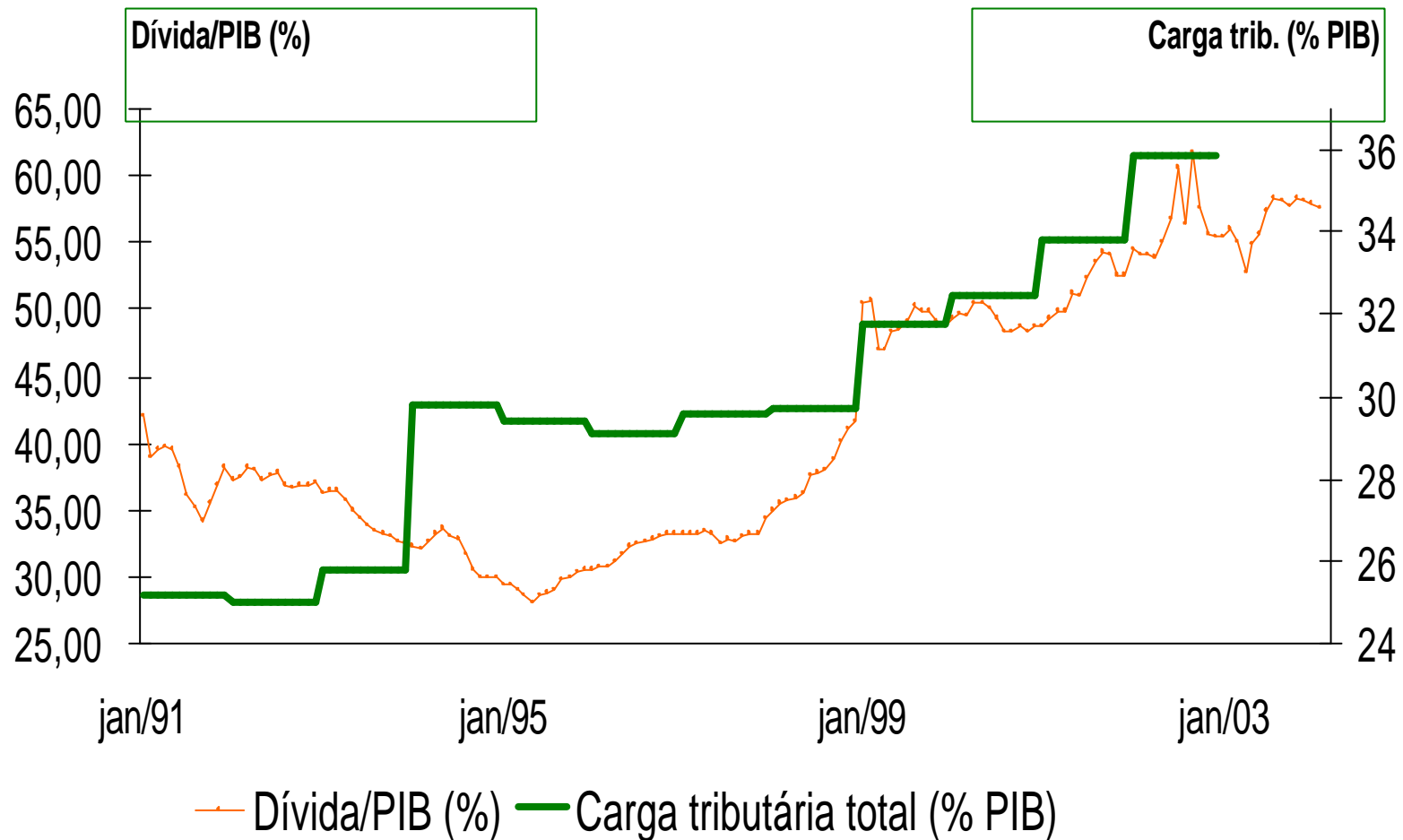
O reconhecimento de esqueletos em conjunto com os desequilíbrios fiscais e a combinação política cambial/monetária resultaram em forte aumento da dívida pública...

Relação Dívida/PIB (%)

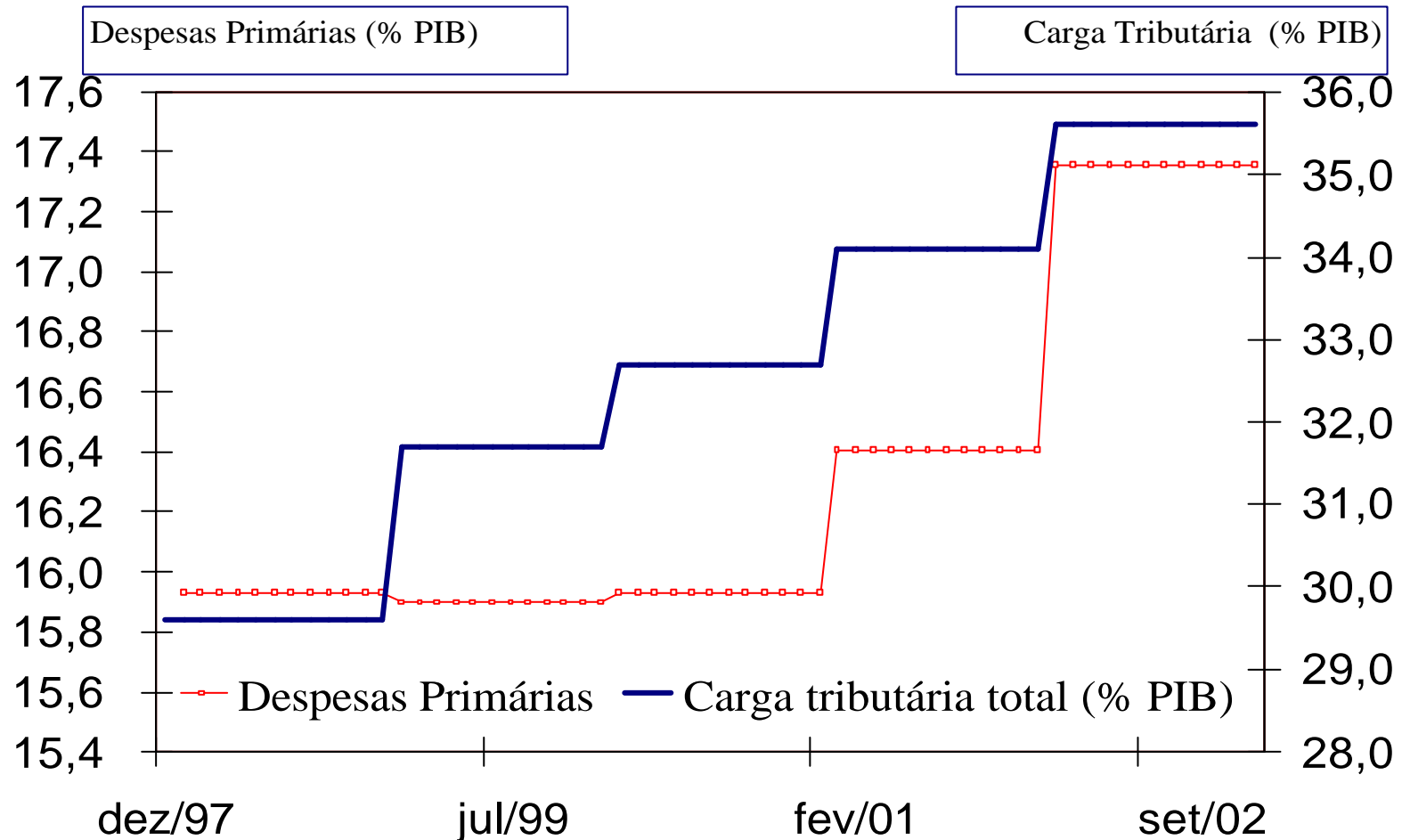


... apesar do aumento contínuo da carga tributária...

Carga Tributária e Dívida (% do PIB)



... em parte destinada ao aumento contínuo dos gastos primários que têm aumentado como fração do PIB

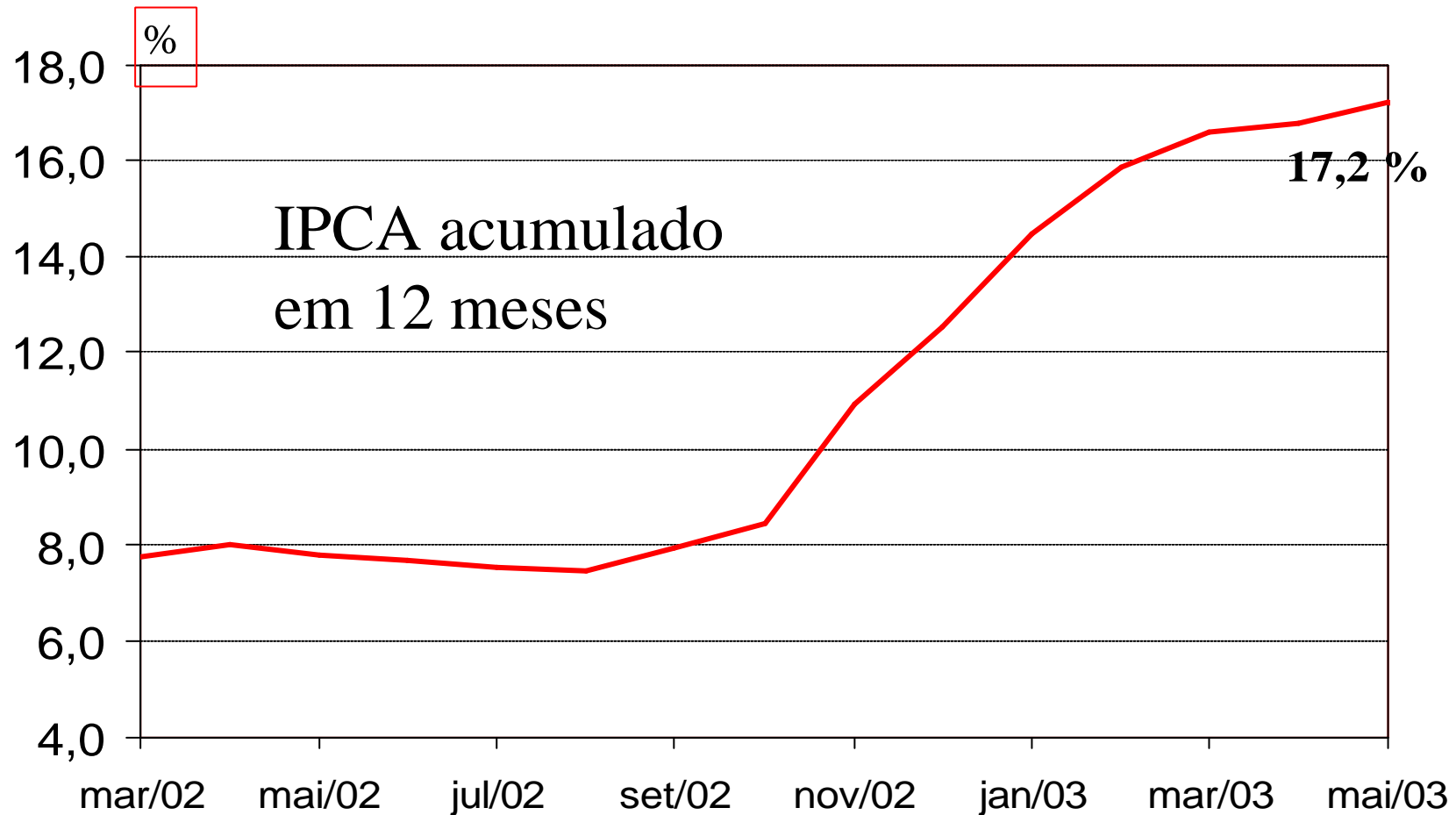


(1) Regime Geral da Previdência Social e da Previdência do Servidor Público.

No final de 2002 as condições macroeconômicas apresentavam grave quadro de deterioração:

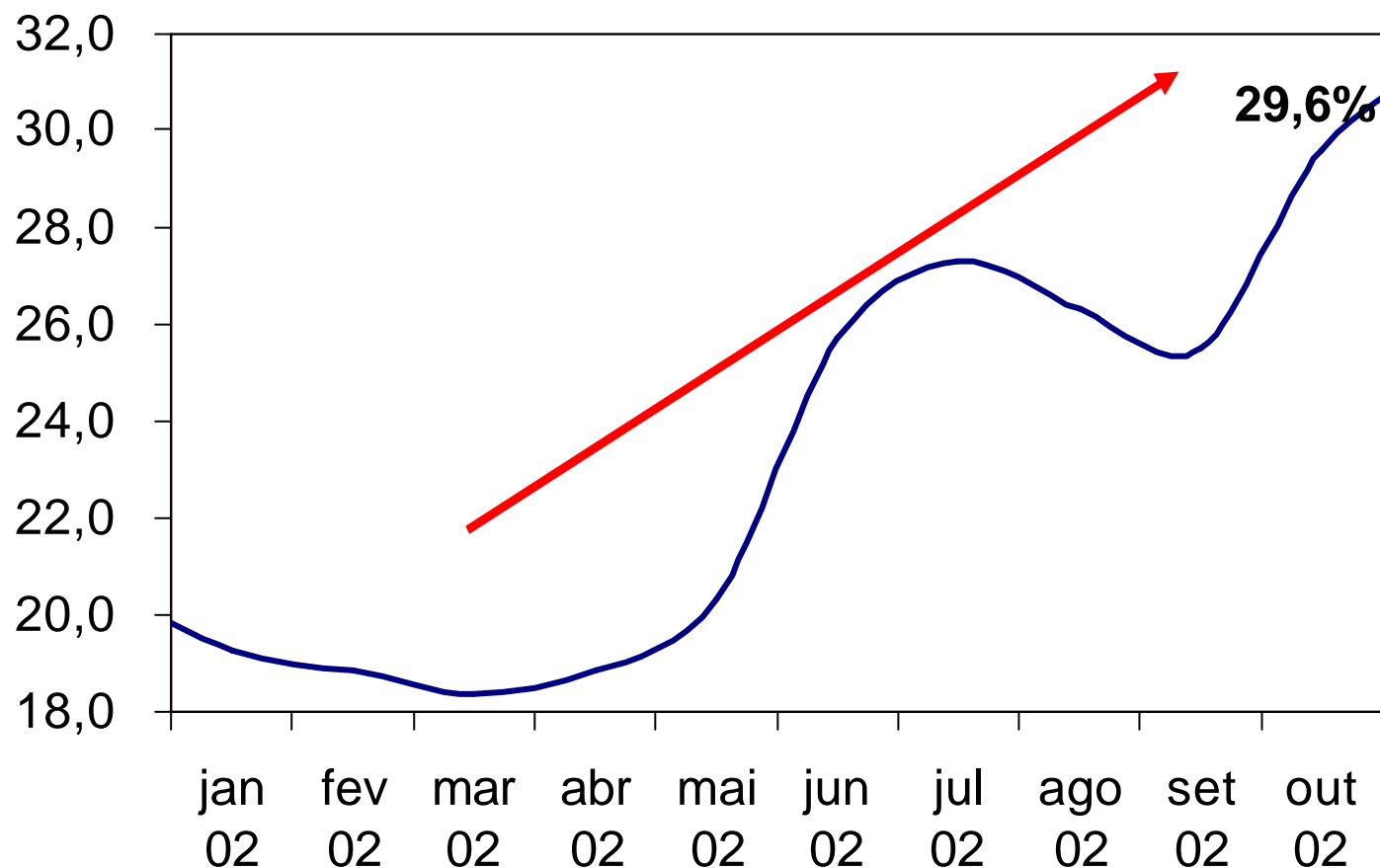
- Queda da absorção doméstica;
- Elevação da taxa de inflação, gerando queda da renda real;
- Elevação da taxa de juros de mercado;
- Saída significativa de recursos da nossa economia.

Entre os principais aspectos da crise, destacam-se: (i) aumento acelerado da taxa de inflação no segundo semestre de 2002,



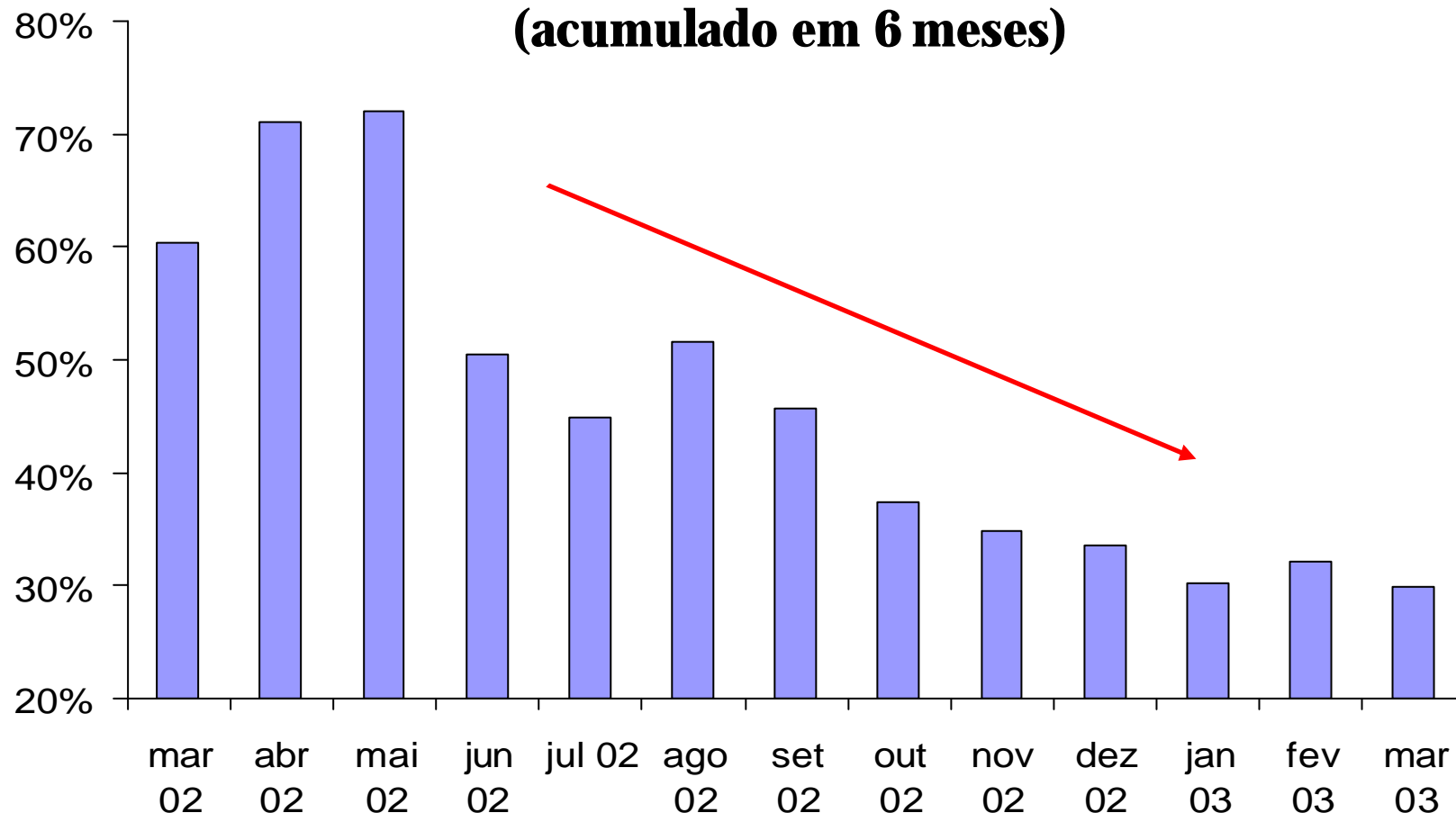
(ii) a elevação das taxas de juros de mercado, e...

Swap de Taxa de Juros DI Pré-fixado 360 dias (% a.a.)



iii) a redução do acesso à crédito externo para nossas empresas.

Rolagem de Empréstimos Externos ao Setor Privado * (acumulado em 6 meses)



* Contratação / pagamento (%)

Fonte: BCB. Preparado por: MF/SPE.

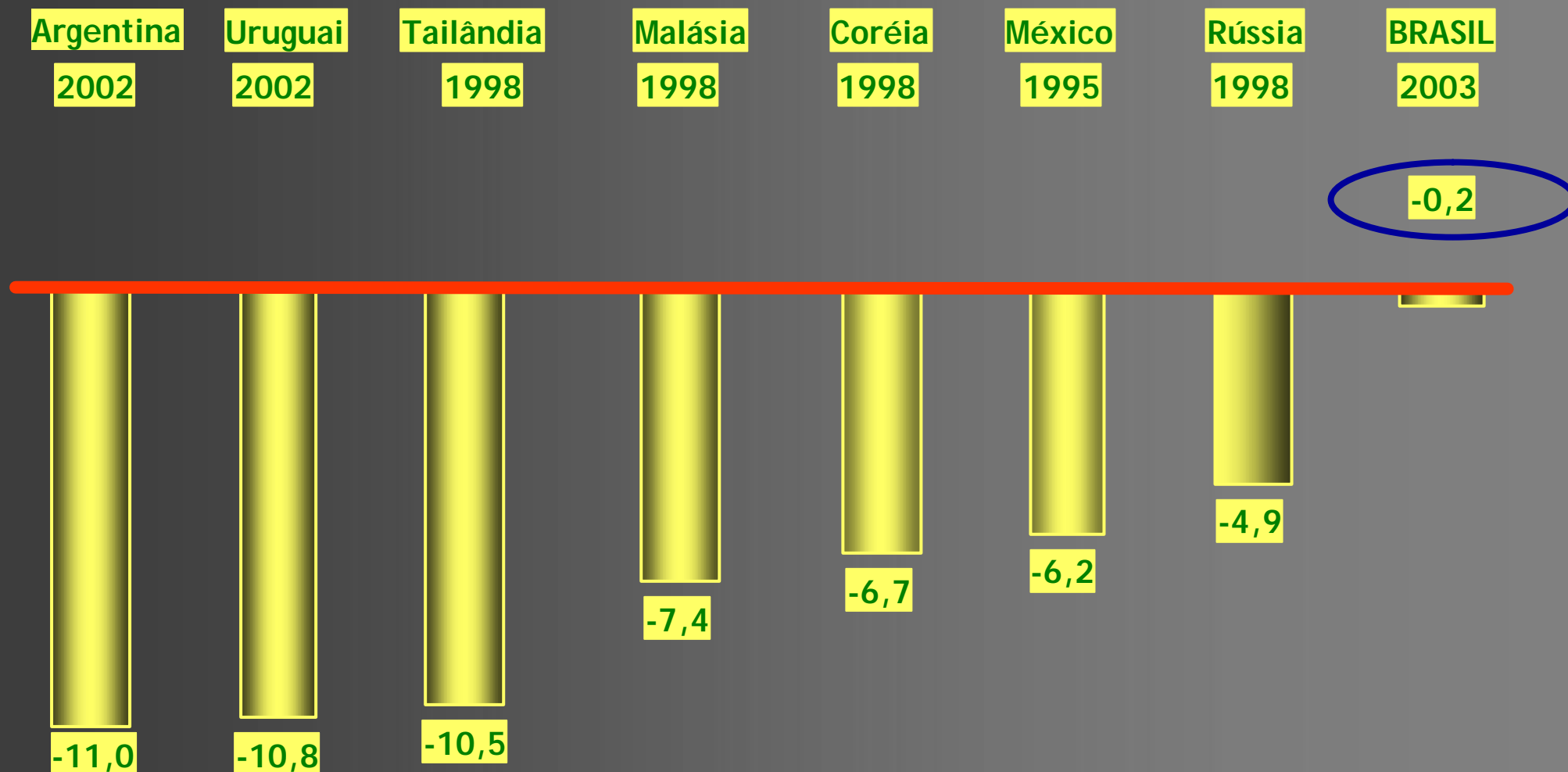
Importante lembrar...

O aumento da taxa de juros e da inflação em 2002 prenunciava:

- **dificuldades** para a **produção** doméstica em 2003 (efeito defasado da taxa de juros sobre atividade industrial).
- **erosão** progressiva **dos salários reais** e queda da demanda doméstica.

A “bolha” de 2002 ocultava que a economia brasileira iniciava grave quadro de retração, similar à enfrentada por outras economias emergentes em decorrência da combinação de *crise externa e dívidas sobre as perspectivas fiscais*, traduzidas pela *desvalorização acentuada do câmbio, aceleração inflacionária, elevação dos prêmios de risco doméstico e externo, e incapacidade do governo rolar a dívida pública*.

Experiência internacional com ajustes externos (% crescimento do PIB após o ajuste)



Os objetivos da política econômica em 2003 foram...

- Reverter aceleração inflacionária de modo a estancar a perda de salário real e retomar a estabilidade de curto prazo;
- Reduzir as taxas reais de juros de mercado para minimizar impacto negativo da crise de 2002 o mais rapidamente possível e permitir a retomada da atividade doméstica ainda em 2003;
- Reduzir fontes de vulnerabilidade da nossa economia:
 - Assegurar a solvência externa, mudando a trajetória do balanço de pagamentos;
 - Alongar a dívida pública, com menor exposição cambial;
 - Garantir sustentabilidade das contas públicas.
- Assentar as bases para o crescimento em 2004-2007

Os avanços do Governo Lula

Consolidando a estabilidade macroeconômica

As medidas de política fiscal e monetária adotadas, em um ambiente de metas de inflação e flexibilidade cambial permitiram recuperar a confiança dos agentes econômicos e reverter o quadro de deterioração:

- Política fiscal responsável, baseada em contenção de despesas;
- Política monetária forte, para combater o surto inflacionário do final de 2002;
- Melhora significativa das contas externas;
- Melhora na composição da dívida pública.

Consolidando a estabilidade macroeconômica

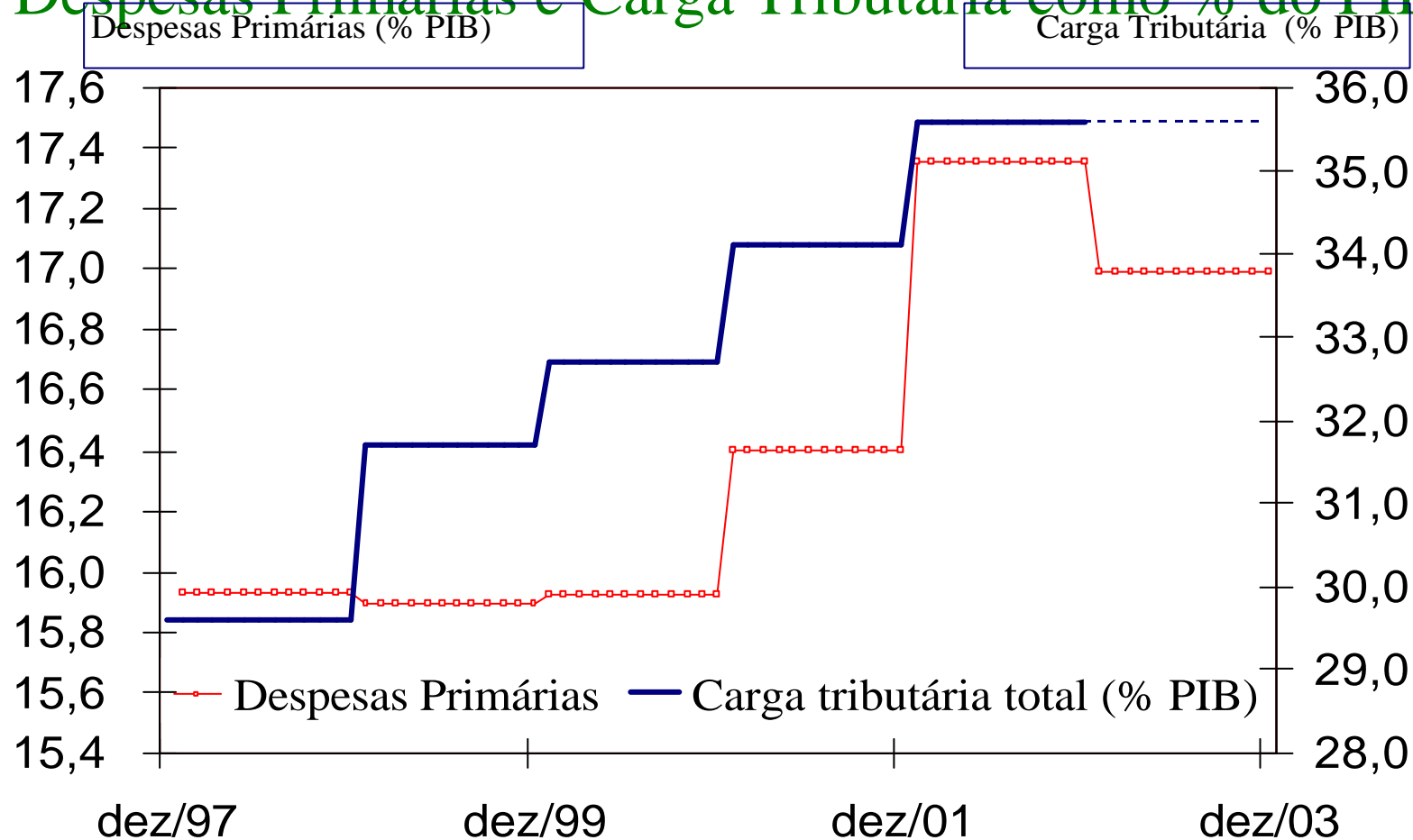
A importância do ajuste fiscal de longo prazo reside em :

- PRESERVAÇÃO DA ESTABILIDADE
 - QUEDA DAS TAXAS DE JUROS
 - RETOMADA DO CRESCIMENTO

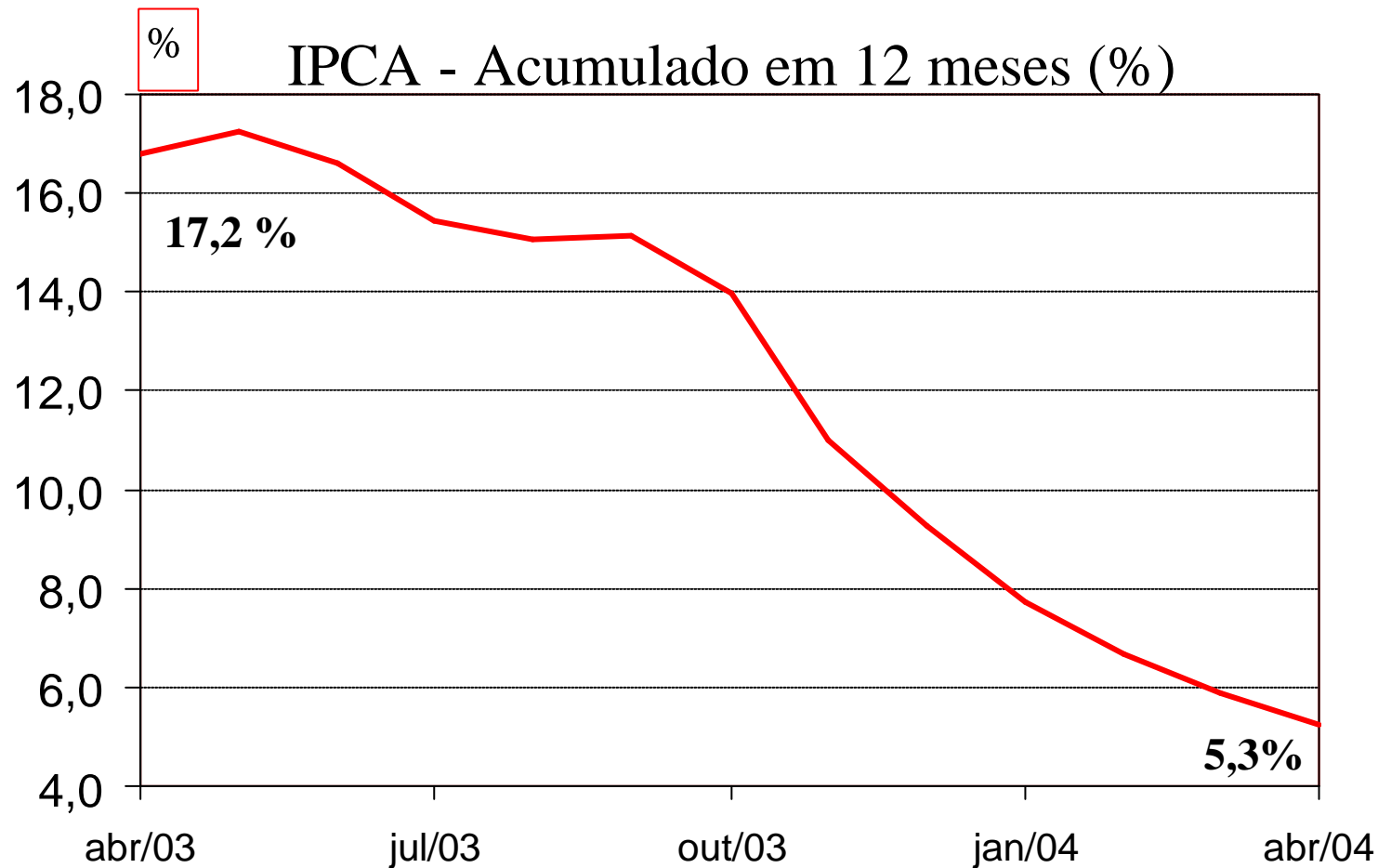
Sempre importante recordar: *desequilíbrios fiscais são financiados por aumentos na carga tributária, na taxa de inflação, na dívida pública e na taxa de juros, ou por uma combinação desses fatores.*

Consolidando a estabilidade macroeconômica Política Fiscal consistente

Despesas Primárias e Carga Tributária como % do PIB

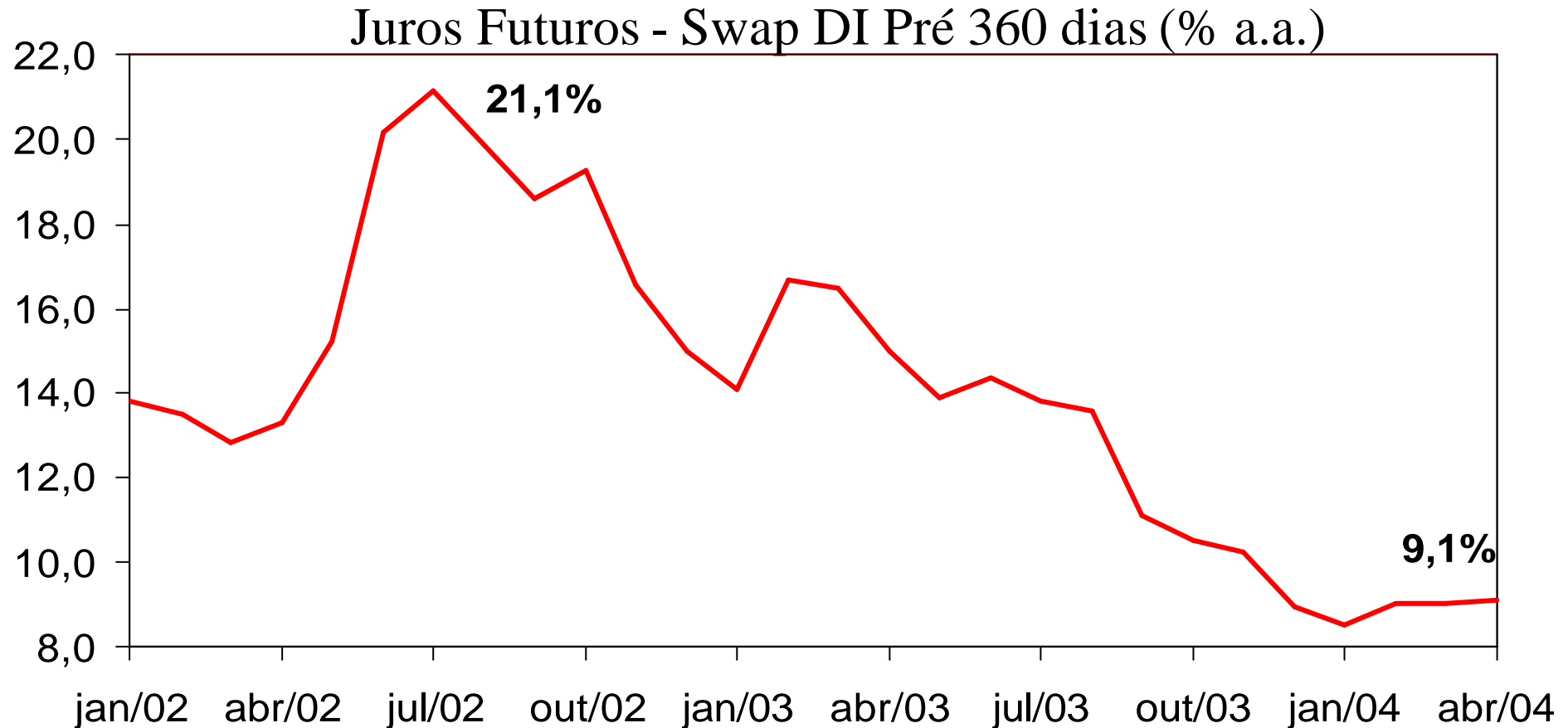


Consolidando a estabilidade macroeconômica Inflação sob controle



Consolidando a estabilidade macroeconômica

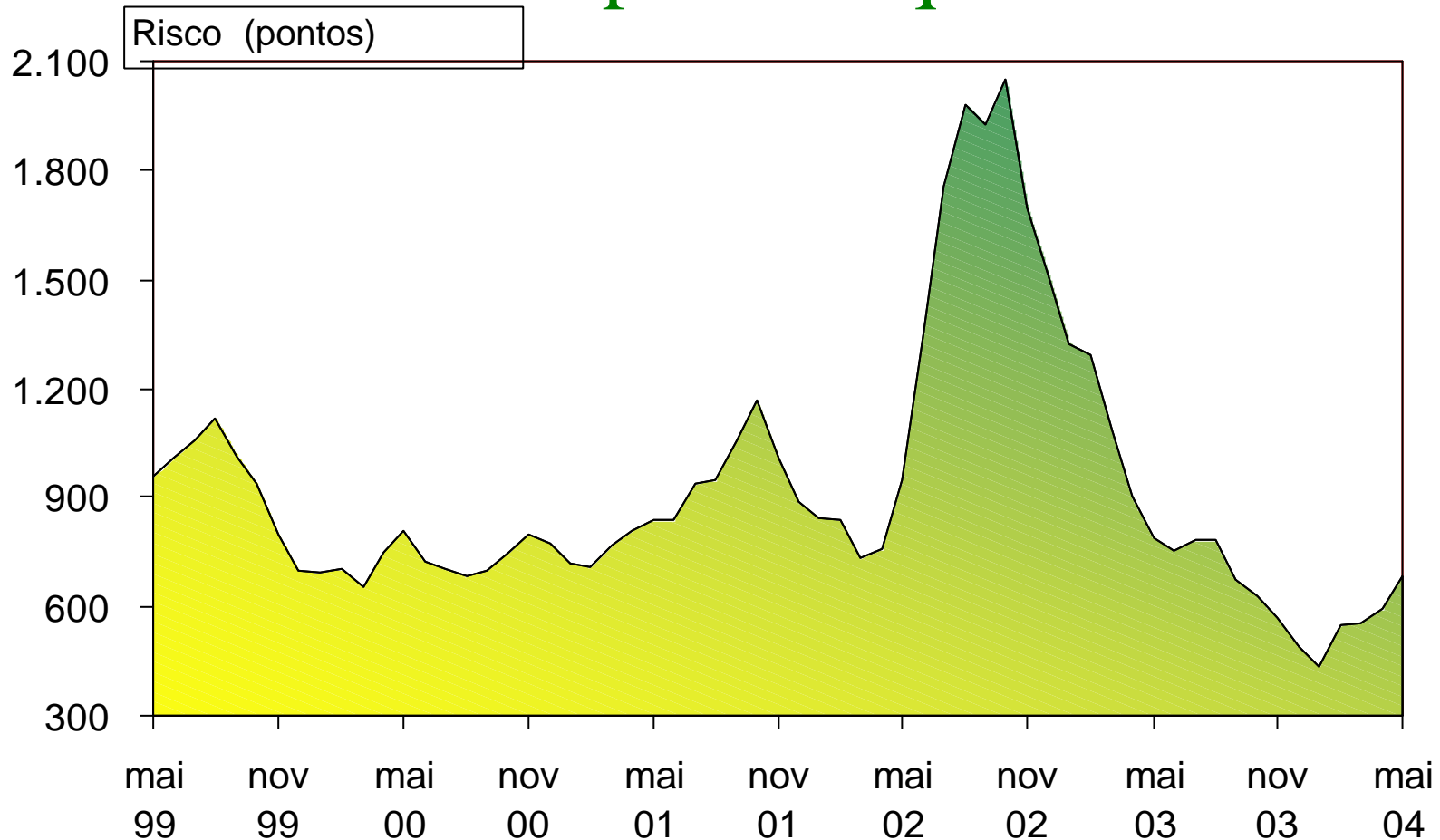
Política fiscal e retomada da estabilidade ==> queda dos Juros Reais



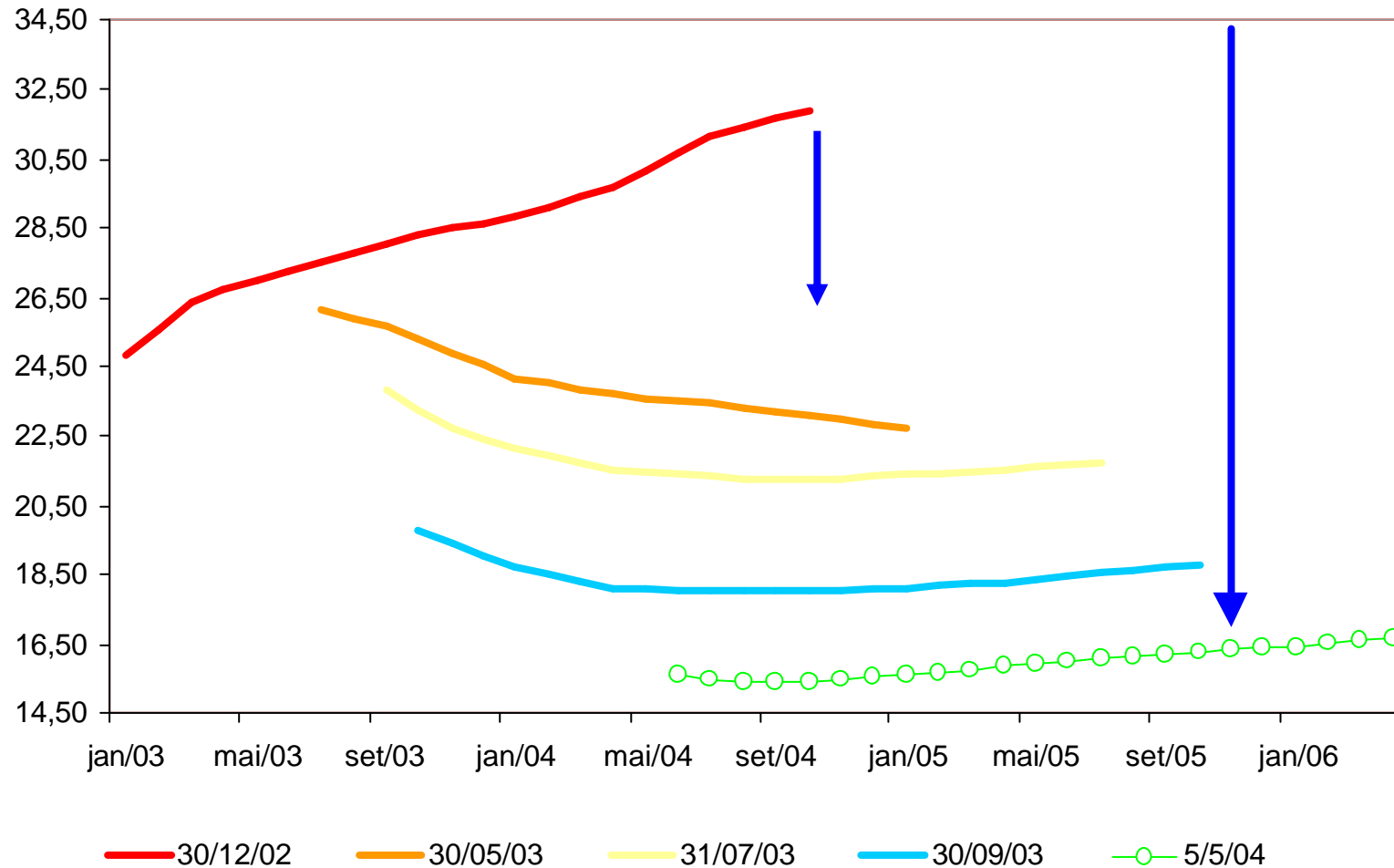
Swap DI x Pre 360 dias deflacionado pela expectativa do IPCA 12 meses a frente.
Fonte: BCB. Elaborado por : MF/SPE.

Consolidando a estabilidade macroeconômica

Risco-país em queda

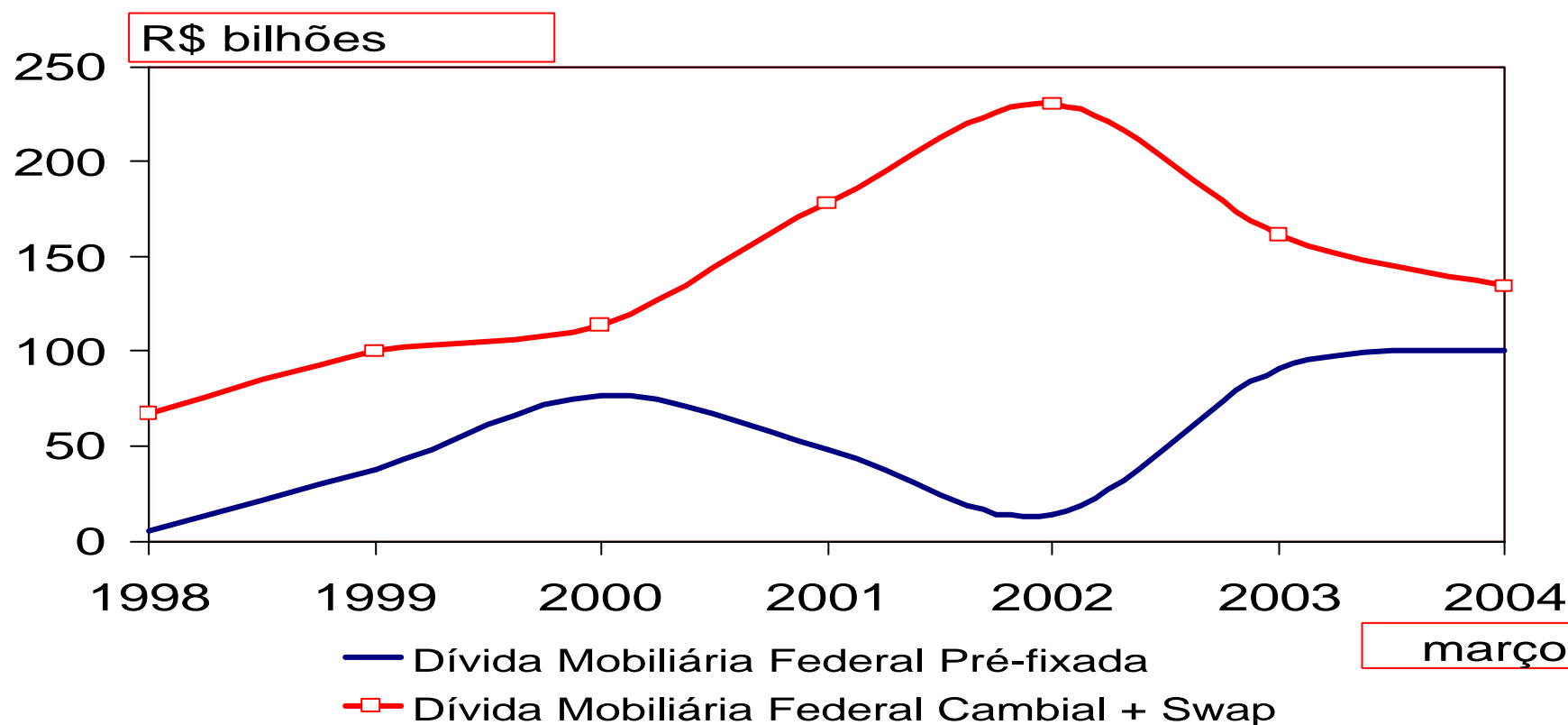


Consolidando a estabilidade macroeconômica Curva de Juros Futuros em declínio

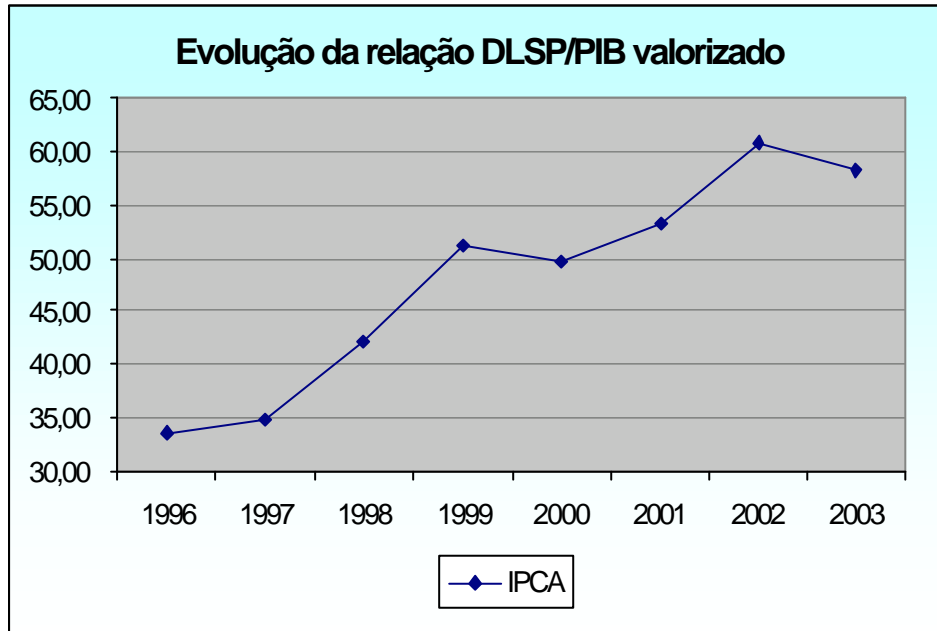


Consolidando a estabilidade macroeconômica

Melhora na Composição da Dívida Pública: aumento da proporção de títulos pré-fixados (com prazos mais longos e a taxa mais baixas) e redução da dívida indexada ao câmbio.



Consolidando a estabilidade macroeconômica Reversão da tendência de crescimento da dívida



Variacão em 2003:

Δ Dívida Nominal₂₀₀₃ = 3,64%

Δ IGP₂₀₀₃ = 7,67%

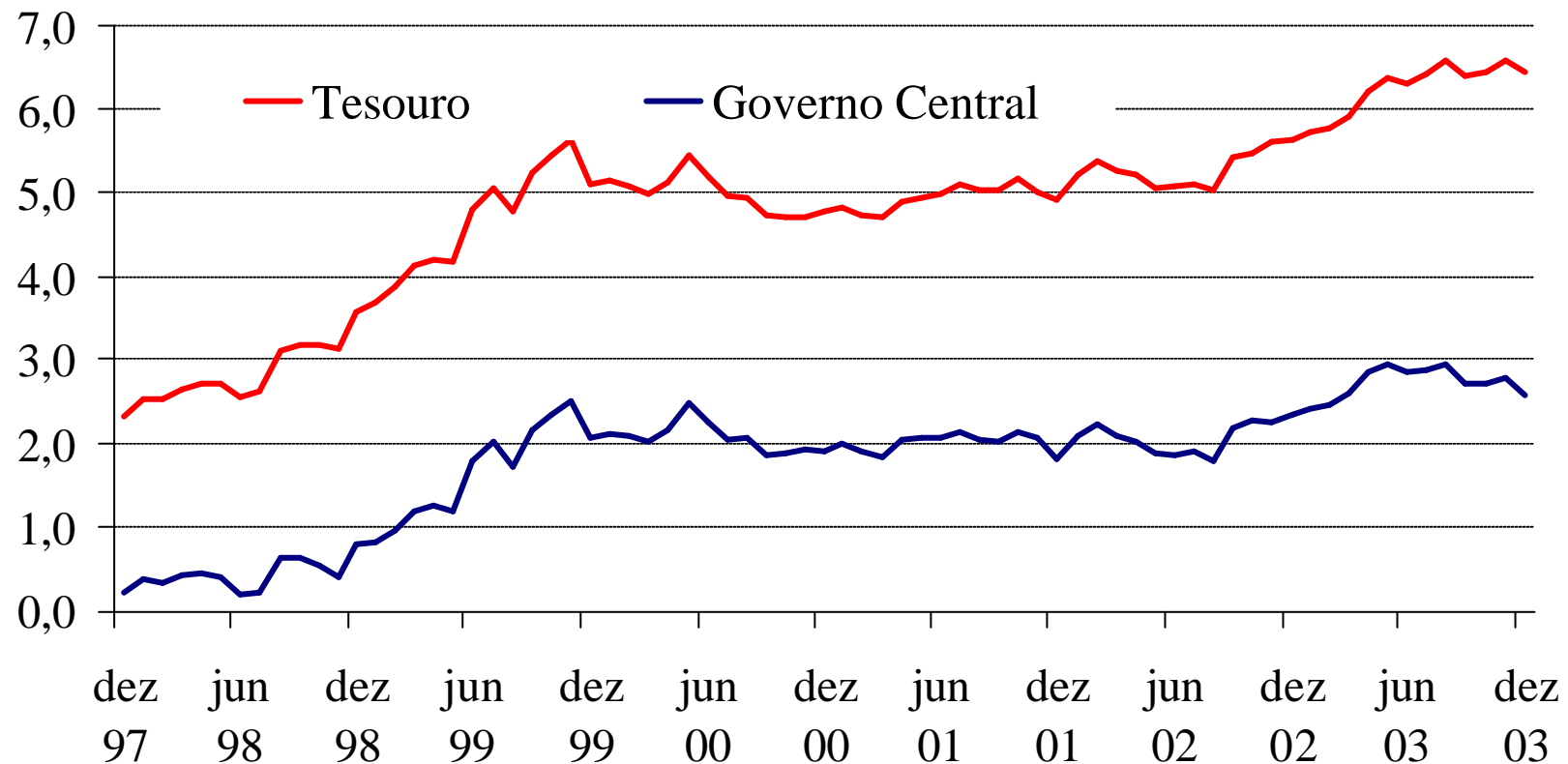
Δ Dívida Real₂₀₀₃ @ - 3,74%

... mas, ainda maior que em 2000/2001

	Dívida (R\$ bilhões)	PIB (R\$ bilhões)	Dívida/PIB corrente	Dívida/PIB inflacionado IPCA	Dívida/PIB inflacionado IGP
2002	881	1.346	65,5%	60,2%	55,5%
2003	913	1.515	60,3%	58,6%	58,2%

Consolidando a estabilidade macroeconômica

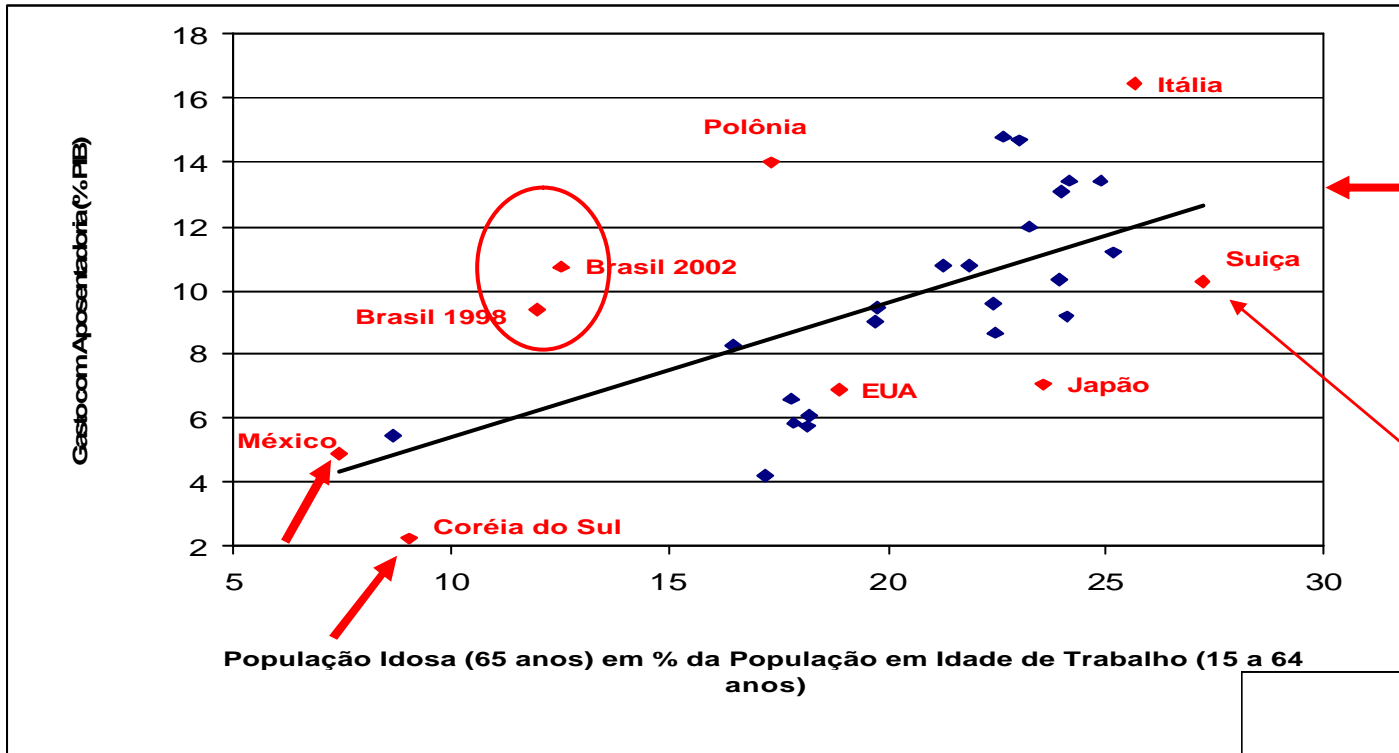
Resultados Primários (% PIB 12 meses)



(1) No resultado do Tesouro foi excluído o déficit do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e do Regime de Previdência dos Servidores Públicos (RPSP).

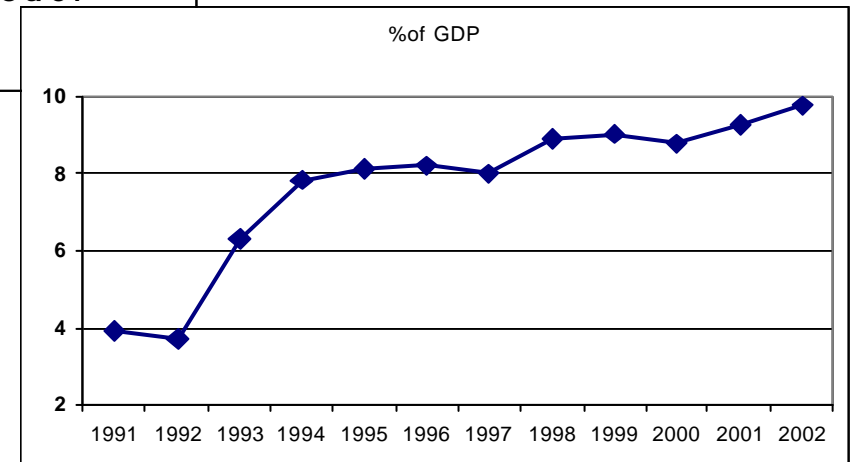
Consolidando a estabilidade macroeconômica

A política fiscal tem que se ajustar aos gastos obrigatórios



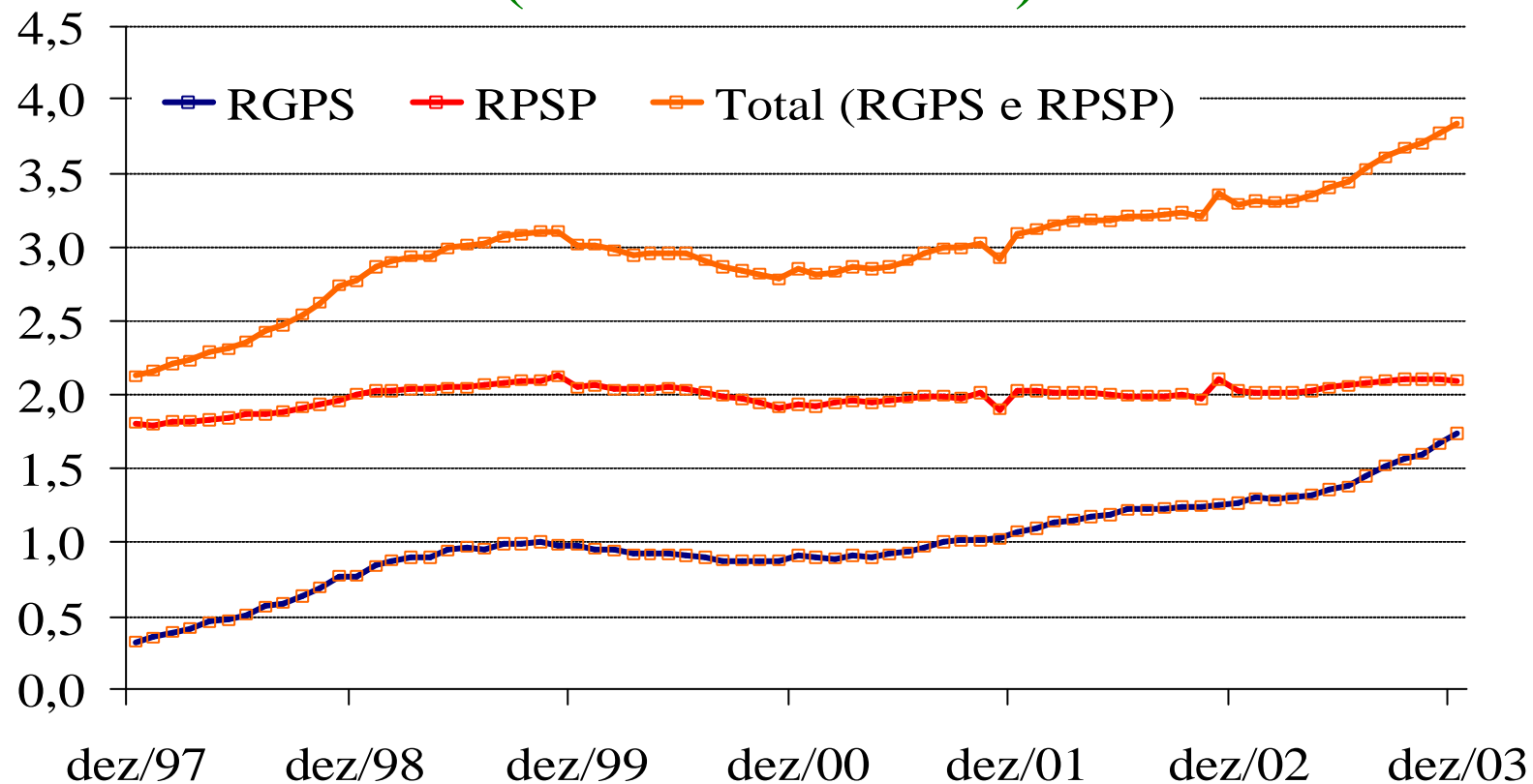
O Brasil gasta proporcionalmente mais com aposentadorias do que os países com fração semelhante de idosos na população.

O gasto efetivo federal com previdência aumentou com o fim da inflação, quando se parou de correr as aposentadorias



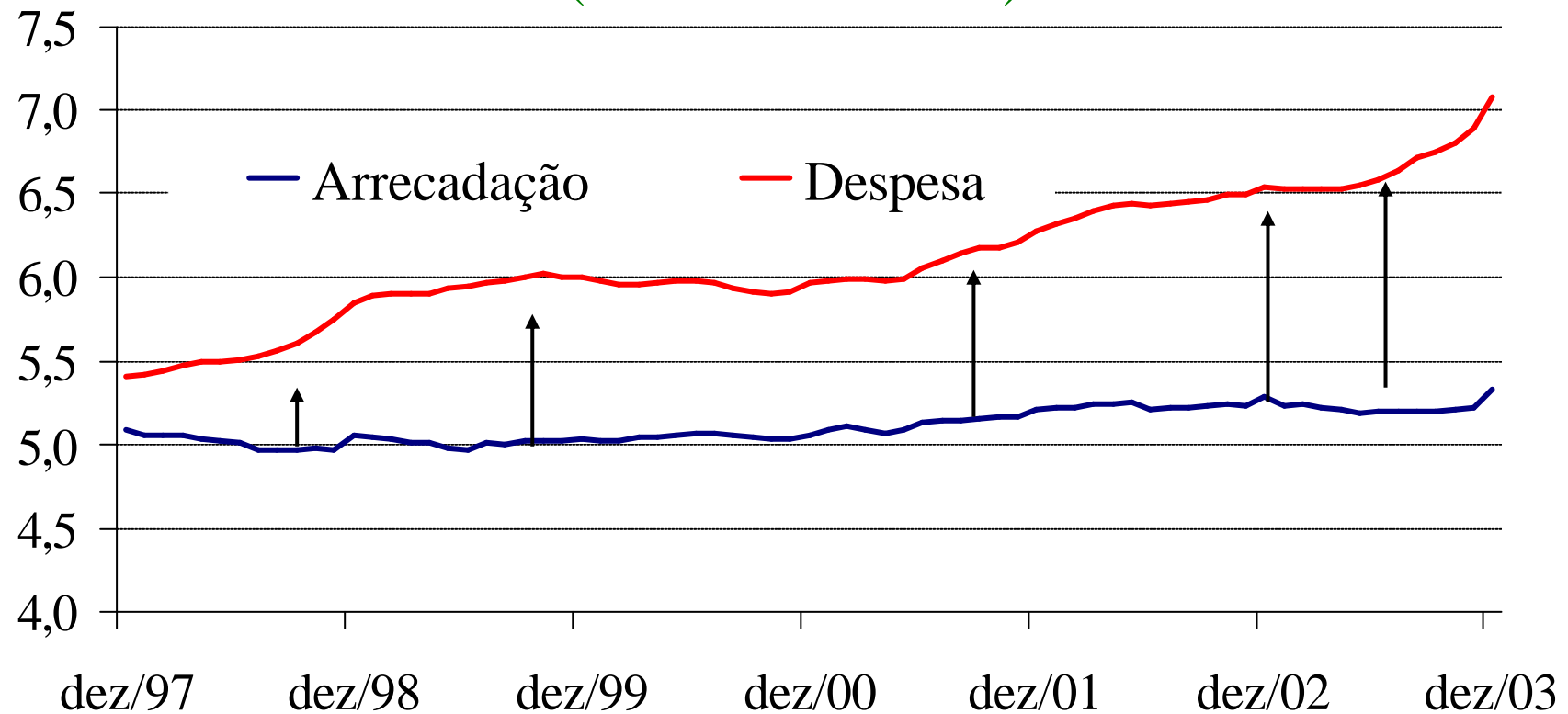
Consolidando a estabilidade macroeconômica: A Previdência

Necessidade de Financiamento (% PIB 12 meses)



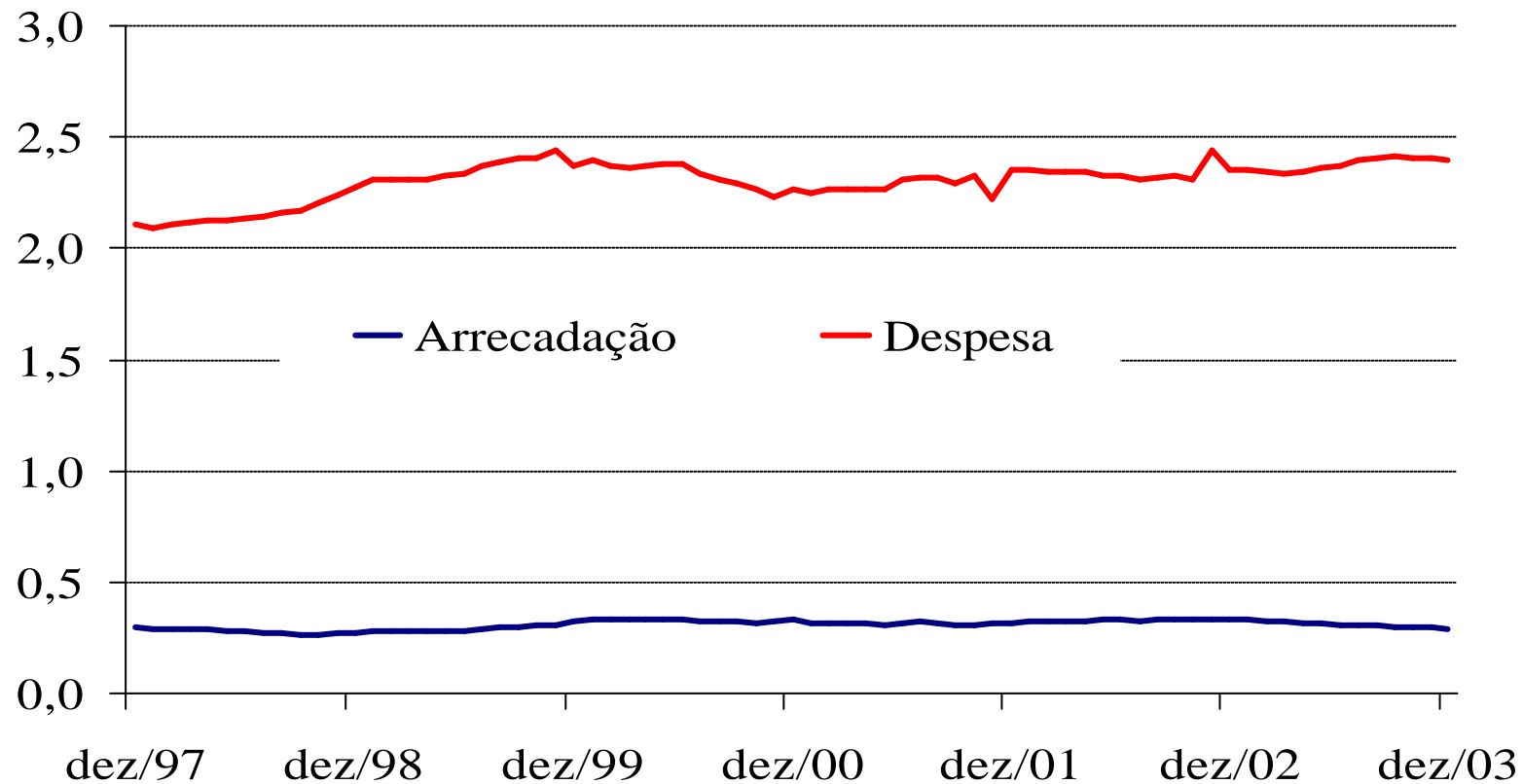
Consolidando a estabilidade macroeconômica: A Previdência

Regime Geral de Previdência Social (% PIB 12 meses)



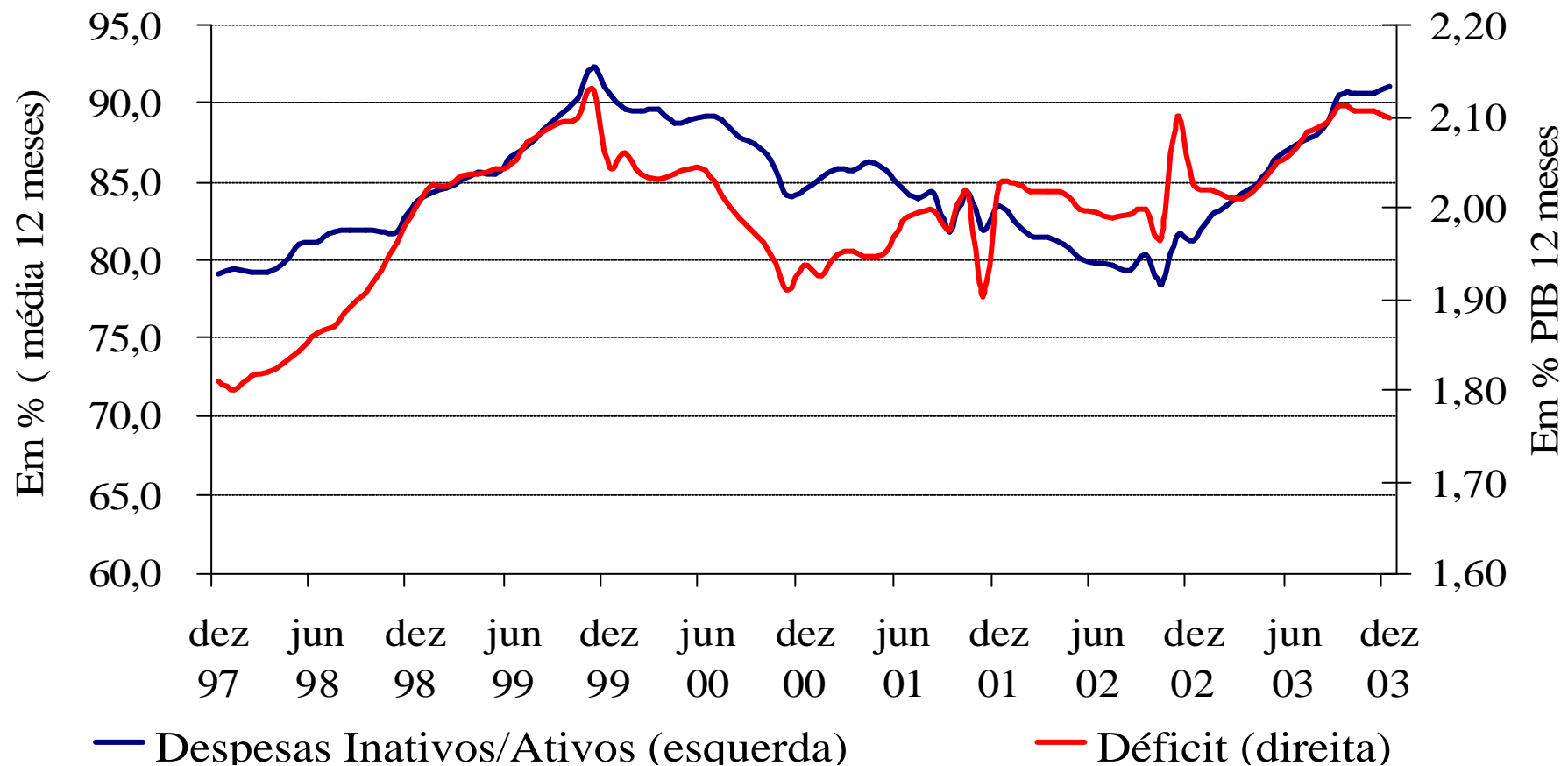
Consolidando a estabilidade macroeconômica: A Previdência

Regime de Previdência dos Servidores Públicos (RPSP)
(% PIB 12 meses)



Consolidando a estabilidade macroeconômica: A Previdência

Despesas de Inativos/Ativos e Déficit RPS



Consolidando a estabilidade macroeconômica: A Previdência

Já em 2004, graças as medidas adotadas pelo governo, houve uma redução da curva de déficit de um patamar próximo aos R\$ 14,2 bilhões para valores em torno de R\$ 13,3 bilhões, representando uma redução de 6,3% em termos reais.

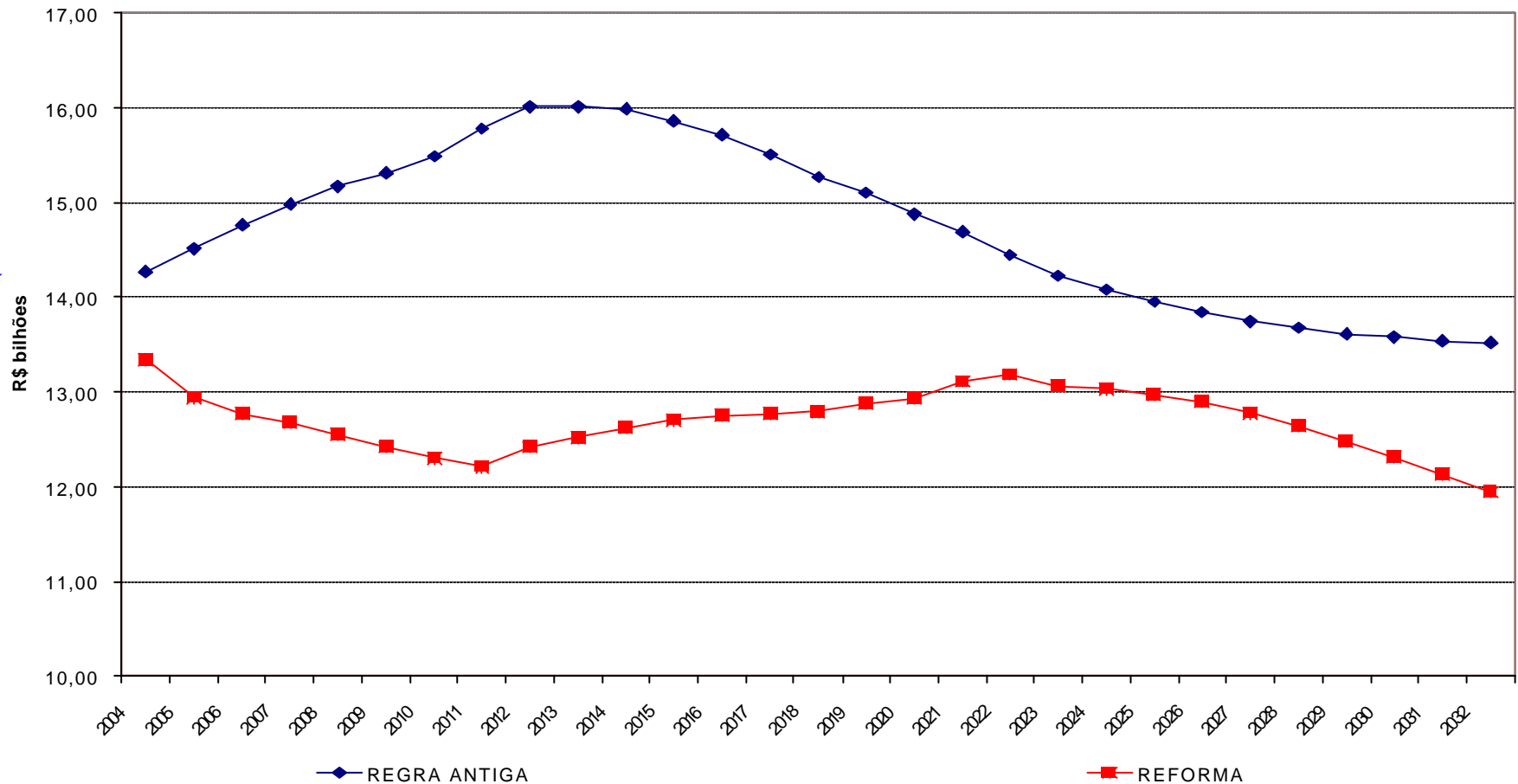
Portanto: sob a ótica do fluxo de caixa, a combinação das medidas propostas gerará efeitos de curto, de médio e de longo prazos no orçamento da Previdência dos Servidores Públicos Civis da União.

Pode-se se estimar que, em termos de valor presente líquido, essas medidas reduziriam a insolvência do sistema na ordem de R\$ 49,0 bilhões em um horizonte temporal de 20 anos.

Consolidando a estabilidade macroeconômica: A Previdência

Estimativa Da Evolução Da Necessidade De Financiamento - União - Executivo Civil e Judiciário* - Regra Antiga e Reforma - 2004 A 2032

Impactos positivos de longo prazo da reforma da previdência.



Fonte e Elaboração: MPS/SPS/CGAET (*) Executivo Civil = SIAPE, ABIN e BACEN. Judiciário = Justiça Eleitoral, Trabalhista e TJDF.

Consolidando a estabilidade macroeconômica

As contas públicas sempre fecham. Isto pode ocorrer de *forma saudável* → superávit primário compatível com as necessidades fiscais;

forma não saudável → inflação, aumento de impostos ou renegociação traumática da dívida (Plano Collor).

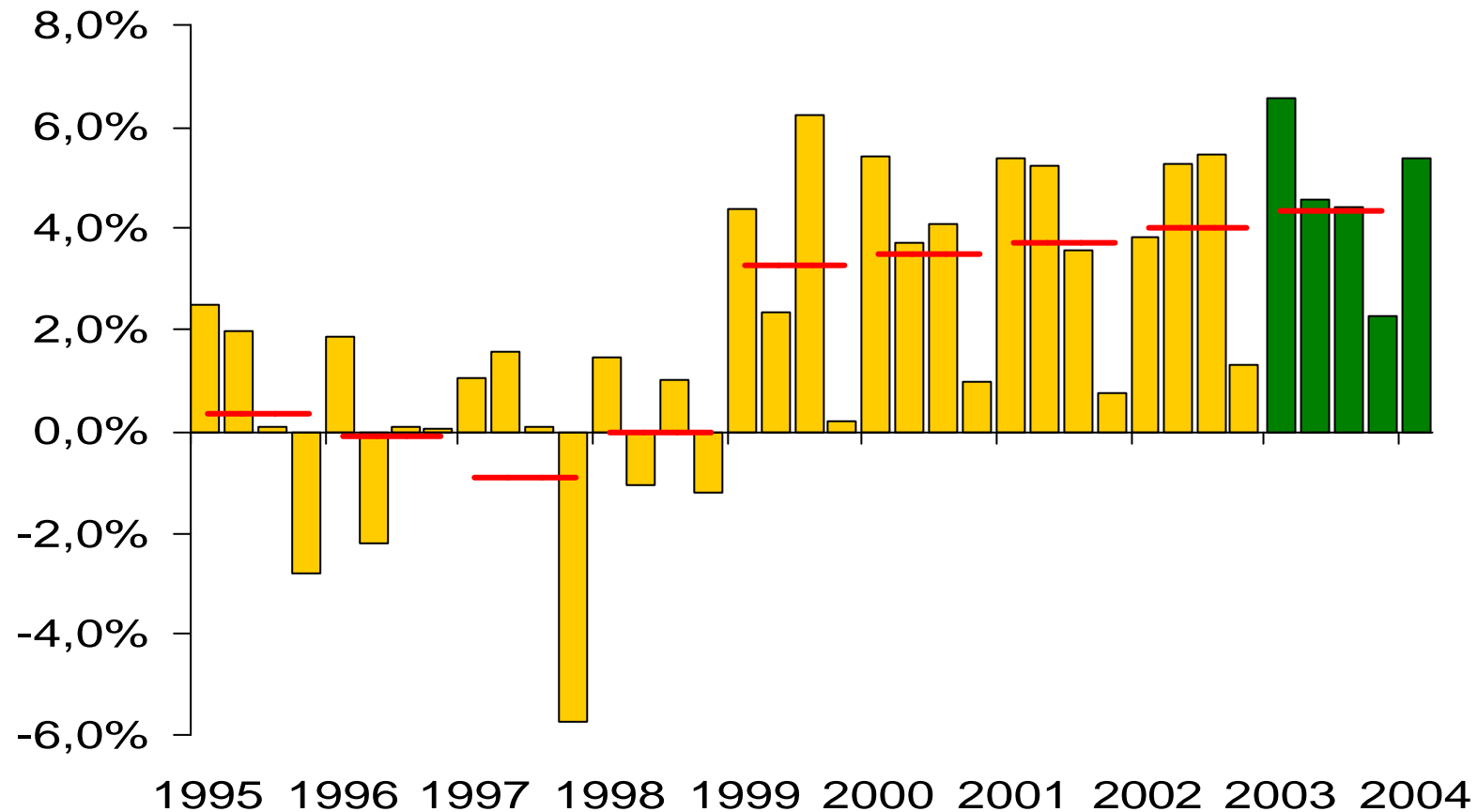
A nova política fiscal se baseou em:

- metas de longo prazo para o superávit primário que garantam queda da relação dívida/PIB;
- compromisso de não aumentar carga tributária do governo federal em relação ao nível de 2002.

Em particular, o ajuste fiscal em 2003 foi feito com queda sem precedentes das despesas públicas (1% do PIB).

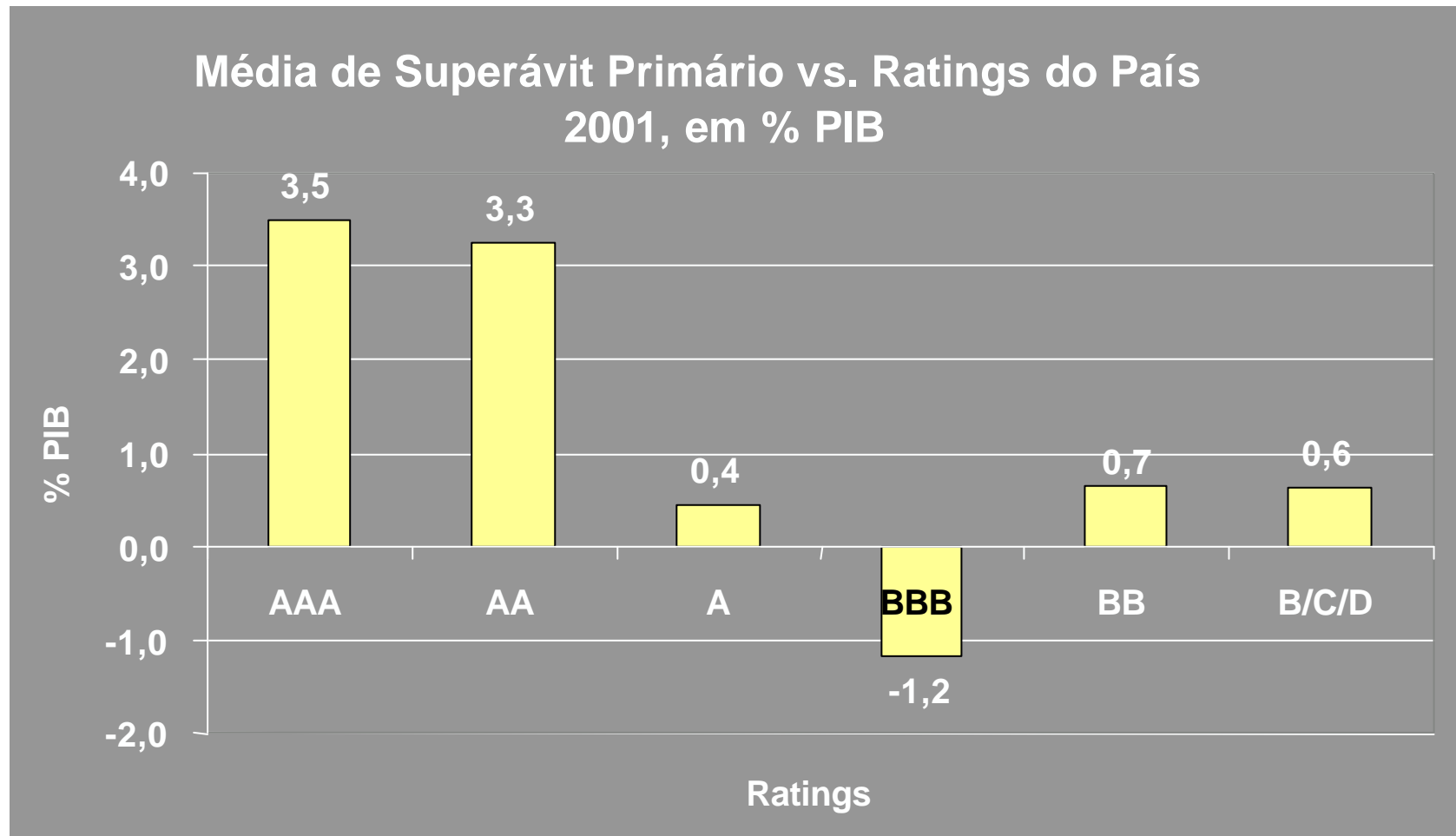
Consolidando a estabilidade macroeconômica

Superávit Primário como % do PIB (trimestral)



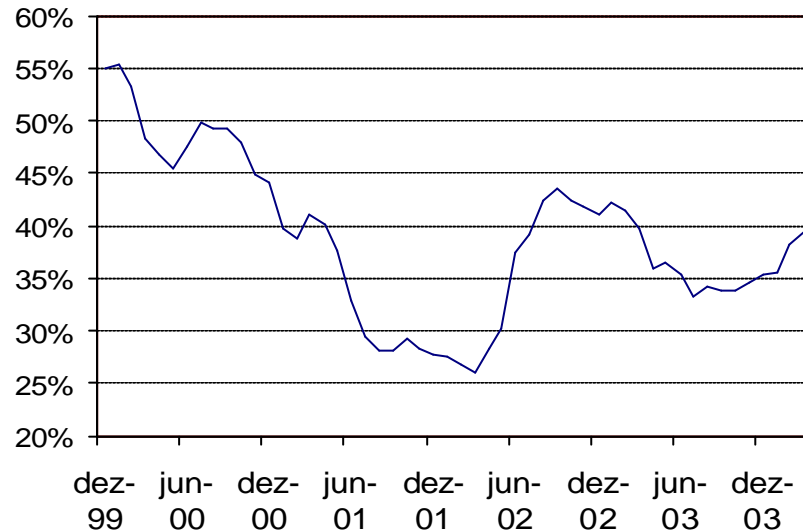
Consolidando a estabilidade macroeconômica

Geralmente, países com rating altos têm superávits primários altos



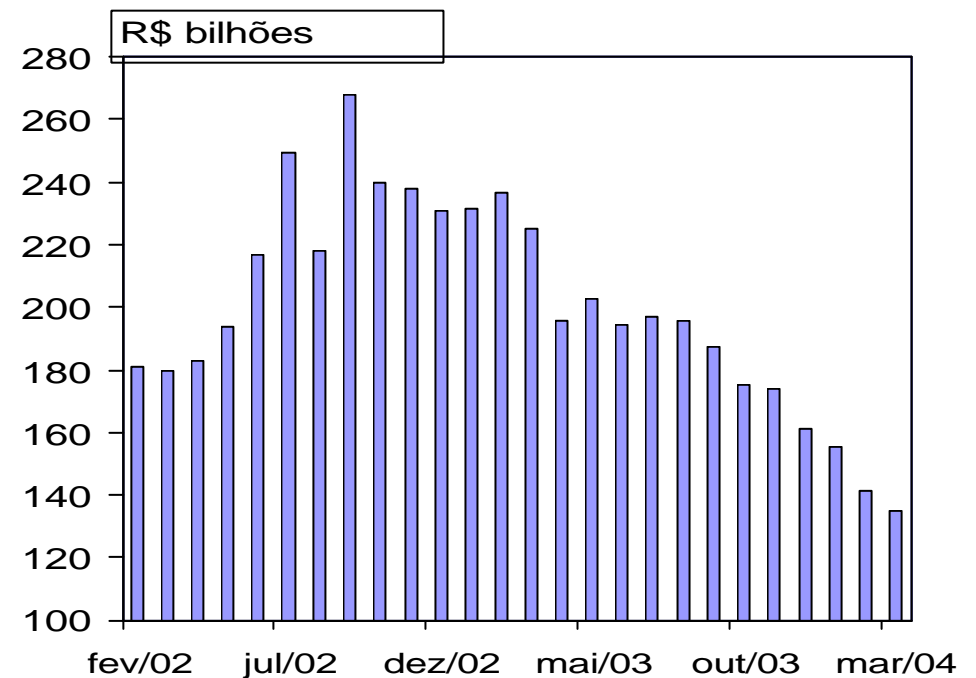
Resultados da nova Política Fiscal para a Dívida Pública:

% Vencendo em 12 meses da DPMFi



Redução da Dívida Cambial Interna (incluindo Swaps)

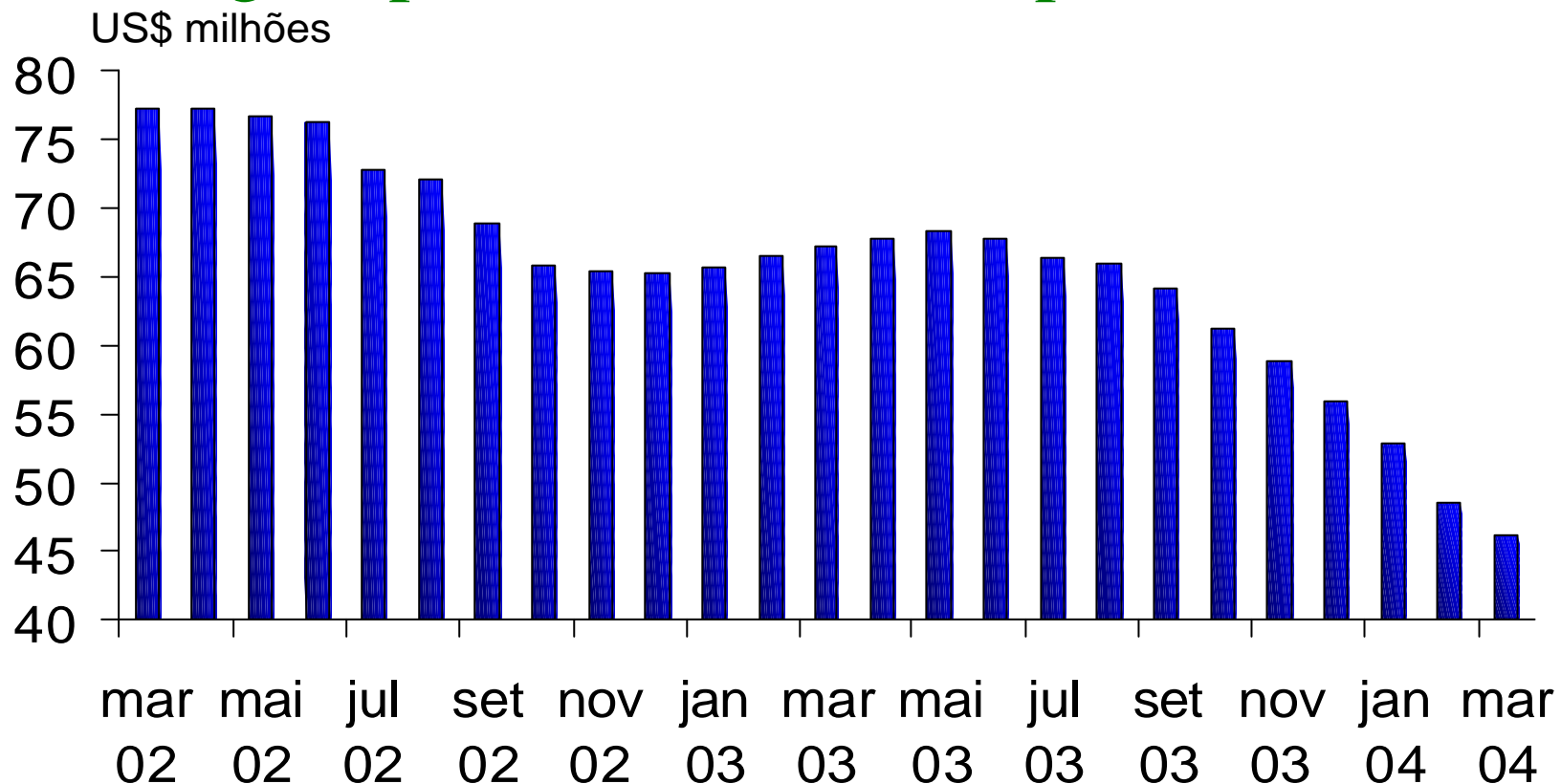
Redução da parcela da dívida vencida em 12 meses: alongamento do prazo de vencimento



Consolidando a estabilidade macroeconômica

Dívida Pública Mobiliária Federal Interna

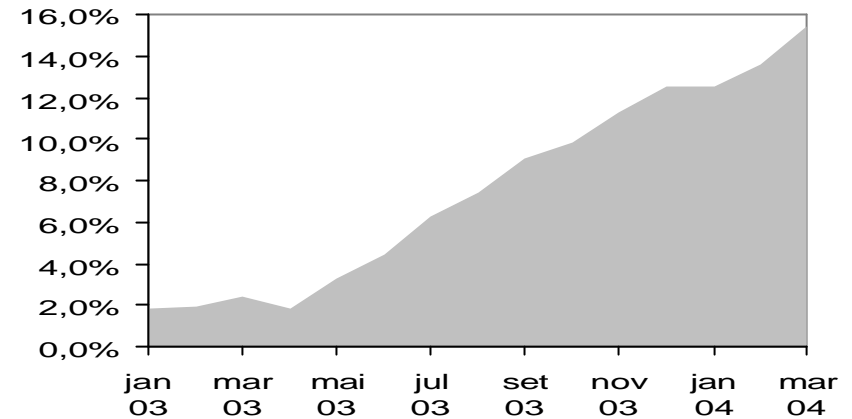
Corrigida pelo Câmbio + Swap (US\$ milhões)



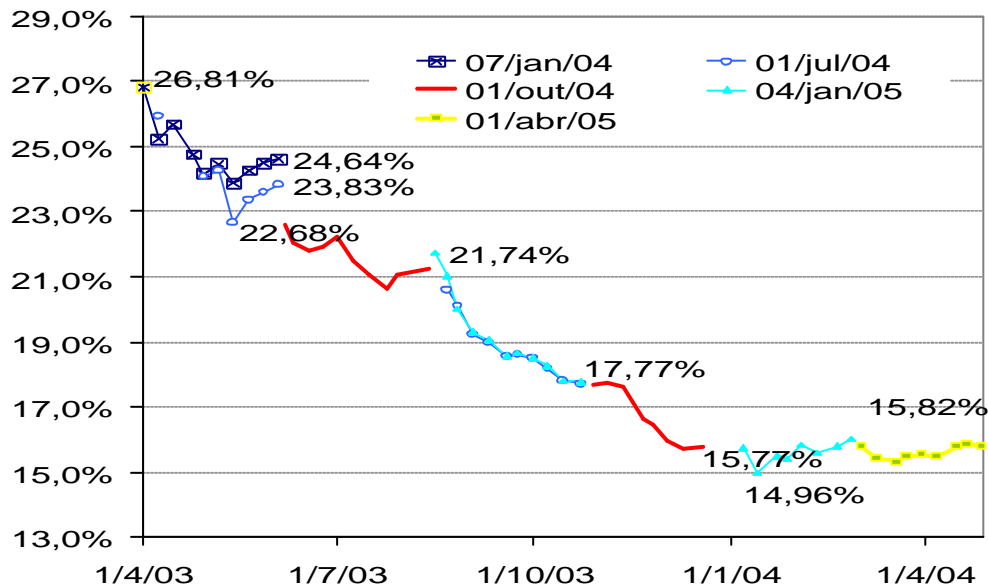
Implicações da nova Política Fiscal para a dívida pública:

Aumento da proporção de títulos pré-fixados, emitidos a prazos mais longos e a taxa mais baixas

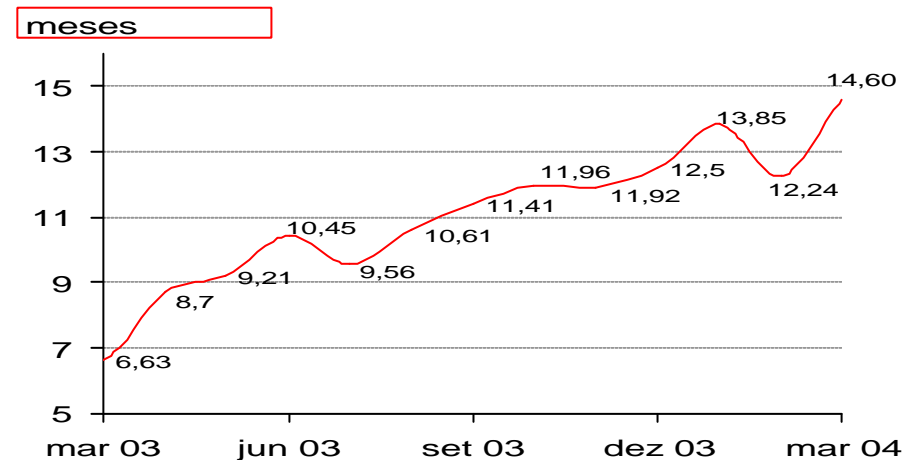
Participação dos Títulos Pré-Fixados na DPMFI



Taxas Médias Aceitas nos Leilões de LTN (Pré Fixados)



Prazo Médio de Emissão - LTN



Isto só ocorre quando há confiança, quando não há medo de inflação: confiança nas metas é única forma de sair da dívida indexada à SELIC

Implicações da nova Política Fiscal :

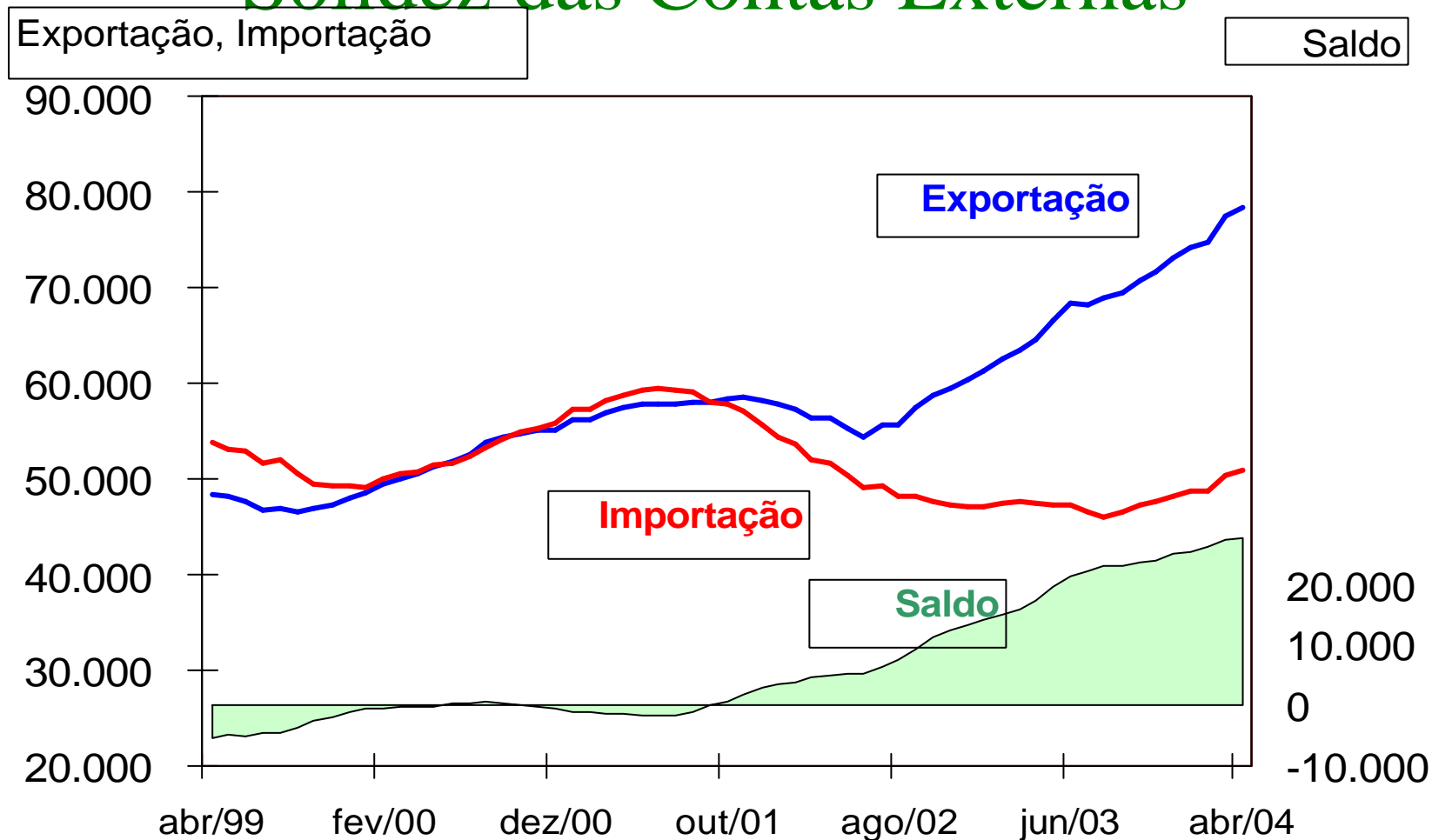
Muitos analistas já prevêm déficit nominal de 3% do PIB em 2004 – o que representaria não apenas menor índice em muitos anos, mas também estaria a par com o índice requerido na União Monetária Européia.

Equilíbrio fiscal permitiu queda acentuada das taxas de juros de mercado em 2003.

As taxas de juros de mercado caíram para níveis historicamente baixos, assim como os prêmios de risco da nossa dívida—criando um impulso para a economia que irá aumentando com o tempo.

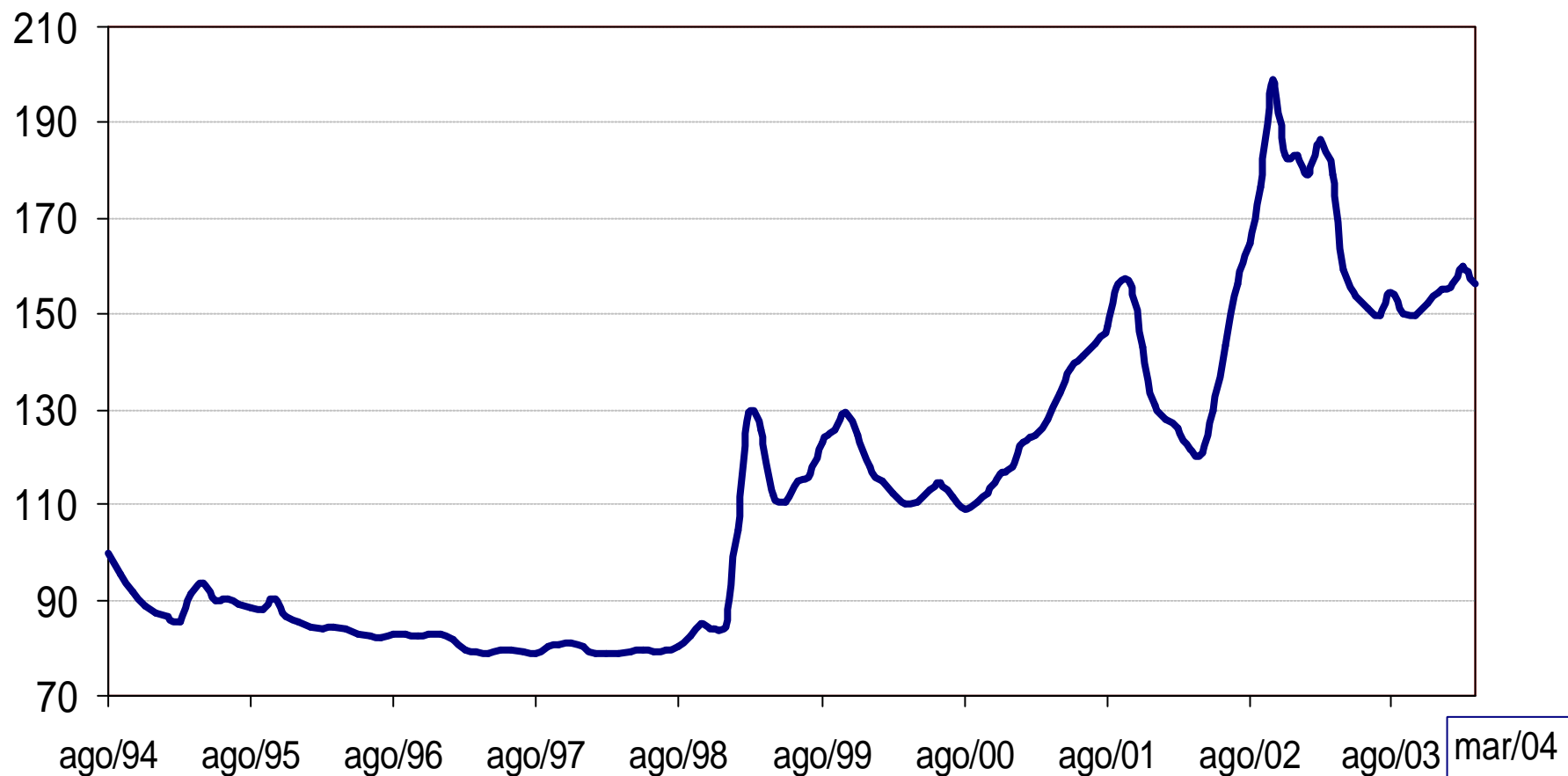
Consolidando a estabilidade macroeconômica

Solidez das Contas Externas



Consolidando a estabilidade macroeconômica

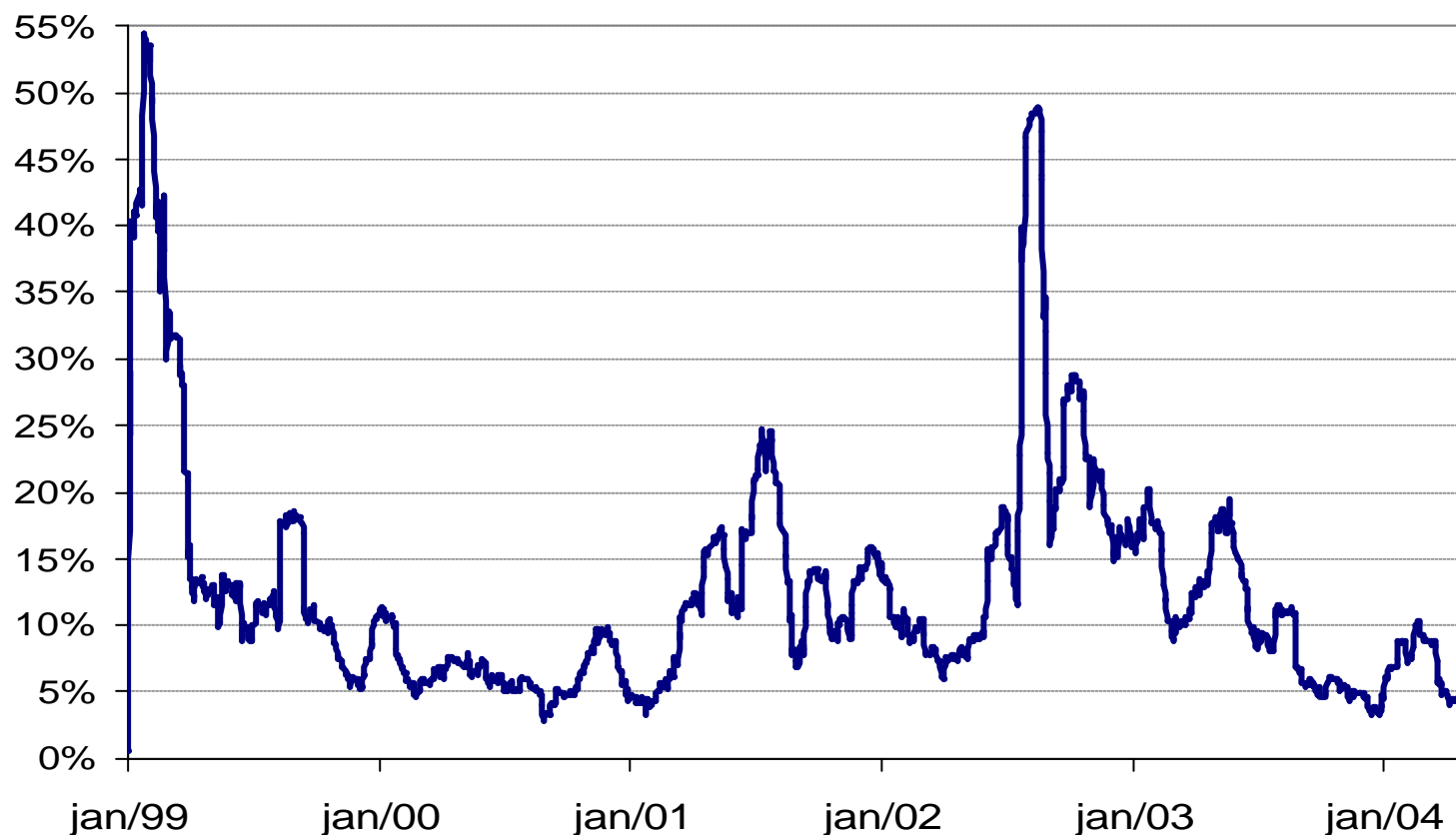
Taxa de Câmbio Efetiva Real



Média ponderada de uma cesta de moedas deflacionada pelo índice de poder de compra do país e pelo IPCA do Brasil (Ago/1994 = 100)

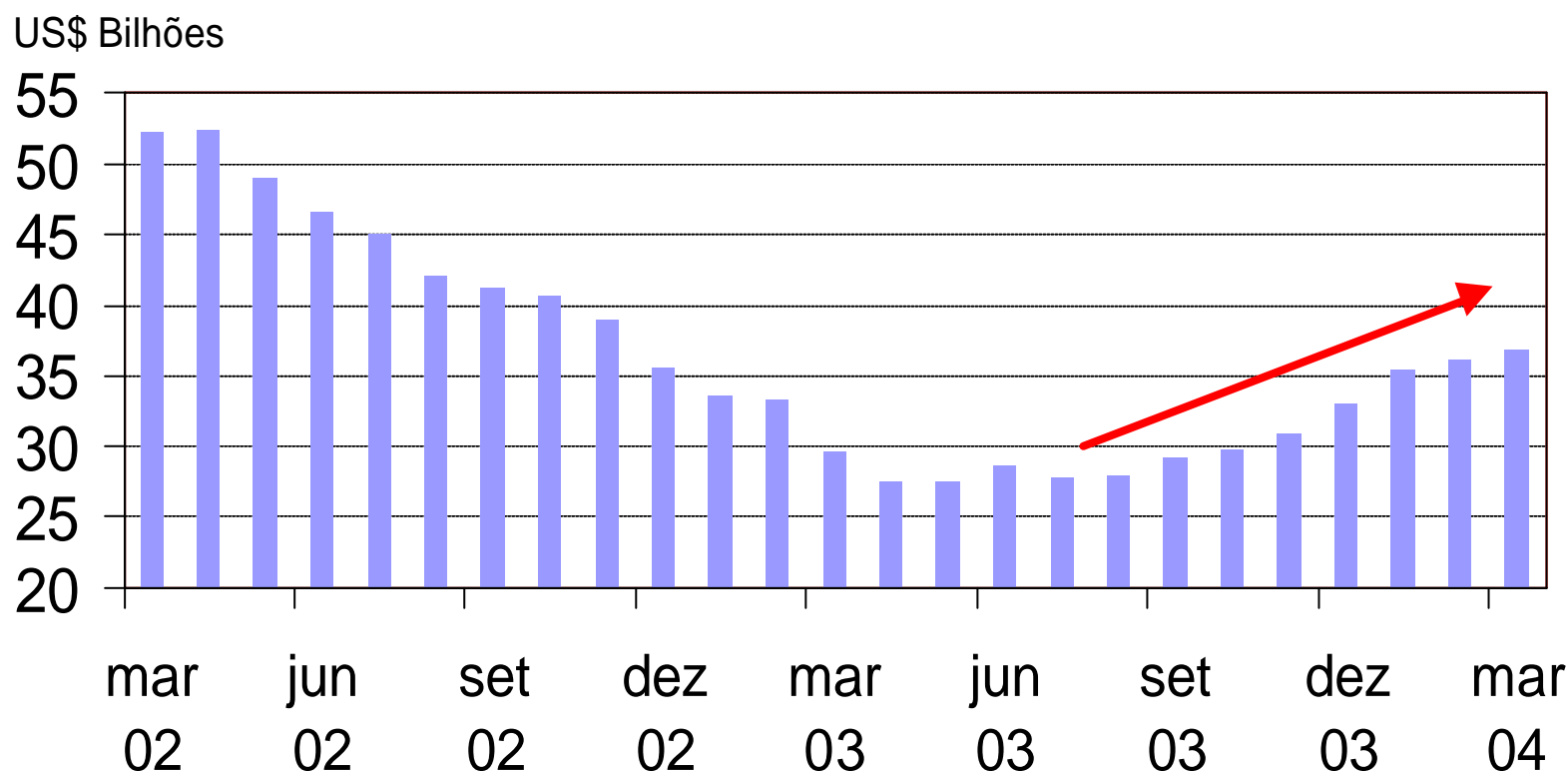
Fonte: BCB Preparado por: MF/SPE

Consolidando a estabilidade macroeconômica
Redução da volatilidade da Taxa de Câmbio é parte do quadro de estabilidade e permite decisões sobre comércio de mais longo prazo



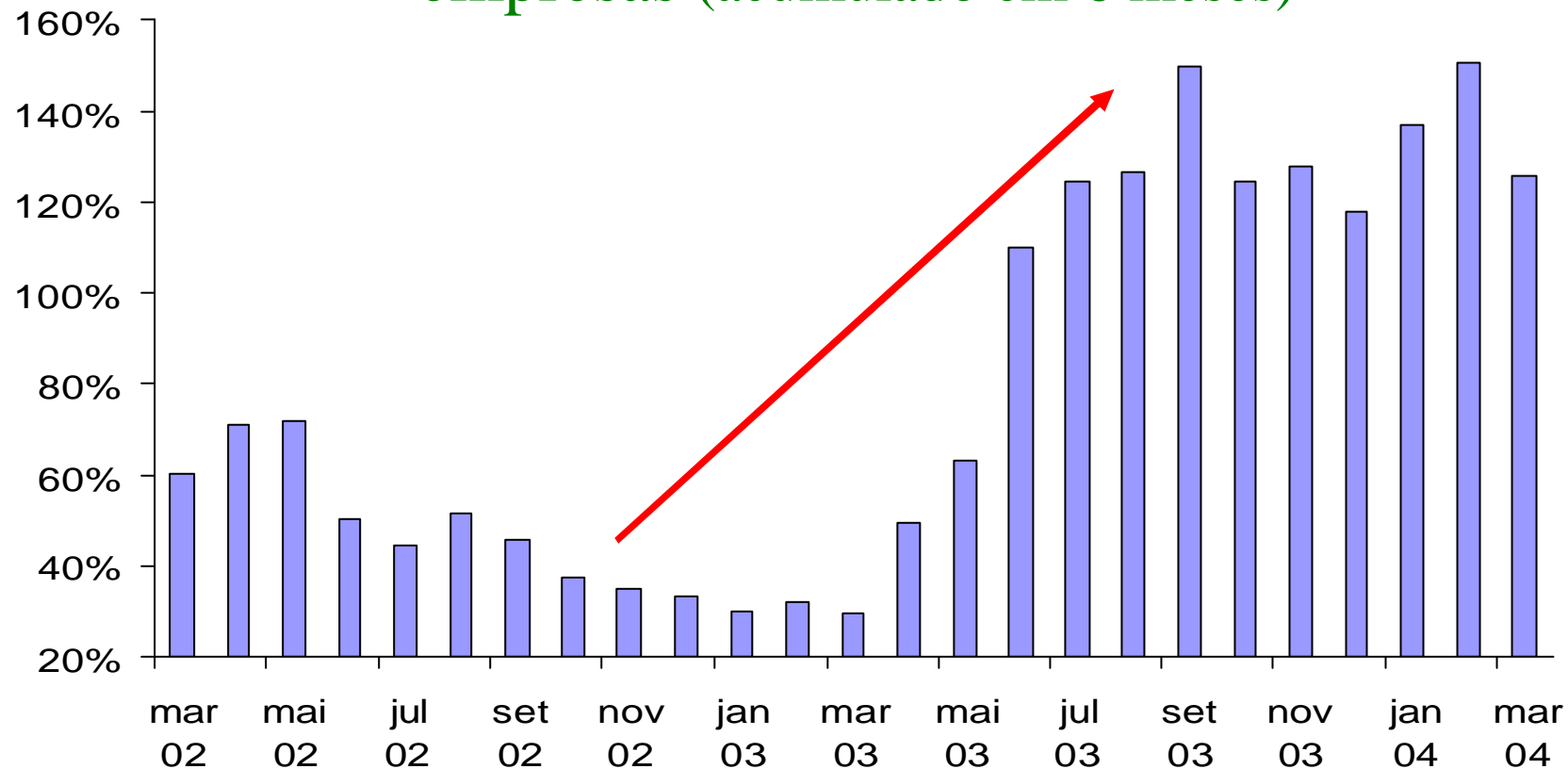
Consolidando a estabilidade macroeconômica

Retorno do Investimento Estrangeiro Direto + Captações de Médio e Longo Prazo (acumulado em 12 meses) reflete confiança nas perspectivas de longo prazo da nossa economia



Consolidando a estabilidade macroeconômica

Retomada da Rolagem de Empréstimos Externos ao Setor Privado reflete aumento da confiança na solidez das nossas empresas (acumulado em 6 meses)

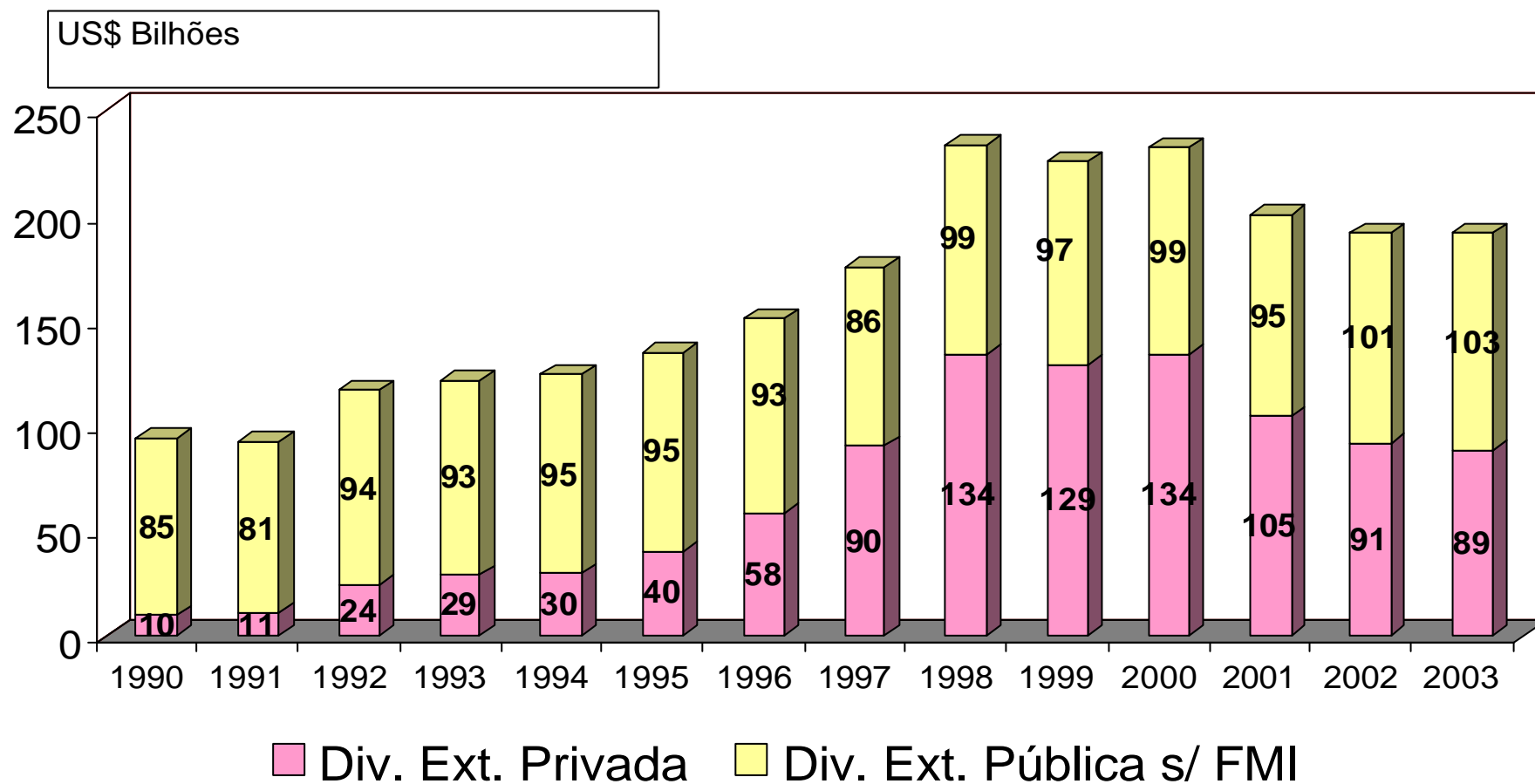


Contratação / pagamento (%)

Fonte: BCB. Preparado por: MF/SPE.

Consolidando a estabilidade macroeconômica

Dívida Externa Total, Privada e Pública

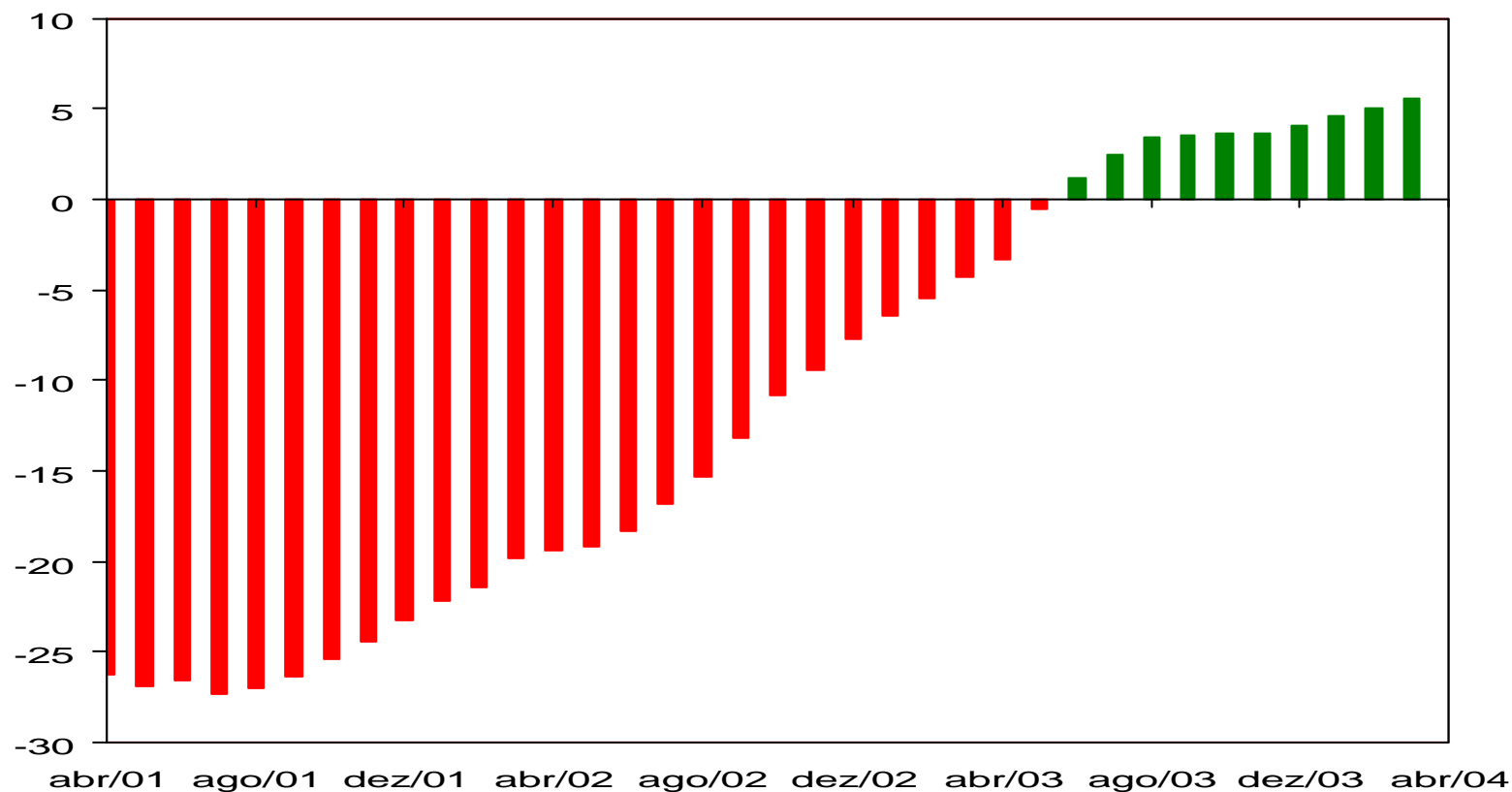


Fonte: BCB. Elaboração: MF/SPE.

Consolidando a estabilidade macroeconômica

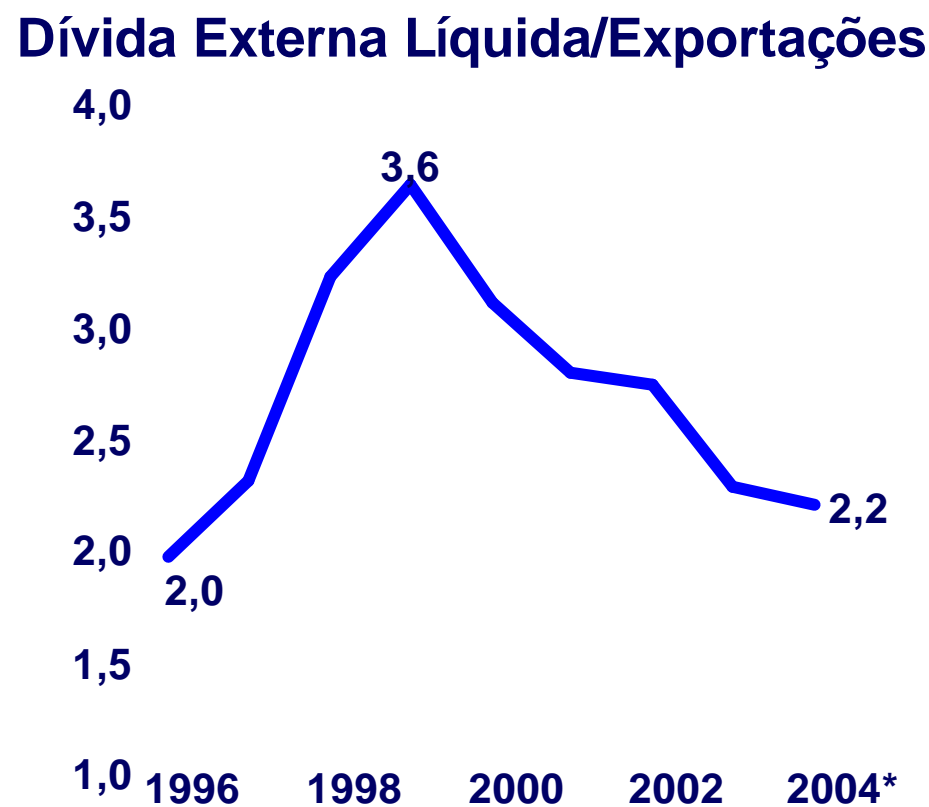
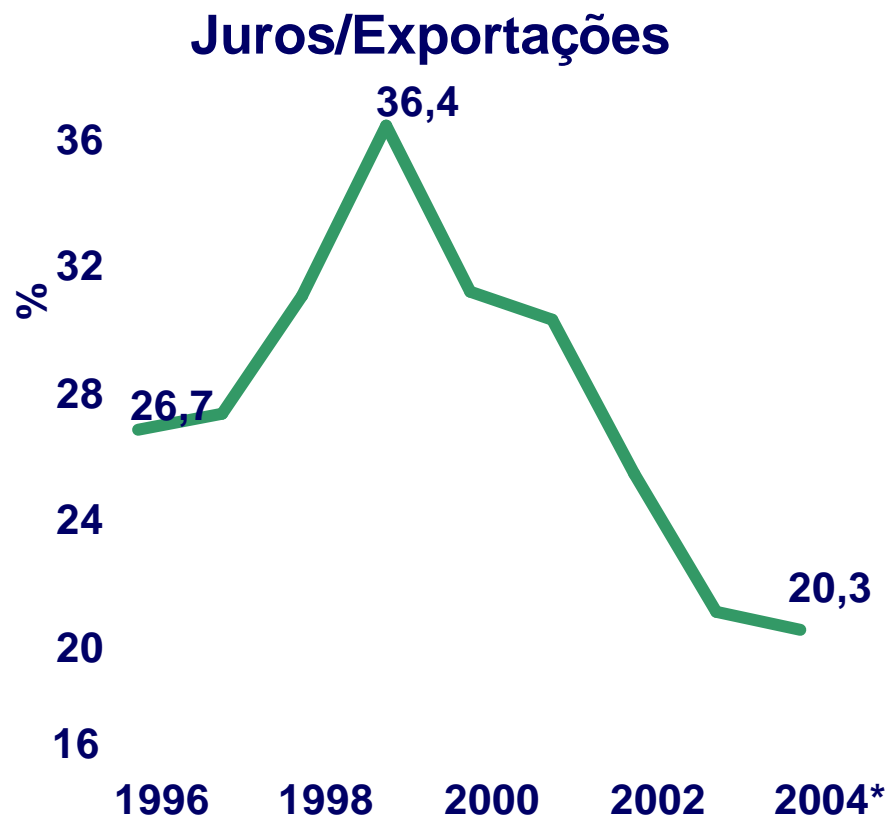
O saldo em Conta Corrente se torna positivo

(US\$ bilhões - Acumulado em 12 meses)



Consolidando a estabilidade macroeconômica

Maior Solidez das Contas Externas em 1 Década



Uma economia menos vulnerável

Brasil: Indicadores Macroeconômicos Seleccionados, 2000 e 2004

Discriminação	2000	2004 1º trimestre
Inflação (IPCA; % acumulado em 12 meses; fim de período)	7,7	5,9
Taxa de juros (SELIC; % ao ano; média do período)	17,6	16,3
Superávit primário Setor Público (% do PIB, accum. 12 meses)	3,5	4,1
Saldo da balança comercial (US\$ bilhões; acumulado em 12 meses)	-0,7	27,2
Títulos federais indexados à taxa de câmbio (% do total) ¹	22,5	16,3
Spread (C-Bond, pontos base, média do período)	724	569
Dívida Líquida do Setor Público (% do PI B)	48,8	57,4

Fontes: Banco Central do Brasil, IPEA e IBGE

1. Inclui efeito das operações de swap realizadas pelo Banco Central.

Após um ano e quatro meses de um ajuste consistente, os resultados já são visíveis:

O Brasil Retoma o Crescimento

Retomando o crescimento

Desempenho Recente da Indústria

Os dados industriais de março confirmam a retomada da atividade econômica, após o ajustamento no ritmo de produção observado desde o final de 2003.

A produção industrial, medida pelo IBGE, cresceu 2,1% em março frente ao mês anterior, reduzindo a queda do primeiro trimestre de 2004 em relação ao último de 2003 para 1,2%. Esse comportamento reflete, por um lado, a paulatina redução nas taxas de juros e melhoria nas condições de crédito e, por outro, a manutenção do volume de exportações.

As vendas industriais, por sua vez, apuradas pela CNI, para todo o País, elevaram-se 3,5% no mesmo período, enquanto as vendas relativas à São Paulo, pesquisadas pela Fiesp, cresceram 1,1%.

Retomando o crescimento

Produção Industrial por Categoria de Uso – Variação %

Segmentos	Mar/Fev *	Mar 04 / Mar 03	Acum Ano	Acum 12 Meses
Bens de Capital	1,9	36,5	20,9	7,6
Bens Intermediários	1,6	6,8	4,5	2,0
Bens de Consumo	0,2	13,7	4,6	-1,2
Durável	0,6	43,9	20,5	7,1
Semidurável e Não Durável	-0,5	7,4	1,1	-3,0
Indústria Geral	2,1	11,9	5,8	1,1

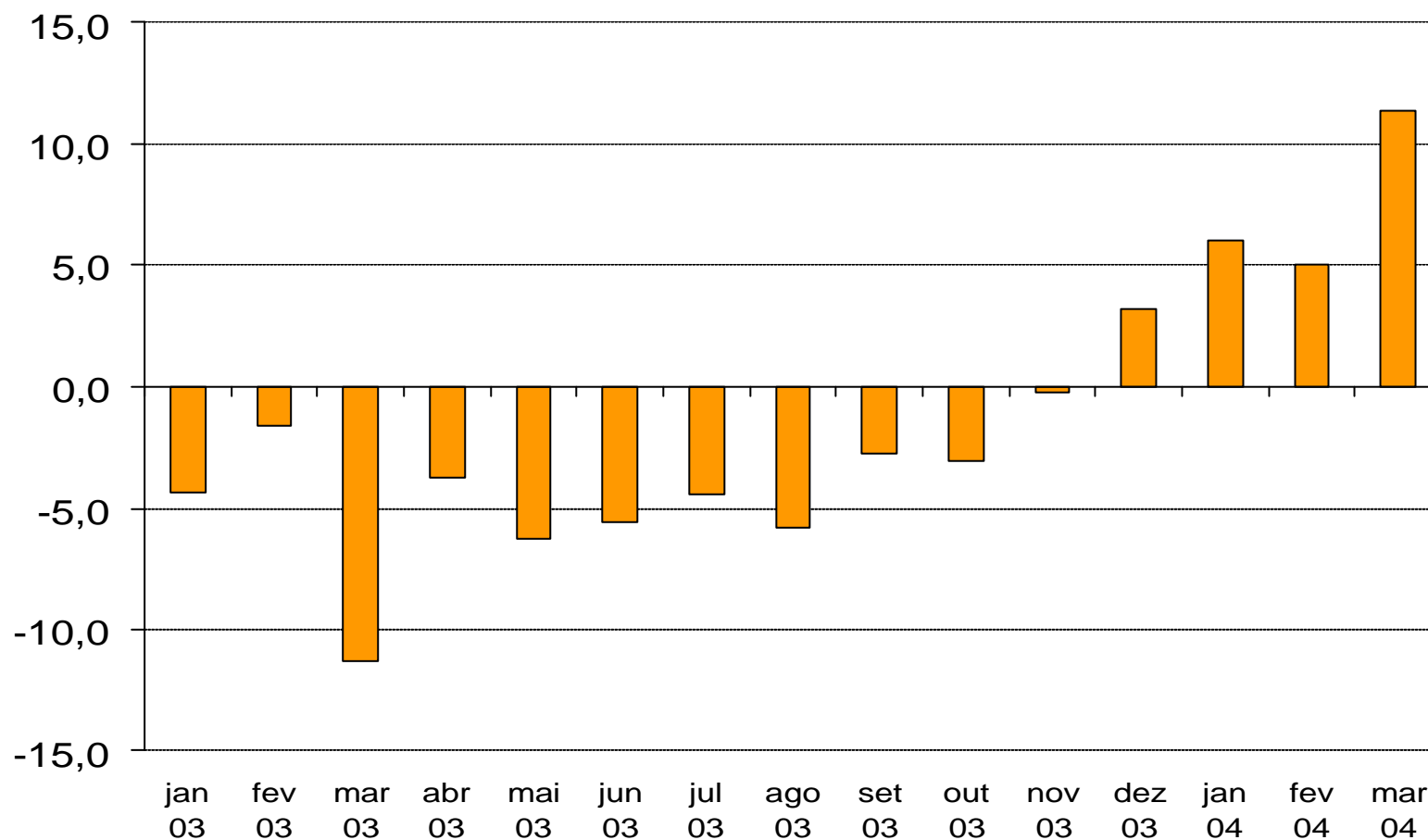
(*) Com ajuste sazonal

Fonte: IBGE/DPE/Coordenação de Indústria Elaboração: MF/SPE.

Retomando o crescimento

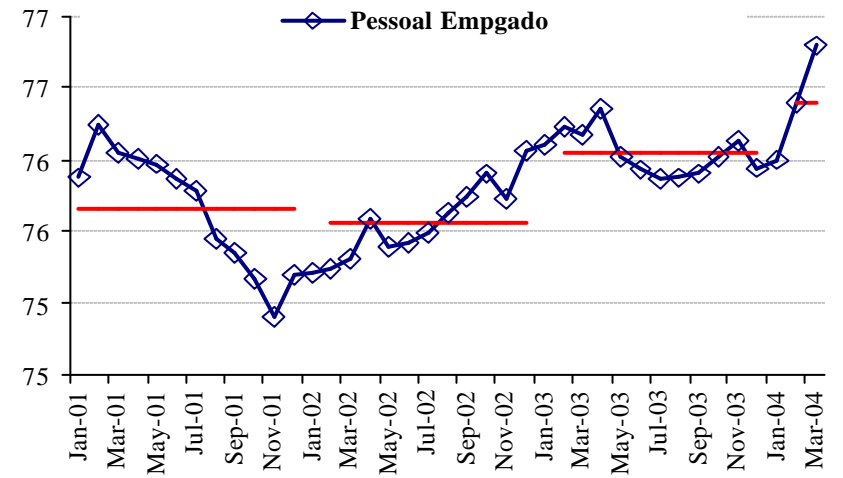
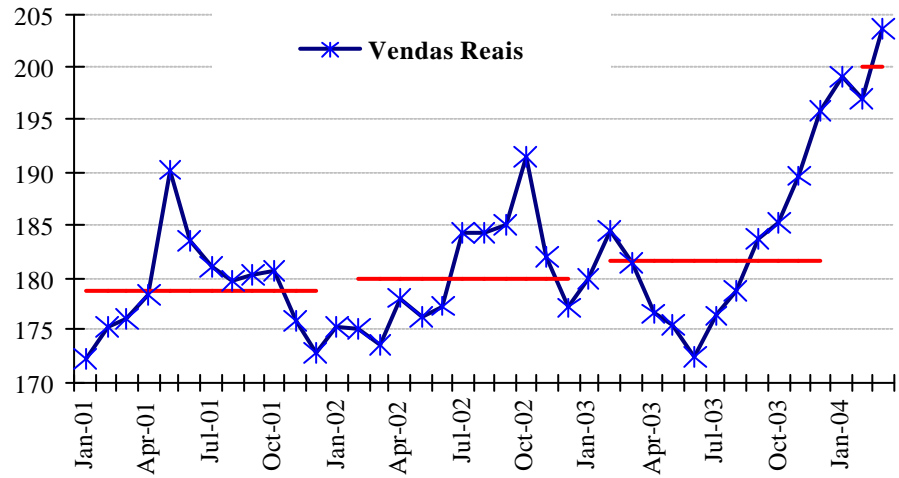
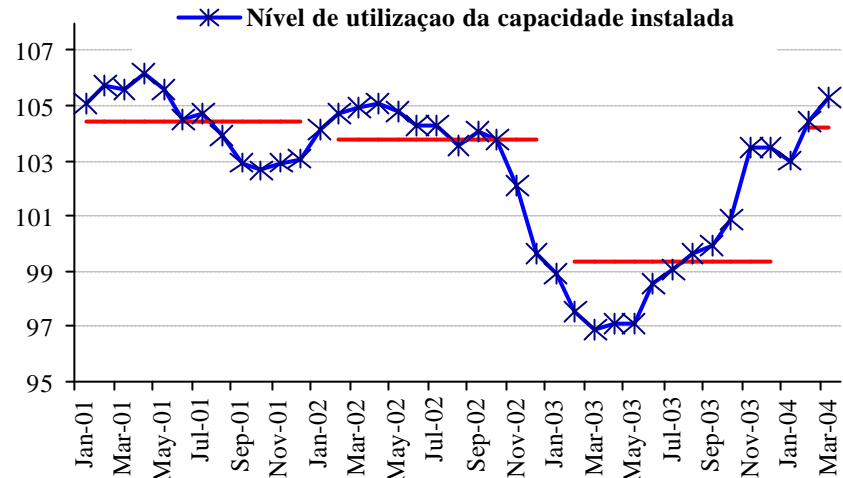
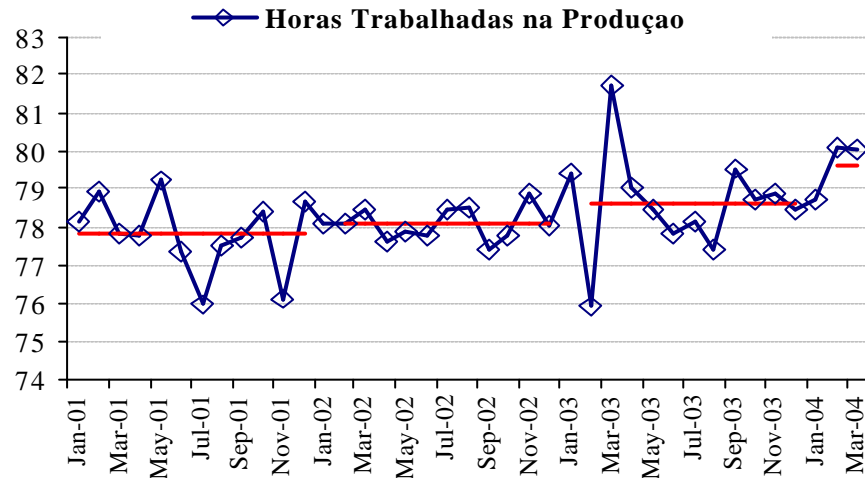
Volume de Vendas no Comércio Varejista - Brasil

Var. % em 12 meses (Base 2000 = 100)



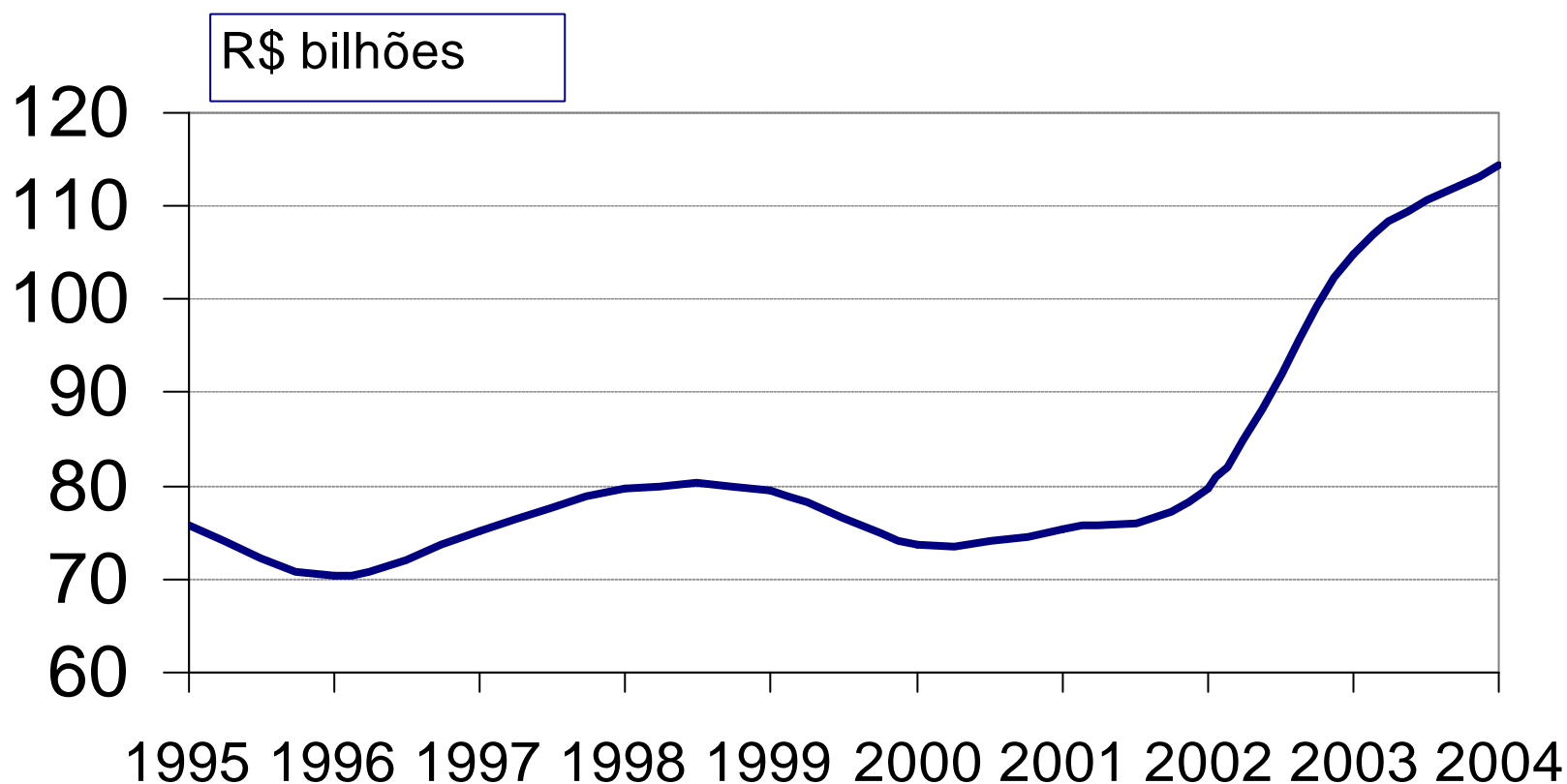
Retomando o crescimento

Indicadores Industriais - CNI (com ajuste sazonal)



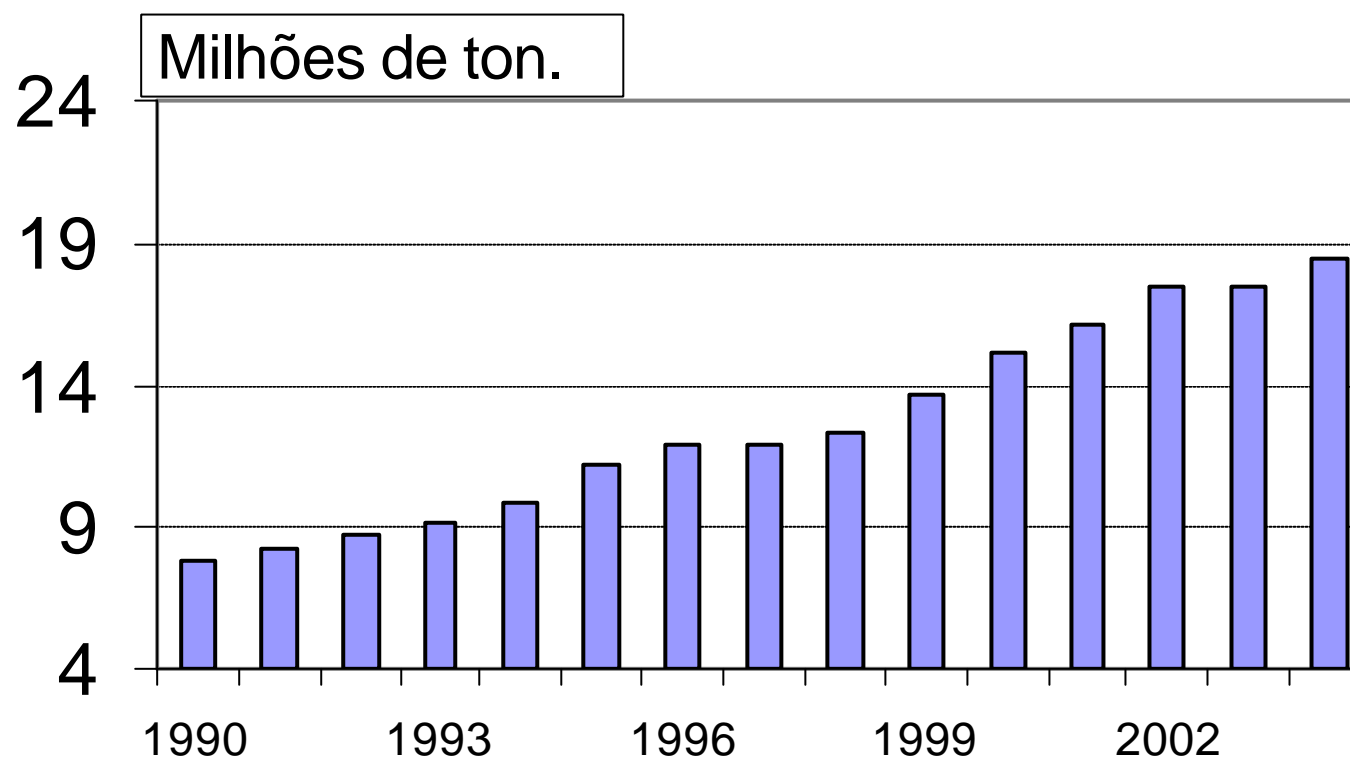
O agronegócio continua sua trajetória favorável

Renda da Agricultura (somente lavouras)



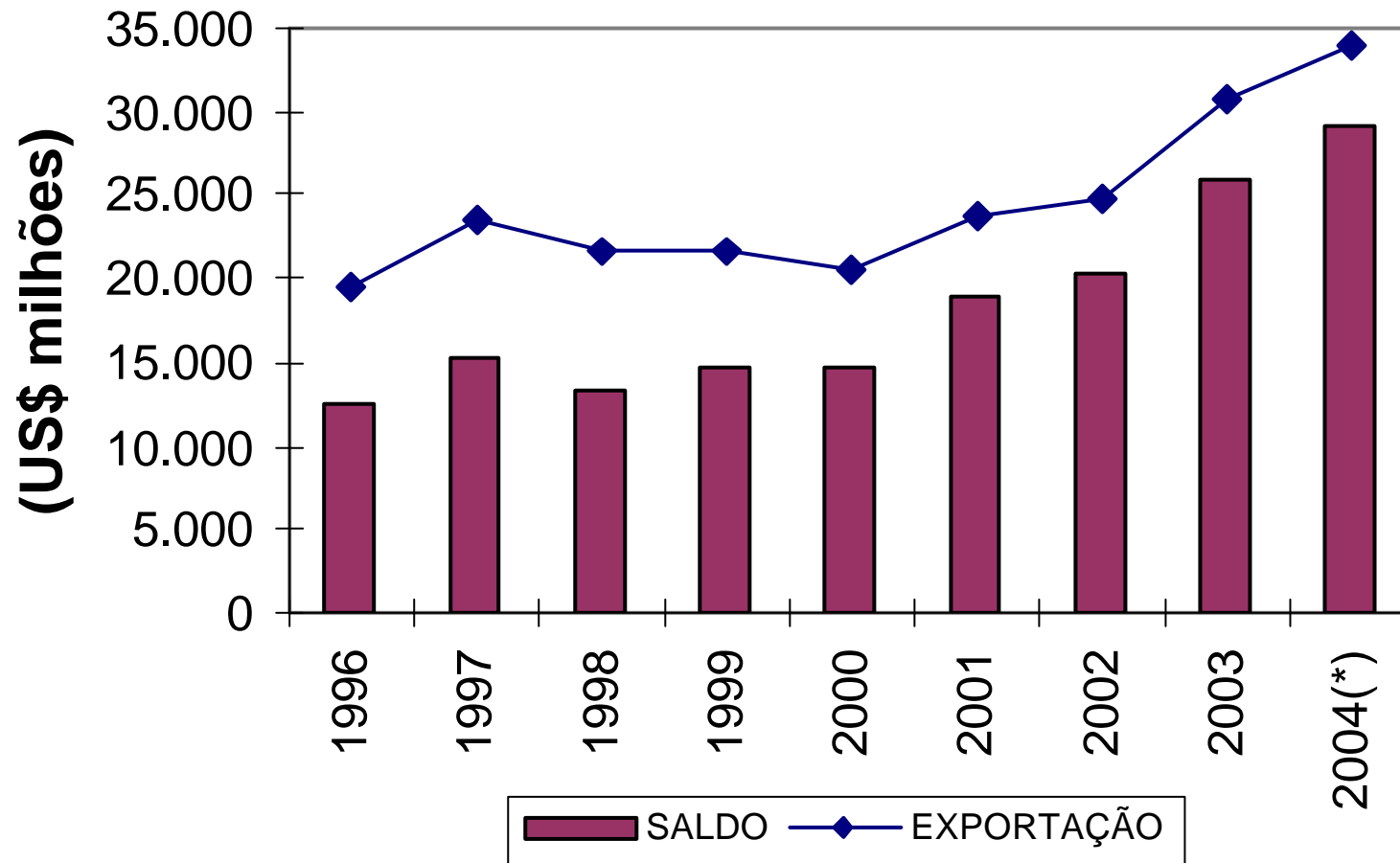
O agronegócio continua sua trajetória favorável

Produção de Carnes



... e alavanca a balança comercial

Balança Comercial do Agronegócio



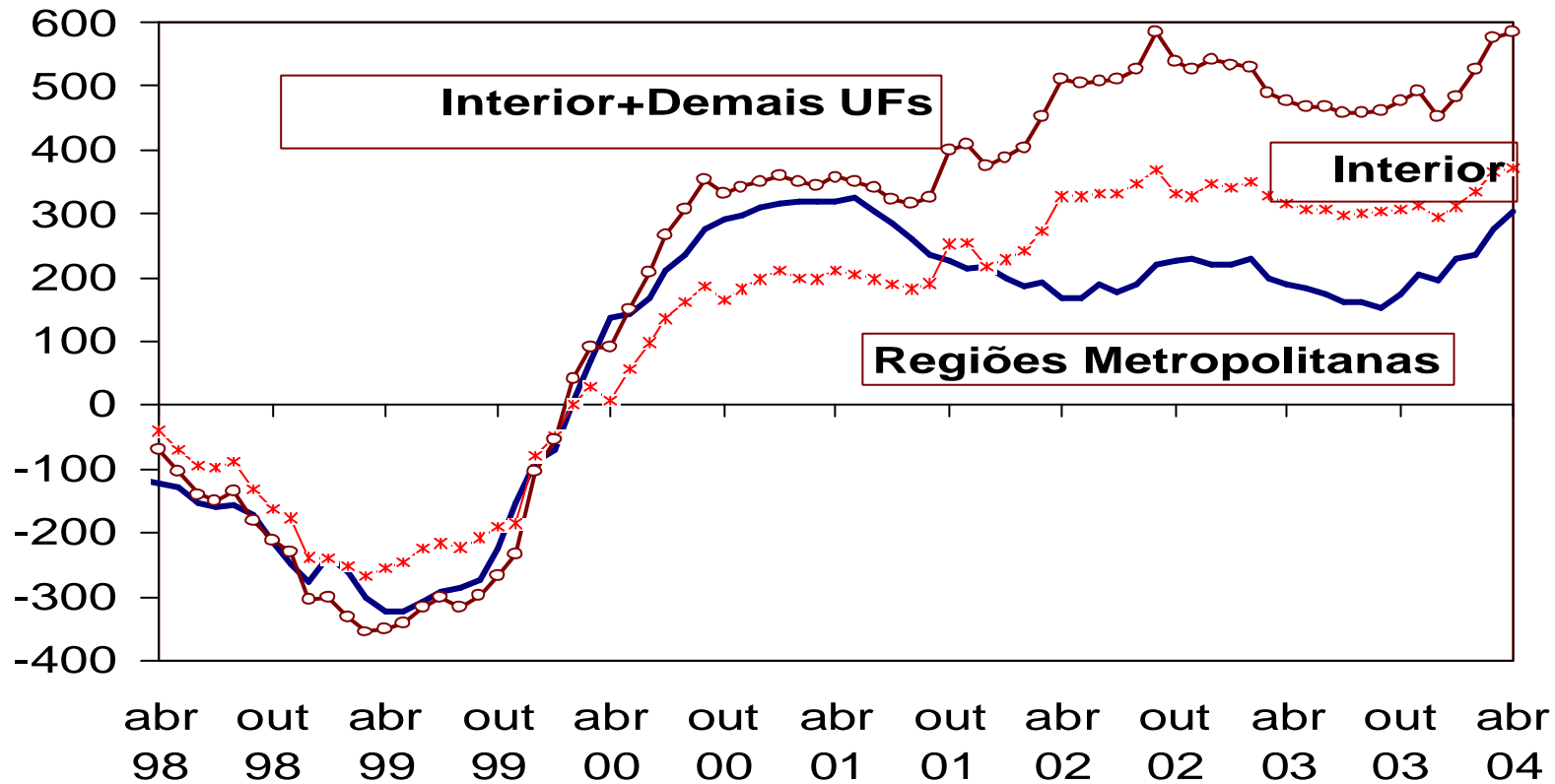
E o emprego?

Criação líquida de Empregos Formais (em milhares)

Localização	2000	Maio/03 a Abril/04	Variação
Regiões Metr.	308,9	301,6	3,1%
Interior	196,9	371,7	4,4%
Outras Ufs	151,8	212,3	4,4%
Total	657,6	885,6	3,9%

E o emprego?

Crescimento do Emprego Formal: Admissões menos Demissões 12 meses findos em abril de 2004 (mil vagas)



E o emprego?

Deve-se enfatizar que as pesquisas usuais de emprego estão restritas às principais regiões metropolitanas, não captando o grande impacto do agro-negócios na expansão do emprego no resto do país.

Geração de Emprego Formal nas Principais Áreas Metropolitanas nos últimos 12 meses até Abr/2004

Nível	Variação Absoluta			Variação Percentual		
	Total	Área Metr. da Capital	Interior	Total	Área Metr. da Capital	Interior
Pará	18.211	9.422	8.789	5,04	4,71	5,39
Ceará	19.438	16.927	2.511	3,37	4,17	-2,02
Pernambuco	10.833	6.711	4.122	1,66	1,46	1,99
Bahia	36.099	11.278	24.821	3,81	2,24	4,52
MinasGerais	109.168	38.554	70.614	4,47	4,28	4,57
R.de Janeiro	79.157	54.357	24.800	3,36	3,01	4,13
S.Paulo	248.879	122.469	126.410	3,32	3,13	3,50
Paraná	81.140	19.049	62.091	5,20	3,02	5,87
R.G. do Sul	70.321	22.796	47.525	4,03	2,81	4,62
Total Estados Selec.	673.246	301.563	371.683	3,86	3,13	4,45
Brasil	885.573	-	-	3,87	-	-

E o emprego?

Evolução do Emprego Formal por Setor de Atividade

SETORES	Var. Absol. em 12 meses findos em Abr/04	Var (%) Abr 2004/2003
Extrativa Mineral	8.484	6,29
Indústria de Transformação	228.237	4,26
Serviço de Utilidade do Setor Público	3.439	1,17
Construção Civil	13.288	1,19
Comércio	264.637	5,36
Serviços	324.222	3,55
Administração Pública	10.241	1,53
Agricultura e Silvicultura	32.655	2,57
TOTAL	885.573	3,87

Consolidando a agenda para o crescimento

... E agora?

1. Fazer uso das *pré-condições* para o crescimento

- ✓ Política Fiscal em ordem, taxas de juros reais baixas em termos históricos, espaço para crescimento não-inflacionário, com salários se recuperando e emprego crescendo
- ✓ Elementos Estruturais positivos:
 - ✓ Setor externo mais forte que em 1999;
 - ✓ Instituições que se mostraram sólidas e eficazes;
 - ✓ Legislativo com capacidade de ação.

2. Adotar políticas que se mostraram empiricamente eficazes

Elementos para uma estratégia de crescimento real

Na última década e meia, a pesquisa aplicada em economia esteve centrada, principalmente, na análise das experiências de desenvolvimento econômico.

- Por que países apresentam tamanha diversidade de níveis de renda per-capita?
- Por que alguns países conseguiram convergir para a renda dos países ricos nas últimas décadas, enquanto outros países se distanciaram ou permaneceram com sua distância relativa constante?

O surgimento de grandes bases de dados – mais de 100 países, cobrindo mais de 50 anos – permite uma análise quantitativa das razões para o sucesso e fracasso de diversas políticas adotadas.

Fatores relacionados com as experiências de desenvolvimento bem sucedidas:

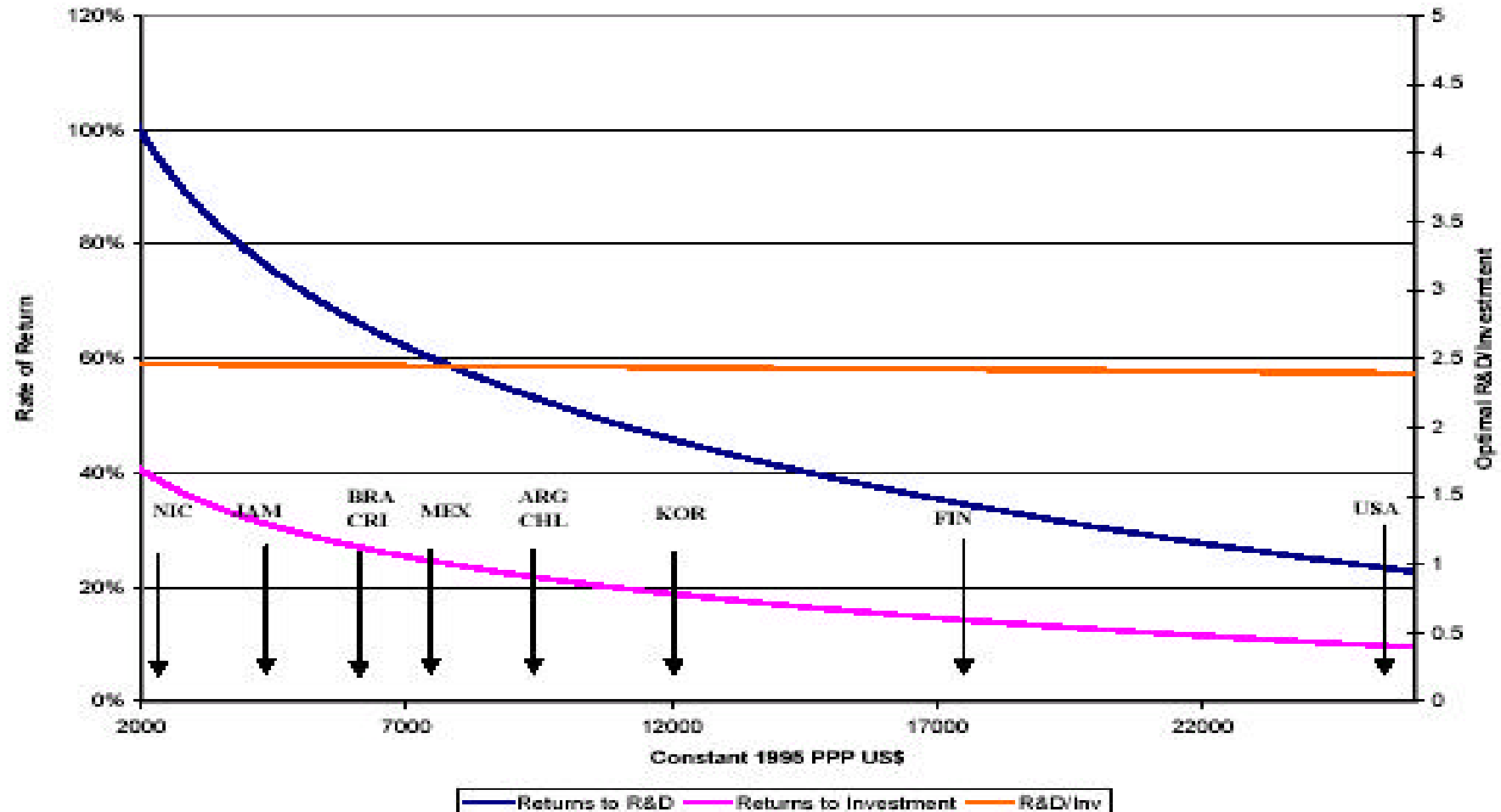
- **Estabilidade econômica:** estabilidade e ausência de desequilíbrios macroeconômicos bastante correlacionados com fatores necessários ao desenvolvimento de longo prazo;
- **Políticas sociais:** indicadores de saúde e escolaridade da população no começo do processo são fortemente correlacionados com as taxas de crescimento futuro da economia;
- **Adequado marco regulatório:** regras estáveis e efetivas são fundamentais para o bom desempenho do setor de infra-estrutura e atividades reguladas.

- **Políticas de inovação e modernização da atividade produtiva:** aumentos de produtividade são fundamentais para garantir a retomada do investimento privado e o ciclo de crescimento econômico.

Além disso, as taxas de retorno do investimento em Pesquisa e Desenvolvimento são maiores do que as taxas de retorno do investimento em capital fixo.

Países emergentes como o Brasil, apresentam taxas de retorno sobre P&D ainda maiores do que às observadas nos países desenvolvidos.

Taxa de retorno em P&D é maior nos países de menor renda per-capita. Além disso, para todo nível de renda, supera a taxa de retorno em investimento físico.



• **Ambiente institucional com estímulos ao investimento e à produção.**

Importante aspecto enfatizado nos trabalhos recentes sobre desenvolvimento econômico é a *importância do desenho institucional e legal tanto para o adequado funcionamento dos mercados quanto das políticas públicas*. Instituições - privadas ou públicas - funcionam adequadamente caso o benefício privado de quem toma as decisões - e delas se beneficia - sejam consoantes aos benefícios sociais.

Além disso, há crescente evidência empírica internacional sobre a importância do adequado desenho institucional e de políticas sociais eficazes para a taxa de crescimento econômico de longo prazo.(*)

(*). Para uma resenha sobre a evidência empírica internacional sobre estes temas, ver referências no fim da apresentação.

Aprimoramentos institucionais são particularmente importantes e efetivos para:

- aumentar acesso a crédito com menores *spreads* bancários;
- resolução eficaz de eventuais conflitos contratuais;
- resolução eficaz da estrutura de dívidas de empresas em dificuldades sem destruição dos ativos produtivos e dos empregos;
- redução de custos de logística, aduana e transporte;
- viabilização de parcerias público-privadas com incentivos adequados ao investimento privado sem a assunção de riscos indevidos por parte do setor público;
- reduzir custos de abertura, transação e fechamento de empresas de modo a estimular a atividade empreendedora e a geração de emprego.

**Crescimento
Emprego
Redução da pobreza e da desigualdade**

**Eficiência e
produtividade**

**Política Industrial
focada na Inovação
Tecnológica, redução
do custo de capital**

Comércio Exterior

**Empreendedorismo
Melhores
condições para o
investidor (custos,
retorno, redução
de incerteza,
crédito e
informação)**

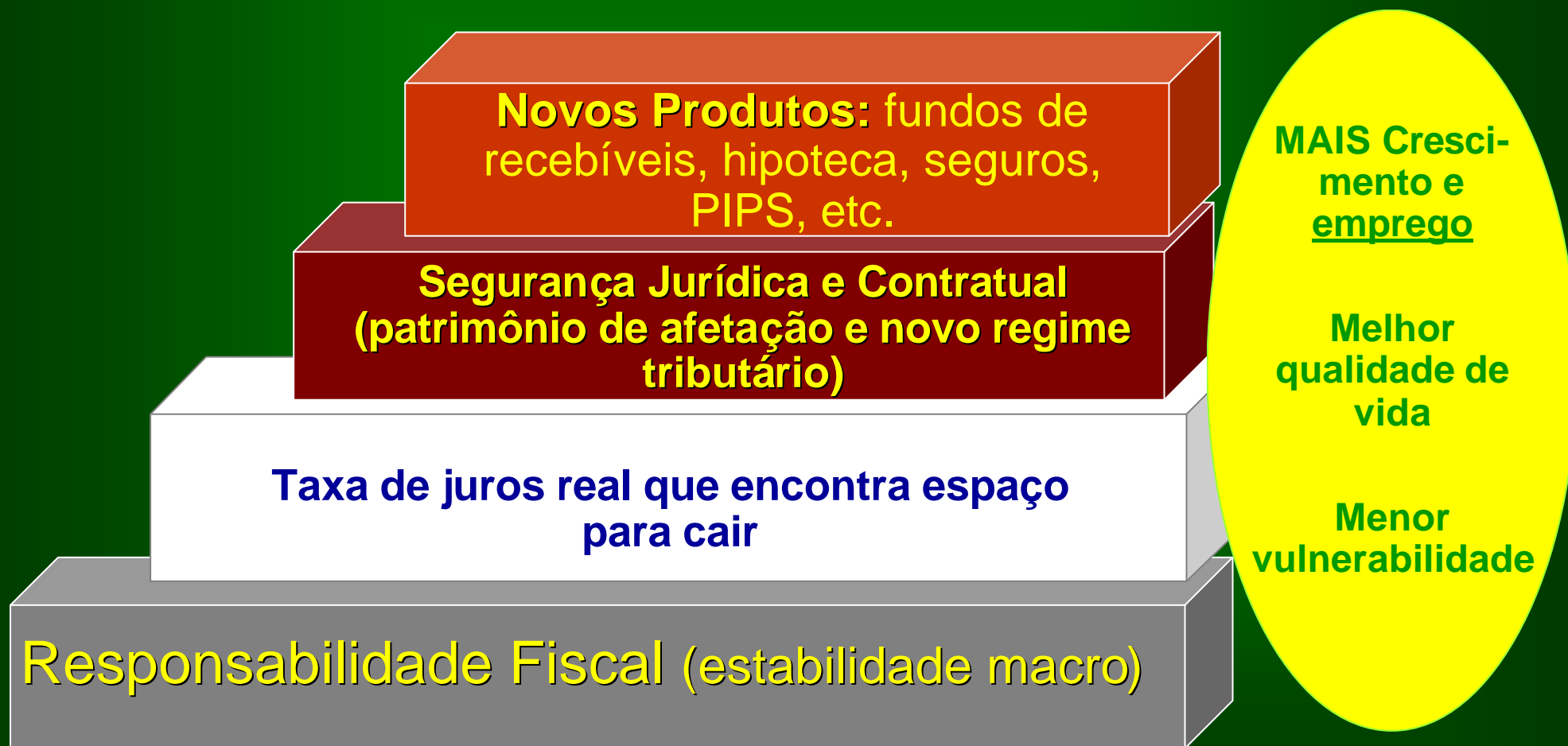
**Proteção Social Efetiva
Melhora da Qualidade
do Ajuste Fiscal e do
Gasto Público para
aumentar a eficiência
dos programas sociais**

Estabilidade macroeconômica

Responsabilidade Fiscal, Metas de inflação, Câmbio flexível, Contas externas sólidas

Método para organizar o desenvolvimento

Exemplo: a construção civil diante da perspectiva de juros menores



Governo e Congresso trabalhando em conjunto

Reforma Tributária ok

Reforma da Previdência Pública ok

Modelo do Setor Elétrico ok (em regulamentação)

PL das Agências Reguladoras (em análise no Congresso)

PPP (no Senado)

Lei de Recuperação de Empresas (na Câmara)

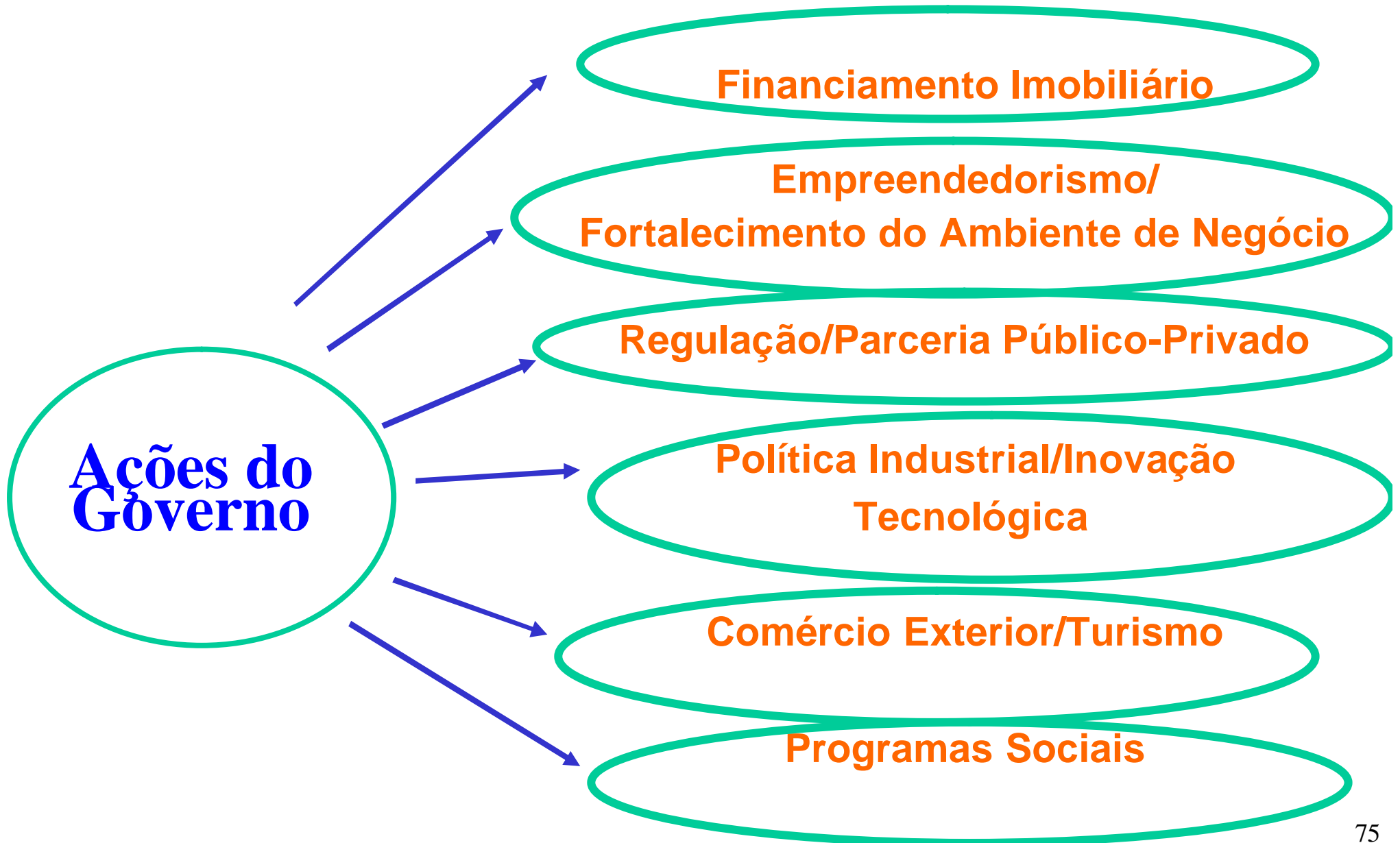
PL do Financiamento Imobiliário (na Câmara)

Lei de Inovações (na Câmara)

Reforma do Judiciário (no Senado)

Conta Investimento ok

& mais ...



Medidas de Estímulo ao Financiamento Imobiliário

- **Patrimônio de Afetação (PL 3.065/04)**
- **Valor Incontroverso (PL 3.065/04)**
- **Securitização de Créditos Imobiliários (PL 3.065/04)**

Medidas de Estímulo ao Financiamento Imobiliário

Patrimônio de Afetação (PL 3.065/04)

- O **Patrimônio de Afetação** institui mecanismos de fiscalização e de salvaguardas legais, constituindo instrumento de incentivo e proteção à aquisição de unidade imobiliária ainda em construção e ampliação do crédito imobiliário.
- **Proteção para o mutuário** - A instituição do Patrimônio de Afetação confere ao mutuário maior segurança contra eventuais desmandos da incorporadora, inclusive facilitando a continuidade da obra em caso de falência daquela.
- **Regime Especial de Tributação** - Mediante o PL 3.065/04 foi instituído também o Regime Tributário Especial para as incorporações afetadas, viabilizando, de fato, a adoção do Patrimônio de Afetação.

Medidas de Estímulo ao Financiamento Imobiliário

Valor Incontroverso (PL 3.065/04)

- Atualmente, alguns mutuários, mediante ações judiciais, param de pagar integralmente as prestações, prejudicando todo o sistema de financiamento imobiliário, tornando o crédito escasso e caro.
- A definição de **regras claras** para o questionamento de financiamento imobiliários, propiciará o **aumento do volume e o barateamento do crédito** para o setor da construção civil.
- **Valores controversos** - O mutuário continuará podendo questionar judicialmente os valores que julga controversos, porém terá que discriminá-los.
- **Valores que não são objetos de controvérsia** - Os *valores incontroversos* deverão continuar sendo pagos normalmente.

Medidas de Estímulo ao Financiamento Imobiliário

Securitização de Créditos Imobiliários (PL 3.065/04)

- Instituição de instrumentos de securitização de créditos imobiliários, como a Letra de Crédito Imobiliário e a Cédula de Crédito Imobiliário.
- Tais instrumentos visam facilitar o processo de mitigação risco, captação de poupança para o setor da construção. Tais medidas irão propiciar o aumento e barateamento do crédito para o setor da construção civil.
- A inclusão da regulamentação desses instrumentos no PL 3.065/04 visa conferir maior segurança jurídica, o que propiciará o desenvolvimento do mercado de securitização de crédito imobiliário no Brasil.

Medidas de Fortalecimento do Ambiente de Negócio

- **Estímulo à redução do custo do capital**
 - Empréstimo em consignação em folha de pagamento
 - Conta Investimento
 - Cédula de Crédito Bancário
 - Alienação Fiduciária
 - Lei de Falência
 - Cadastro Positivo e Central de Risco do Banco Central
- **Aperfeiçoamento do processo judicial**
 - Incentivo aos mecanismos alternativos de solução de controvérsias
 - Aperfeiçoamento do processo de execução cível
- **Incentivo ao Empreendedorismo**
 - Apoio ao Microempreendedorismo
 - Desburocratizar o procedimento de abertura e fechamento de empresas.

Medidas de Fortalecimento do Ambiente de Negócio

Empréstimos em Consignação na Folha de Pagamentos

- O empréstimo em consignação na folha de pagamento, medida instituída pela Lei 10.820/03, faculta aos empregados do setor privado e aposentados e pensionistas do INSS, a possibilidade de contrair empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento com autorização para o desconto das prestações diretamente em folha de pagamento.
- A consignação em folha tem por objetivo viabilizar a expansão do crédito aos trabalhadores, a custos mais baixos dos que os anteriormente praticados.
- Isto porque, nesta modalidade de crédito, o risco de inadimplência é significativamente menor, o que contribui para a redução das taxas cobradas.
- Os resultados preliminares são bastante positivos. Contudo, igual sucesso não tem sido observado com as pequenas e médias empresas, tendo sido constituído grupo de trabalho específico para remoção de possíveis obstáculos.

Medidas de Fortalecimento do Ambiente de Negócio

Conta Investimento

- A Conta Investimento, instituída pela MP 179, cria um ambiente para que os recursos financeiros possam ser alocados de forma eficiente entre os diferentes instrumentos disponíveis.
- Pelas regras atuais, a incidência de CPMF sobre as aplicações financeiras acaba por limitar a realocação de recursos, com prejuízos tanto para o poupador quanto para a própria eficiência do sistema financeiro.
- A partir da entrada em operação da conta investimento, em agosto de 2004, os recursos destinados às aplicações financeiras serão tributados pela CPMF apenas quando da sua transferência da conta corrente para a conta investimento, o que tende a melhorar a eficiência da poupança, bem como sua alocação para financiamentos produtivos.

Medidas de Fortalecimento do Ambiente de Negócio

Cédula de Crédito Bancário

- A **Cédula de Crédito Bancário** é um título de crédito representativo de dívida líquida e certa, cuja circulação ocorre desvinculada do negócio que a originou. Mediante a emissão de um **Certificado de CCB**, é permitida a securitização dos créditos, sendo dessa forma um instrumento de mitigação de risco, além de propiciar o aumento do volume barateamento do crédito.

Alienação fiduciária

- Tradicionalmente, a alienação fiduciária é uma das operações de crédito mais baratas do mercado (menor spread bancário).
- A proposta consiste em tornar mais eficiente essas operações, evitando, inclusive a deterioração dos respectivos bens alienados, bem como a extensão da sua aplicabilidade a direitos creditórios.

Medidas de Fortalecimento do Ambiente de Negócio

Lei de Falências

- O Projeto de Lei de Falências, em fase final de tramitação no Senado Federal, procura **estimular a preservação dos ativos (tangíveis e intangíveis)**, de modo que possam manter a sua função social de produção, geração de emprego, renda e pagamento de tributos.
 - Pelas novas regras, criam-se condições para que empresas economicamente viáveis possam, de fato, se recuperar.
 - No caso de inviabilidade (falência), a solução é pela realização rápida dos ativos, de modo que esses continuem exercendo suas funções sociais.
- O novo arcabouço falimentar cria um ambiente mais seguro para a realização de negócios, propiciando, inclusive, a redução do custo do capital.

Medidas de Fortalecimento do Ambiente de Negócio

Cadastro Positivo (bancos de dados de proteção ao crédito)

- Esta sendo elaborado pelos Ministérios da Fazenda, da Justiça e pelo Banco Central um conjunto de regras para a atuação dos bancos de dados de proteção ao crédito, que tem por objetivo o desenvolvimento desse instrumento.
- O objetivo econômico dos bancos de dados de proteção ao crédito é o de reduzir a assimetria de informações existente no mercado de crédito, permitindo uma melhor avaliação do risco dos tomadores de recursos, levando em conta todo o seu histórico de crédito.
- Pretende-se regulamentar a utilização dos bancos de dados de informações positivas, beneficiando os bons pagadores, que poderão obter melhores condições contratuais.

Medidas de Fortalecimento do Ambiente de Negócio

Central de Risco do Banco Central

- A reformulação da Central de Risco do Banco Central irá proporcionar uma maior disseminação das informações sobre o histórico de crédito dos clientes junto ao SFN. Essa medida facilitará a análise de risco de crédito pelas instituições financeiras e permitirá reduzir a inadimplência.
- A Central de Risco terá capacidade para atender um volume de 100 milhões de consultas ao mês, com informações sobre todas as operações de crédito de valor superior a R\$ 5 mil.
- Também incentivará a concorrência bancária, ao permitir uma análise da exposição do cliente junto a outras instituições financeiras, por possibilitar a identificação das modalidades de crédito utilizadas pelo cliente junto ao SFN.
- A central deverá estar plenamente operante no começo do segundo semestre de 2004.

Medidas de Fortalecimento do Ambiente de Negócio

Incentivo aos mecanismos alternativos de solução de controvérsias

- Regulamentação do procedimento de mediação processual, fazendo com que a mediação passe a ser, juntamente com a arbitragem (Lei 9.307 de 1996), a alternativa para a solução rápida, não-litigiosa, de conflitos surgidos nos contratos e relações econômicas.
- As principais linhas em análise:
 - Incentivar o uso da mediação extrajudicial e,
 - Tornar obrigatório o uso do instituto da mediação no processo judicial.

O anteprojeto de lei, cuja análise está sob a coordenação do Ministério da Justiça, conta com o apoio do Ministério da Fazenda.

Arrendamento Mercantil : Reformulação do arcabouço legal de forma a oferecer maior segurança jurídica às operações de arrendamento mercantil. Nesse novo contexto será possível ampliar as operações e reduzir o custo final. A proposta será enviada ao congresso no mês de junho.

Medidas de Fortalecimento do Ambiente de Negócio

Aprimoramento do processo de execução cível

- **Pela ótica econômica**, a reformulação dos procedimentos de execução de litígios é necessária para torná-lo mais rápido e com menor custo, barateando o custo do capital e reduzindo o risco dos agentes privados.
- As propostas de mudanças aos procedimentos de **execução de sentenças judiciais** já foram concluídas no âmbito do Executivo Federal e encontram-se em discussão no Congresso (PL 3.253/04).
- As propostas de mudanças aos procedimentos de **execução de títulos extrajudiciais** ainda estão em discussão no âmbito do Executivo Federal, mas devem ser encaminhadas ao Congresso ainda no 1º Semestre de 2004.

Medidas de Fortalecimento do Ambiente de Negócio

Incentivo ao Empreendedorismo

- A proposta em análise é a criação de regime especial que permita a formalização de pessoas físicas que exercem atividade econômica em nome próprio (vedados os profissionais liberais), abrindo novas oportunidades de negócios para essas pessoas ao permitir que emitam notas fiscais.
- Principal Benefício: regime tributário especial, simplificação burocrática e regime tributário especial.
- Condições para adesão ao regime:
 - renda não ultrapassar a faixa de 30 a 40 mil reais por ano,
 - passar a contribuir para a Previdência Social na qualidade de contribuinte individual e recolher a contribuição dos empregados.

Medidas de Fortalecimento do Ambiente de Negócio

Desburocratizar o procedimento de abertura e fechamento de empresas

- Facilitar a abertura e fechamento de firmas - simplificação e racionalização do processo de registro e legalização de empresas, tendo como consequência a redução substancial do tempo necessário para se abrir e fechar uma empresa e a melhoria do ambiente de negócios
- Também estão sendo realizados estudos, envolvendo estados e municípios, para simplificar o recolhimento de impostos federais, estaduais e municipais, para as micro e pequenas empresas, a serem pagos em uma única guia de recolhimento, conforme previsto na Reforma Tributária, beneficiando sobretudo as pequenas e médias empresas.

Medidas de Fortalecimento do Ambiente de Negócio

• Novos Instrumentos de Política Agrícola

- Seguro Rural Privado
- Implantação do Certificado de Depósito Agropecuário / Warrant Agropecuário (CDA/WA)
- Securitização de Créditos Privados
- Fundos de Investimento no Agronegócio

Medidas de Fortalecimento do Ambiente de Negócio

Novos Instrumentos de Política Agrícola

Seguro Rural Privado

- A *Lei n° 10.823/2003* autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção econômica ao prêmio do seguro rural cuja disseminação conferirá maior estabilidade da renda do agricultor, o que permitirá seu melhor acesso aos recursos do mercado de capitais, assegurando maior sustentabilidade ao processo produtivo do agronegócio.
- A regulamentação da Lei 10.823/2003, em fase final de elaboração, possibilitará que os agricultores possam contar com um instrumento de gerenciamento de risco contra quebra de safras.

Medidas de Fortalecimento do Ambiente de Negócio

Novos Instrumentos de Política Agrícola

Implantação do Certificado de Depósito Agropecuário / Warrant Agropecuário (CDA/WA)

- Mecanismo em discussão que regulamenta a Lei de Armazenagem recém implementada e que substitui a anterior, criada no início do século XX. O CDA/WA é um título lastreado em produtos agropecuários depositados em armazéns certificados.
- O lançamento deste título abrirá espaço para que os armazéns possam operar de forma semelhante aos “*elevators*” americanos, ou seja, participando como agentes ativos da comercialização de produtos de origem agrícola.

Medidas de Fortalecimento do Ambiente de Negócio

Novos Instrumentos de Política Agrícola

Securitização de Créditos Privados

- Estudo para a criação do *Certificado de Recebíveis Agropecuários – CRA* e de Sociedades de Propósitos Específicos (SPE), de capital privado, com objetivo de emissão de títulos lastreados em recebíveis do agronegócio. Estima-se que o total de Cédulas de Produto Rural, que serão o principal lastro desses títulos, seja da ordem de R\$ 20 bilhões.

Fundos de Investimento no Agronegócio

- Proposta em discussão para se criar fundos lastreados por títulos representativos do agronegócio (CRA, CPR, CDA/WA), permitindo, assim, ampliar as fontes de financiamento para a agricultura.

Medidas de Fortalecimento do Ambiente de Negócio

Sistema de Defesa da Concorrência

Reorganizar o sistema de defesa da concorrência

- Integrar as ações da Secretaria de Defesa Econômica e da Secretaria de Acompanhamento Econômico, promovendo a instrução única dos processos para dar agilidade e eficácia às decisões.

Medidas de Fortalecimento do Ambiente de Negócio

• Redução das Distorções Tributárias

- Eliminação da Cumulatividade do PIS/Cofins
- Isonomia do PIS/Cofins nas importações
- Uniformização do ICMS
- Desoneração da Folha Salarial

Medidas de Fortalecimento do Ambiente de Negócio

Redução das Distorções Tributárias

Eliminação da Cumulatividade do PIS/Cofins

- A Lei 10.853/04 elimina distorções econômicas provocadas pela cumulatividade dos tributos, especialmente na produção industrial, beneficiando as exportações e os investimentos. Impostos em cascata, como era o PIS/Cofins induzem a uma verticalização artificial da produção e comercialização, levando a perda de eficiência e de produtividade.

Isonomia do PIS/Cofins nas importações

- A Lei 10.865/04 aplica o PIS/Cofins às importações, dando isonomia no tratamento tributário do produto doméstico e do importado e, dessa forma, eliminando a desvantagem do produto brasileiro, frente ao estrangeiro, no mercado doméstico.

Medidas de Fortalecimento do Ambiente de Negócio

Redução das Distorções Tributárias

As alterações no PIS/Cofins propiciaram a remoção de problemas de alocação produtiva, uma vez que, no novo sistema (não-cumulativo), as empresas transferem crédito para as fases subseqüentes da cadeia produtiva, o que não ocorria no sistema anterior (cumulativo).

O setor mais beneficiado pela introdução da isonomia na tributação entre os produtos nacionais e o importado foi a indústria. Isso se deve ao fato que seu processo produtivo é (em média) composto de diversas fases, sendo dessa forma, uma das mais prejudicadas pela tributação diferenciada entre produtos nacionais e importados no regime anterior (cumulativo) da Cofins.

Medidas de Fortalecimento do Ambiente de Negócio

Redução das Distorções Tributárias

O comércio também deverá ser beneficiado pela mudança no regime de tributação, uma vez que, além de ter uma margem de comercialização baixa em relação ao faturamento, passou a aproveitar os créditos obtidos nas fases anteriores da comercialização.

Medidas de Fortalecimento do Ambiente de Negócio

Redução das Distorções Tributárias

Uniformização do ICMS

- Continuidade dos entendimentos com os estados visando à regulamentação do novo ICMS, que propiciará: *a)* simplificação do sistema tributário, *b)* eliminação da guerra fiscal, *c)* melhor distribuição da carga tributária, e *d)* desoneração da cesta básica.

Desoneração da Folha Salarial

- Estuda-se mecanismo para a substituição da tributação incidente sobre a folha de pagamento por outra não diretamente relacionada à contratação de mão de obra. Esta medida, visa incentivar a formalização e o aumento do emprego. Ao mesmo tempo, reduz os custos do trabalho permitindo, assim, aumentar a competitividade da produção nacional, beneficiando as exportações.

Regulação

Agências reguladoras.

- PL enviado ao Congresso garante mandatos aos diretores e presidentes de agências e enfatiza integração com instâncias de concorrência
- Proposta fortalece as agências enquanto órgãos de regulação e deixa mais claras as competências das agências e do poder concedente
- Evidência de que um regulador forte—e que preste contas ao Legislativo—baixa os custos de transação

Modelo elétrico

- Nova Lei cria ambiente favorável aos novos investimentos

Parceria Público-Privado

Estímulo ao investimento privado através das PPPs

- Estímulo à gestão eficiente através de parcerias com o setor privado
- Dar garantias para projetos pioneiros, cuja mensuração dos riscos é difícil no começo do projeto
- Áreas prioritárias: Transportes/ Logística, Saneamento, Recursos hídricos

Medidas na área de Política Industrial

• Competitividade

- Redução do Imposto de Importação para Máquinas sem produção nacional
- Redução do IPI de Máquinas e Equipamentos

• Investimentos

- Financiamento à aquisição de máquinas e equipamentos (Modermaq)
- Sala especial de atração de investimentos
- Instalação do Fórum Setorial

Medidas na área de Política Industrial

• Inovação Tecnológica

- Lei de Inovação
- Modernização de institutos e centros de pesquisa
- Incentivo ao registro de patentes
- Reestruturação do INPI
- Fortalecimento da rede nacional de metrologia
- Pesquisa, Desenvolvimento e Registro de Patentes
- Capacitação e Competitividade do setor de Informática e Automação
- Regulação dos direitos de propriedade intelectual para topografia de circuitos integrados

Medidas na área de Política Industrial

Competitividade

Redução do Imposto de Importação para Máquinas sem produção nacional

- Redução de 4% para 2% da alíquota dos ex-tarifários podendo chegar a 0%, no caso de bens não produzidos em todos os países do Mercosul. Essa medida permite modernizar e atualizar a capacidade produtiva do País, com menores custos, elevando nossa competitividade.

Redução do IPI de Máquinas e Equipamentos

- Redução para zero, até 2006, da alíquota de IPI sobre bens de capital. Ao desonerar os bens de capital, eleva-se o incentivo para novos investimentos e aumento da capacidade produtiva.

Medidas na área de Política Industrial

Investimentos

Financiamento à aquisição de máquinas e equipamentos (Modermaq)

- O programa permite o financiamento a taxas de juros fixas de 14,95% a.a., em prazo de 5 anos e carência de 3 meses. Criação de linhas de financiamento específicas para bens de capital sob encomenda, que atendam às demandas de crédito do comprador e do fabricante.

Sala especial de atração de investimentos

- Criação de grupo interministerial permanente vinculado à Presidência da República, para facilitar o entendimento com investidores e agilizar os procedimentos necessários à atração de investimentos. Organização de encontros de negócios com investidores estrangeiros, em Genebra (janeiro 04), em S.Paulo (durante a Unctad) e em Nova York (junho).

Instalação do Fórum Setorial

- Permitirá modernizar a Lei de Franquia e, assim, estimular mediante linhas de crédito e mecanismos de capacitação e gestão o desenvolvimento do setor.

Medidas na área de Política Industrial

Inovação Tecnológica

Lei de Inovação

- *Projeto de Lei já enviado ao Congresso, visa estimular o relacionamento entre universidades, institutos de pesquisa e empresas mediante acordos de parceria para o desenvolvimento de novos produtos e processos; e aumentar a taxa de investimento em P&D nas empresas, incentivando, assim, o aumento consistente da produção científica e tecnológica ao longo do tempo.*

Modernização de institutos e centros de pesquisa

- Modernizar e reestruturar institutos e centros de pesquisa nacionais. Criar infra-estrutura de pesquisa aplicada para sustentar o processo de inovação e a capacitação produtiva das empresas

Medidas na área de Política Industrial

Inovação Tecnológica

Incentivo ao registro de patentes

- Permitir às empresas descontarem da Contribuição Social Sobre o Lucro despesas com depósitos de patente, certificação e P&D (Decreto 4928).

Reestruturação do INPI

- Modernizar as instalações e a gestão do INPI, para dessa forma encurtar o prazo de registro de patentes, marcas e tecnologia.

Fortalecimento da rede nacional de metrologia

- Dotar o País de infra-estrutura acreditada e qualificada para atender às demandas de todos os setores industriais.

Medidas na área de Política Industrial

Inovação Tecnológica - Incentivos Fiscais

Pesquisa, Desenvolvimento e Registro de Patentes

- O Decreto 4.928 de dezembro de 2003 - Permite a dedução da base de cálculo da CSLL de despesas com:
 - Pesquisa básica e aplicada, desenvolvimento experimental, tecnologia industrial básica, serviços de consultoria técnica.
 - Projetos resultantes em depósito de patentes

Medidas na área de Política Industrial

Inovação Tecnológica - Incentivos Fiscais

Capacitação e Competitividade do setor de Informática e Automação

- O Projeto de Lei 3.015, de 2004 prevê:
 - Extensão, por mais 10 anos (de até 2009 para até 2019), dos incentivos de redução do IPI concedidos pela Lei de Informática, com diferenciações regionais.
 - Extensão, até 2019, das contrapartidas de investimento mínimo de 5% do faturamento em P &D, com diferenciações regionais.
 - Aperfeiçoamento do sistema de compras governamentais para o setor, permitindo a modalidade de pregão.

Medidas na área de Política Industrial

Política Industrial e Tecnológica

Regulação dos direitos de propriedade intelectual para topografia de circuitos integrados

- Foi pedida urgência para o Projeto de Lei 1.787, de 1996, que:
 - Estabelece regime peculiar de propriedade intelectual para circuitos integrados, não passíveis de registro de patentes ou direitos autorais;
 - Define o alcance dos direitos, suas limitações, licenças e extinção;
 - Cumprimento de exigências de acordos sobre propriedade intelectual no âmbito da OMC (TRIMS).

Medidas de Comércio Exterior

- Programa Brasil Exportador
- Apoio a empresas brasileiras no exterior
- Divulgação da imagem e da marca do Brasil no exterior
- Desburocratização das Exportações
- Promoção Comercial
- Apoiar o exportador nos processos de defesa comercial
- Modernização da Política Aduaneira
- Promoção de agilidade no despacho aduaneiro
- Promover o acesso a mercados

Medidas de Comércio Exterior

Programa Brasil Exportador

- Conjunto de 44 projetos e programas lançados em novembro de 2003 com o objetivo de atingir a meta de 100 milhões de dólares de exportações até 2007. Programa Estado Exportador, visa incrementar exportações de oito estados menos desenvolvidos, lançado em abril no Acre.

Apoio a empresas brasileiras no exterior

- Criação de 38 unidades de comércio e atração de investimentos nas agências do Banco do Brasil no exterior, para apoiar a exportação e a internacionalização de empresas brasileiras;

Divulgação da imagem e da marca do Brasil no exterior

- Fortalecer a marca Brasil no exterior

Medidas de Comércio Exterior

Desburocratização das Exportações

- Consolidação em único documento de dezenas de atos normativos das operações de comércio exterior; consolidação em uma única portaria dos atos que regulam o *drawback*;

Promoção Comercial

- Elaboração do plano estratégico de promoção comercial; Implementação do programa Vitrine do Exportador para divulgar o potencial de exportação de empresas brasileiras; Implantação do Radar Comercial e do Alice-Web para orientar os exportadores na busca de mercados para seus produtos; Realização de “Encontros de Comércio Exterior” – ENCOMEX (realizados 15 encontros em 2003 e quatro no início de 2004).

Apoiar o exportador nos processos de defesa comercial

- Contribuir para reduzir os danos à exportação decorrentes da adoção de práticas desleais de comércio por nossos concorrentes.

Medidas de Comércio Exterior

Competitividade

Modernização da Política Aduaneira

- Instalação de Comissão Mista composta pelos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Fazenda, para modificar procedimentos e reduzir a burocracia, reduzindo assim os custos de transações comerciais com o exterior.

Medidas de Comércio Exterior

Promoção de agilidade no despacho aduaneiro

- Ampliação do regime de despacho aduaneiro expresso (Linha Azul) reduzindo os limites e as exigências para inclusão no regime;
- Simplificação aduaneira nas áreas de informática e telecomunicações, componentes semicondutores, aeronáutica e automotiva;
- Regime aduaneiro especial para agilizar o desembaraço do setor de tecnologia da informação/semicondutores

Promover o acesso a mercados

- Participação em negociações internacionais e realização de acordos bilaterais de comércio visando alargar a pauta de exportações e aumentar o número de empresas brasileiras envolvidas no esforço exportador.

Medidas na Área de Turismo

Estruturação do Ministério do Turismo

Lançamento do Plano Nacional do Turismo

Gestão Descentralizada e Participativa - Implantação de 27 Fóruns Estaduais de Turismo

Fórum Mundial de Turismo para Paz e Desenvolvimento Sustentável

.

Medidas na Área de Turismo

Lançamento da agenda de promoção comercial do turismo brasileiro.

Lançamento do programa ROTEIROS DO BRASIL - foram definidas 219 regiões no Brasil onde se concentrarão os esforços de:

Desenvolvimento da Infra-estrutura

Qualificação dos Serviços e Empreendimentos

Medidas na área Social

- Melhoria dos indicadores sociais como compromisso fundamental
- Reforma tributária
- Reforma da previdência
- Acesso à educação superior
- Programas de transferência de renda
- Saneamento
- Habitação popular
- Agricultura familiar

Medidas na área Social

A melhora dos indicadores sociais é compromisso fundamental

⇒ A consolidação da estabilidade econômica e o crescimento propiciado pelas mudanças microeconômicas têm impacto muito positivo sobre a melhora da distribuição de renda e os indicadores sociais.

⇒ A boa gestão econômica, no entanto, não é suficiente para combater a forte desigualdade social do Brasil e permitir a inclusão social, essencial para o crescimento sustentado do País.

⇒ A política social do governo se realiza de duas formas:

- mudanças institucionais que melhoram a distribuição de renda;
- ampliação e gestão mais eficaz das políticas sociais.

Medidas Sociais – Mudanças Institucionais

⇒ **Reforma tributária** – Através da reforma tributária estabeleceu-se o princípio de desoneração dos bens que compõem a cesta básica do trabalhador – como alimentos e remédios –, que serão tributados pela menor alíquota do ICMS.

⇒ **Reforma da previdência** – Um dos principais avanços da reforma da previdência foi, através da racionalização da previdência dos servidores, reduzir a transferência de renda para a parcela mais rica da população, abrindo espaço para programas mais focados na população de baixa renda.

⇒ **Acesso à educação superior** – Através do **Programa Universidade para Todos**, o governo estará criando condições para uma ampliação significativa do acesso da população de baixa renda à Universidade.

Medidas Sociais – Programas de Governo

↳ Programas de transferência de renda

- Os recursos para os programas de transferência de renda, focados na população mais carente, vem sendo progressivamente elevados, passando de R\$ 5,9 bilhões em 2002 para R\$ 7,9 bilhões em 2003 e contando com R\$ 10,8 bilhões no orçamento de 2004.
- Através do **Bolsa Família**, o governo está unificando e tornando mais eficientes os programas de transferência de renda.

↳ **Saneamento** – O governo priorizou a alocação de R\$ 2,9 bilhões para financiamentos a investimentos em saneamento, reconhecendo sua importância para a melhoria da qualidade de vida e a saúde da população.

Medidas Sociais – Programas de Governo

▮ **Habitação popular** – Através da criação do Programa Especial de Habitação Popular (PEHP) e da prioridade concedida ao Programa de Subsídios para a Habitação de Baixa Renda (PSH), a política habitacional vem priorizando o acesso à moradia para a população mais pobre (com renda até 3 salários mínimos).

▮ **Agricultura familiar** – Na safra 2003/2004 os recursos alocados para o financiamento da agricultura familiar deverão praticamente dobrar, ao mesmo tempo em que ampliou-se a eficiência dos programas através de inovações como a compra direta da produção dos pequenos agricultores

Referências:

Acemoglu, Johnson e Robinson (2004): *Institutions as the fundamental cause of long-run growth*, NBER WP #10481;

Djankov, La Porta, Lopez-de-Silanes & Shleifer (2002). “The Regulation of Entry”. *Quarterly Journal of Economics*: 117(1):1-37.

Djankov, La Porta, Lopez-de-Silanes & Shleifer (2003). “Courts”. *Quarterly Journal of Economics*, 118(2): 453-517.

Lederman, & Maloney (2003). “R&D and Development”. World Bank Policy Research Paper 3024.

Rodrik (2003a): *Growth Strategies*, NBER WP # 10050;

Rodrik (2003b) *In Search of Prosperity: Analytic Narratives on Economic Growth*, Princeton U. Press.

Sala-i-Martin, Doppelhoffer & Miller (2003). “The Empirical Determinants of Growth: A Bayesian Averages of Classical Estimates (BACE) Approach”. *American Economic Review*, no prelo.